



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**LARA DA SILVA CARDOSO**

**A GRAMÁTICA DOS PRONOMES CLÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA:  
O PORTUGUÊS CLÁSSICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO**

Feira de Santana-BA  
2020

**LARA DA SILVA CARDOSO**

**A GRAMÁTICA DOS PRONOMES CLÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA:  
O PORTUGUÊS CLÁSSICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO**

Dissertação/Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

**Co-orientador:** Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade

Feira de Santana-BA  
2020

### **Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado**

Cardoso, Lara da Silva

C264g A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico na história do português brasileiro / Lara da Silva Cardoso. - 2020. 168f. : il.

Orientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Coorientador: Aroldo Leal de Andrade

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2020.

1. Brasil Colônia. 2. Língua portuguesa clássica. 3. Português brasileiro. 4. Clíticos pronominais. I. Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais, orient. II. Andrade, Aroldo Leal de, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 806.90

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

## TERMO DE APROVAÇÃO

### DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

#### A GRAMÁTICA DOS PRONOMES CLÍTICOS NO BRASIL COLÔNIA: O PORTUGUÊS CLÁSSICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

**LARA DA SILVA CARDOSO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Variação e mudança linguística no português, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

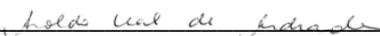
Aprovada em 19 de outubro de 2020.

#### BANCA EXAMINADORA:



---

Zenaide de Oliveira Novais  
Carneiro  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Orientador



---

Aroldo Leal de Andrade  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Co-orientador



---

Norma Lúcia Fernandes de Almeida  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Examinador Interno



---

Nome do Examinador Interno  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
Examinador Interno

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Zenaide Carneiro pela exigente orientação deste trabalho. Por ter dado “corda à bailarina” e ter me apoiado a ir sempre mais além do que achei que fosse capaz. Pela ciência de qualidade que faz no sertão da Bahia, me oferecendo, durante este mestrado, uma formação ímpar, a qual sequer estive em minhas melhores expectativas. Por ter confiado em mim sem hesitar em momento algum. Pelas inúmeras conversas sobre a vida, a Linguística e as histórias da Linguística. Serei sempre grata por ter feito parte de minha vida acadêmica.

Ao Professor Dr. Aroldo Andrade por ter aceitado coorientar este trabalho. A sua dedicação e disposição à (co)condução desta pesquisa, com (re)leituras atentas, generosas e pacientes discussões foram tão significativas que seria impossível não ter seu perfil de professor e pesquisador como uma inspiração em minha vida profissional. Agradeço-o imensamente pelo suporte infundável e pela gentileza que teve comigo e com meu trabalho.

À Professora Dra. Charlotte Galves, por ter aceitado fazer parte das bancas de projeto, qualificação e defesa. Sou grata à atenção que deu a meu trabalho, não só pela participação nas bancas, mas também devido ao XI Congresso Internacional da Abralín, em que durante os trinta minutos de intervalo entre as comunicações orais, passou pelos mais de cem banners que estavam ali expostos, parou no último banner da última fileira (em que estava apresentando meu projeto, ainda incipiente) e, ao se deparar com a frase “o português europeu foi o antecedente histórico do português culto brasileiro”, me fez o seguinte questionamento “mas qual gramática portuguesa?”. Essa pergunta, como as páginas que se seguem mostrarão, se constituiu, inconscientemente, meu objeto de pesquisa.

À Profa Dra. Norma Lúcia Almeida, pelas valiosas contribuições; contribuições diretas, ao participar das bancas de qualificação e defesa, e contribuições indiretas, por este trabalho ser beneficiado por todo o seu ânimo em abrir os caminhos da pesquisa em Linguística na Universidade Estadual de Feira de Santana. A maturidade com que conduz a pesquisa, no meio linguístico, político e administrativo é um exemplo a ser seguido.

À Profa Dra. Huda Santiago, pelo exemplo de competência, dedicação e generosidade. Sou grata por ter me mostrado, ainda na graduação, os caminhos da sintaxe e da Linguística Histórica, confiando em mim desde então. Agradeço-a pelas conversas (teóricas e não-teóricas), pelas viagens e pela escuta sensível nos momentos de aflição que tive durante a constituição deste trabalho. Concluo a dissertação sem dúvida da importância de seu papel em minha vida acadêmica.

À Profa. Dra. Mariana Lacerda, por ter sido minha orientadora de iniciação científica. Aprendi e cresci muito com sua leitura e correção precisa em muitos de meus trabalhos na graduação. Sua coordenação firme do Corpus Eletrônicos de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) e sua prestatividade são dignas de mérito e admiração.

Aos integrantes do CE-DOHS, que dividem comigo os prazeres e as angústias de uma pesquisa em Linguística Histórica. Agradeço especialmente à Maiara e a Wellington, que compartilharam comigo o peso dos clíticos, itens lexicais ironicamente tão pequeninos e sem acento. À Rosana, pela parceria nos eventos e congressos. À Williane, pela gentileza e disposição em me ajudar sempre que precisei e pelo ânimo e incentivo que me deu (e me dá) para seguir os estudos em sintaxe.

À Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin por ter me recebido e por ter autorizado a fotografia e utilização de parte dos manuscritos utilizados nesta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEF; professores, funcionários e coordenadores. À minha turma de Mestrado, especialmente à Kate e aos “meninos do léxico”, nas figuras de Stephane, Iago e Juliana, pelas risadas e desabafos constantes, que fizeram o percurso ser muito mais leve.

Aos amigos, pelo apoio permanente, tornando as coisas muito mais fáceis. À Lea, que desde o ensino médio acredita mais em mim que eu mesma. A Alfredo, Beatriz, Jessica, Joseph, Kyrlian, Lailla, Magno, Regiane, Rhillary e Victória pela força que me deram cotidianamente.

Aos meus pais, Irene e Jailton, por investirem sempre em minha educação e por compreenderem muitas das minhas ausências. A meu irmão Lucas, pelo apoio com a estatística e com a parte computacional e a meu irmão Robson pela inspiração diária de benevolência.

A Lucas, que foi um afago nos dias difíceis e que hoje sabe mais sobre o português clássico que muita gente. À sua família – Sandra, Cleonaldo e Guiga – pelo apoio constante e por me acolher sempre que foi preciso.

A Antonio, Luan e Ana Beatriz, pela ajuda com os pequenos detalhes desta dissertação, que, sem dúvida, não conseguiria resolver sozinha.

À direção, coordenação e equipe de funcionários e professores do Colégio Estadual São José e do Colégio Estadual Professor Carlos Valadares, pela flexibilização, sempre que possível, dos horários de trabalho para que essa pesquisa pudesse ser realizada e por me ensinarem a ser resistente diante dos obstáculos da vida. À Giovana e sua família por ter me oferecido um segundo lar para que conseguisse trabalhar em tempo integral e estudar em cidades distintas. Sem a compaixão e a bondade de Giovana e sua família, a conclusão desta pós-graduação seria imensamente mais difícil.

Aos professores de Linguagens das escolas mencionadas acima, pelos risos e pela resistência em prol de uma educação básica gratuita e de qualidade. Aos colegas das “idas e vindas”, em especial a Daniela, pela companhia nas ladeiras; a Jorge, Carol, William e Mona Lisa pelas caronas, conversas e conselhos valiosos; a Aninha, Chablik, Charlene, Isabela e Maiana pela companhia e pelas risadas, transformando os problemas em anedotas, contadas às gargalhadas durante as viagens diárias entre Feira de Santana e Santa Bárbara.

Aos meus alunos, para os quais trabalharei incansavelmente a fim de que possam se beneficiar deste avanço em minha formação acadêmica, tornando-os capazes de compreender o poder que há ao se descobrir dono de sua própria língua. Agradeço especialmente aos alunos do 8º B vespertino, que carinhosamente me acolheram e que, após ter me ausentado para ir a um evento, me questionaram insistentemente sobre o que era, afinal de contas, mais importante que estar em sala com eles. Quando lhes contei que precisava “escrever uma coisa, tipo um livro”, pediram um autógrafo e me deram um conselho curto, preciso e direto: “quando a gente fica famoso, esquece dos que estiveram com a gente desde o início. Cuidado pra não acontecer isso com a senhora, viu?” Um conselho para a vida.

Ao provável leitor, que provavelmente divide comigo os gostos pela Linguística Histórica e pela sintaxe e do qual, diante mão, espero animosamente que esta dissertação os ajude em pesquisas futuras, voltadas a contribuir cada vez mais para a compreensão da formação do português brasileiro.

## RESUMO

Nesta dissertação, apresento uma discussão sobre as origens do português brasileiro, mais precisamente sobre qual gramática portuguesa foi uma das bases de sua formação (CASTRO, 1996; GALVES, 2007, RIBEIRO, 2015[1998]). Discuto as propostas existentes sobre essa questão (COHEN, 1997; CUNHA, 1976[1968]; ELIA, 1979; MEGALE, 1998; MELO, 1971[1946]; MORAES DE CASTILHO, 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007; RIBEIRO, 2015[1998], SILVA NETO, 1976[1951] *inter alia*) e argumento em favor do português clássico. Para comprovar essa hipótese, realizo um estudo linguístico sobre o fenômeno da interpolação e da colocação dos clíticos em textos brasileiros coloniais representativos da primeira metade dos séculos XVII e XVIII, que compõem um *subcorpus* colonial do Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS). A interpolação consiste no fenômeno de não adjacência estrita do clítico e do verbo, devido à presença de constituintes entre os dois termos. Já a colocação dos clíticos consiste na ordem do clítico em relação ao verbo, ou em posição anterior (próclise), ou em posição posterior ao verbo (ênclise), sendo essa posição condicionada, ao longo da história do português, pelo tipo de constituinte que precede o verbo. O estudo linguístico foi realizado com base nos pressupostos da sintaxe gerativa (CHOMSKY, 1986) e nos contextos propostos por Namiuti (2008), para o fenômeno da interpolação, e por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), para o fenômeno da colocação clítica. Os resultados encontrados confirmam a hipótese sobre o português clássico como uma das bases linguísticas de formação do português brasileiro e, além disso, apontam algumas particularidades sobre o uso dessa gramática no Brasil, como uma maior frequência do uso da próclise nos contextos variacionais. Adicionalmente, os dados encontrados abrem caminho para discussões sobre o fenômeno da interpolação de elementos diferentes do *não* na gramática do português clássico – utilizada em Portugal e no Brasil – e para revisitar o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil, traçando uma possível reconstituição do percurso de formação da vertente socialmente prestigiada do português brasileiro.

**Palavras-chaves:** Brasil Colônia; Português Clássico; Português Brasileiro.

## ABSTRACT

In this dissertation, I present a discussion on the origins of Brazilian Portuguese, more precisely on which Portuguese grammar was one of the bases of its formation (CASTRO, 1996; GALVES, 2007, RIBEIRO, 2015 [1998]). I discuss the existing proposals on this issue (COHEN, 1997; CUNHA, 1976 [1968]; ELIA, 1979; MEGALE, 1998; MELO, 1971 [1946]; MORAES DE CASTILHO, 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007; RIBEIRO, 2015 [1998], SILVA NETO, 1976 [1951] *inter alia*) and argue in favor of Classical Portuguese. To verify this hypothesis, I carry out a linguistic study on the phenomena of interpolation and clitic placement in Brazilian colonial texts representative of the first half of the 17th and 18th centuries – which make up a colonial *subcorpus* of the *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (Electronic Corpus of Historical Documents of the Sertão – CE-DOHS). Interpolation consists of the phenomenon of non-adjacency of the clitic pronoun and the verb, due to the presence of constituents between the two terms. Clitic placement, on the other hand, consists of the order of the clitic pronoun in relation to the verb, either in an anterior (proclisis) or a posterior (enclisis) position of the verb – this position being conditioned, throughout the history of Portuguese, by the type of constituent that precedes the verb. The study was carried out based on the assumptions of generative syntax (CHOMSKY, 1986) in the contexts proposed by Namiuti (2008), for the phenomenon of interpolation, and by Galves, Brito and Paixão de Sousa (2005), for the phenomenon of clitic placement. The results confirm the hypothesis about Classical Portuguese as one of the linguistic bases for the formation of Brazilian Portuguese and point out some peculiarities about the use of this grammar in Brazil, such as, for example, a greater frequency of the use of proclisis in variational contexts. Additionally, the analyzed data paved the way for discussions on the phenomenon of interpolation of other elements than *não* (no/not) in the grammar of Classical Portuguese– used in Portugal and Brazil - and to revisit the course of Portuguese grammars in Brazil, tracing a possible reconstitution of the formation path of the socially prestigious variety of Brazilian Portuguese.

**Keywords:** Colonial Brazil; Classical Portuguese; Brazilian Portuguese.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Figura 1 – Periodização do português com base em Cardeira (2005), Cintra (CASTRO, 1999) e Galves (2007).	27
Figura 02 -	A estrutura derivacional e os movimentos pós-sintáticos propostos pela MD no caminho entre Spell-Out (Ramificação PF/LF) e a forma fonológica (PF).	56
Figura 03 -	Passos para a constituição do <i>corpus</i> brasileiro colonial.	71
Figura 04 -	Localização de nascimento e de convivência dos escreventes do <i>corpus</i> .	77
Figura 05 -	Processo de transcrição das sentenças com verbos únicos finitos e pronomes clíticos.	79
Figura 06 -	Exemplo de ilegibilidade da sentença.	80
Figura 07 -	Proposta para repensar a periodização do PE de Galves (2007).	139
Figura 08 -	Possível percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil, com base em Martins (1994), Andrade e Carneiro (2014), Cardoso (2020), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010), Cintra (CASTRO, 1999), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), Galves (2007), Lemos (2019), Martins (2009) e Pagotto (1992, 1999).	149
Figura 09 -	Possível percurso das gramáticas portuguesas no Brasil e o processo de competição de gramáticas, com base em Andrade e Carneiro (2014), Cardoso (2020), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010), Lemos (2019), Martins (2009), Pagotto (1992, 1999).	151

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Mudanças linguísticas entre os séculos XV e XVI em textos portugueses.	30
Quadro 02 -	A posição de objetos com demonstrativo em sentenças dependentes.	31
Quadro 03 -	Síntese da sintaxe dos clíticos durante a história do português.	45
Quadro 04 -	Diferença entre pronomes fortes, fracos e clíticos.	50
Quadro 05 -	Interpolação no Português Médio e no Português Clássico.	59
Quadro 06 -	Colocação clítica em contexto variacional no PM e no PCI.	62
Quadro 07 -	Hipóteses de trabalho sobre a sintaxe e ordem dos clíticos em textos do Brasil Colônia.	66
Quadro 08 -	Acervos do <i>corpus</i> colonial do CE-DOHS.	73
Quadro 09 -	<i>Corpus</i> utilizado, organizado por data cronológica de nascimento.	75
Quadro 10 -	Informações sócio-históricas sobre os documentos do <i>corpus</i> da pesquisa.	76
Quadro 11 -	Fatores linguísticos considerados para a classificação e análise dos dados.	80
Quadro 12 -	Verificação das hipóteses de trabalho sobre a sintaxe e ordem dos clíticos em textos do Brasil Colônia.	111
Quadro 13 -	Tipos de constituintes diferentes do não interpolados entre o clítico e o verbo em textos portugueses e brasileiros.	128
Quadro 14 -	Síntese sobre a verificação das hipóteses de trabalho a respeito da interpolação e colocação dos clíticos em escritos do Brasil Colônia.	152
Quadro 15 -	Síntese sobre as especificidades da interpolação e da colocação clítica em escritos do Brasil Colônia.	152
Quadro 16 -	Andamento das fases de constituição do <i>corpus</i> colonial do CE-DOHS, incluindo textos manuscritos e impressos.	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Interpolação de constituintes generalizados (séc. XIII-XVI)	35
Tabela 02 -	Interpolação de “não” no português antigo e médio (séc. XIII-XVI)	35
Tabela 03 -	Interpolação generalizada no português clássico.	36
Tabela 04 -	Interpolação do não em sentenças subordinadas no português clássico.	36
Tabela 05 -	Interpolação do não em sentenças matrizes no português clássico.	36
Tabela 06 -	Ênclise/Próclise em contexto de variação no português antigo e médio	40
Tabela 07 -	Interpolação em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas.	88
Tabela 08 -	Interpolação do não em sentenças matrizes de textos do Brasil Colônia.	89
Tabela 09 -	Presença de elementos licenciadores de próclise em sentenças matrizes negativas.	90
Tabela 10 -	Tipo de constituinte precedente em sentenças com interpolação do não.	90
Tabela 11 -	Tipo de constituinte precedente em sentenças com adjacência do clítico ao verbo	92
Tabela 12 -	Interpolação em sentenças dependentes negativas.	93
Tabela 13 -	Presença de complementizadores em sentenças dependentes negativas.	93
Tabela 14 -	Interpolação generalizada em sentenças dependentes afirmativas.	95
Tabela 15 -	Variação ênclise/próclise nos contextos de variação em textos brasileiros coloniais.	97
Tabela 16 -	Variação ênclise/próclise de textos coloniais brasileiros em sentenças V1.	98
Tabela 17 -	Variação ênclise/próclise no contexto I em textos brasileiros coloniais do século XVII.	99
Tabela 18 -	Variação ênclise/próclise no contexto I em textos brasileiros coloniais do século XVIII.	100
Tabela 19 -	Variação ênclise/próclise no contexto II em textos brasileiros coloniais do século XVII.	101
Tabela 20 -	Variação ênclise/próclise no contexto II em textos brasileiros coloniais do século XVIII.	103
Tabela 21 -	Variação ênclise/próclise em sentenças dependentes afirmativas de textos brasileiros coloniais.	104
Tabela 22 -	Interpolação do não em sentenças matrizes em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).	112
Tabela 23 -	Interpolação do não em sentenças dependentes em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).	113
Tabela 24 -	Variação ênclise/próclise no contexto de variação I em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).	117
Tabela 25 -	Variação ênclise/próclise no contexto de variação II em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).	119
Tabela 26 -	Casos de interpolação de elementos diferentes de não em textos portugueses e brasileiros (séculos XVI-XVIII).	124

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Adv	Advérbio
C	Complementador
Cl	Clítico
Fin	Finitude
Force	Força
I	Flexão
T	Tempo
V	Verbo lexical
v	verbalizador
X <sup>0</sup>	Núcleo
XP	Sintagma
Σ	Sigma
2P	Segunda posição
GU	Gramática Universal
LF	Forma Lógica
MD	Morfologia Distribuída
P&P	Teoria de Princípios & Parâmetros
PB	Português Brasileiro
PCl	Português Clássico
PE	Português Europeu
PF	Forma Fonológica
PM	Português Médio
V1	Verbo em primeira posição
V2	Verbo em segunda posição

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>A LÍNGUA PORTUGUESA E AS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO</b>	<b>20</b>
2.1	A GRAMÁTICA PORTUGUESA INFLUENTE	21
<b>2.1.1</b>	<b>Questões relacionadas à periodização</b>	<b>24</b>
2.2	POSIÇÃO E COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS COMO PRESSUPOSTO ARGUMENTATIVO	32
<b>2.2.1</b>	<b>Interpolação</b>	<b>33</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Colocação</b>	<b>37</b>
2.3	CONTRIBUIÇÃO DA DISSERTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	41
<b>2.3.1</b>	<b>Argumentos para o desenvolvimento da gramática clássica no Brasil Colonial</b>	<b>42</b>
<b>2.3.2</b>	<b>A gramática portuguesa no contexto multilíngue do Brasil Colonial</b>	<b>43</b>
2.4	SÍNTESE	45
<b>3</b>	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	<b>46</b>
3.1	APARATOS TEÓRICOS	47
3.2	NATUREZA DOS PRONOMES CLÍTICOS	49
3.3	DERIVAÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES CLÍTICOS	54
<b>3.3.1</b>	<b>Derivação dos clíticos da sintaxe até a morfologia</b>	<b>55</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Derivação da interpolação dos clíticos adverbiais</b>	<b>59</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Derivação da colocação dos clíticos adverbiais</b>	<b>62</b>
3.4	HIPÓTESES DE TRABALHO	65
3.5	CORPUS: DOCUMENTOS ESCRITOS POR BRASILEIROS NO BRASIL COLÔNIA (SÉCULOS XVII-XVIII)	69
3.6	SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	78
<b>3.6.1</b>	<b>Particularidades da transcrição</b>	<b>78</b>
<b>3.6.2</b>	<b>Critérios de classificação</b>	<b>80</b>
3.7	SÍNTESE	85

<b>4</b>	<b>A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM TEXTOS BRASILEIROS COLONIAIS</b>	<b>87</b>
4.1	INTERPOLAÇÃO	88
4.1.1	<b>Interpolação do não em sentenças matrizes</b>	<b>89</b>
4.1.2	<b>Interpolação do não em sentenças dependentes</b>	<b>92</b>
4.1.3	<b>Interpolação de constituintes generalizados</b>	<b>95</b>
4.2	COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS	96
4.2.1	<b>Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas com verbo em primeira posição</b>	<b>97</b>
4.2.2	<b>Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas precedidas por sujeito não modais e construções de tópico/foco marcado</b>	<b>98</b>
4.2.3	<b>Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas precedidas por conjunções coordenativas, orações dependentes e construções de deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica</b>	<b>101</b>
4.2.4	<b>Colocação dos clíticos em sentenças dependentes afirmativas</b>	<b>104</b>
4.3	SÍNTESE	105
<b>5</b>	<b>O PORTUGUÊS CLÁSSICO EM TEXTOS DO BRASIL COLÔNIA</b>	<b>107</b>
5.1	O CORPUS E OS RESULTADOS EMPÍRICOS: OBSERVAÇÕES	108
5.2	VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO	110
5.2.1	<b>Interpolação do não</b>	<b>112</b>
5.3.2	<b>Interpolação generalizada</b>	<b>115</b>
5.3.3	<b>Colocação dos clíticos</b>	<b>116</b>
5.3.4	<b>Síntese</b>	<b>121</b>
5.3	INTERPOLAÇÃO NO PORTUGUÊS CLÁSSICO: UMA ANÁLISE ALTERNATIVA	122
5.4	OS CONTEXTOS DE COLOCAÇÃO CLÍTICA E O REQUERIMENTO FONOLÓGICO EM TEXTOS DO BRASIL COLÔNIA	130
5.5	PERCURSO DAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS NO BRASIL E EM PORTUGAL A PARTIR DE 1600	138
5.6	SÍNTESE	152

<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	153
	<b>REFERÊNCIAS</b>	157

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a gramática portuguesa que foi uma das bases de formação do português brasileiro (PB) é o foco de interesse de muitos estudos linguísticos, seja na perspectiva sócio-histórica, seja na perspectiva linguística (CASTRO, 1996; GALVES, 2007; MORAES DE CASTILHO, 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007, RIBEIRO, 2015[1998], *inter alia*)<sup>1</sup>. Entre os fenômenos linguísticos utilizados para fornecer elementos que contribuam com essa discussão, estão a sintaxe dos clíticos (GALVES, 2007). Tais trabalhos instigaram e impulsionaram a realização deste estudo, que tem como propósito ampliar o debate sobre as origens do português brasileiro e investigar, também através da sintaxe dos clíticos, qual gramática portuguesa foi um dos pontos de partida para a formação do PB.

Para isso, analiso a interpolação e a colocação dos clíticos em sentenças finitas com verbo único de textos coloniais brasileiros, representativos da primeira metade dos séculos XVII e XVIII e que compõem parte do *corpus* colonial do CE-DOHS (*Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*)<sup>2</sup>. A análise sintática é balizada pela teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1986) e seus desdobramentos no estudo da sintaxe diacrônica.

A interpolação consiste em um fenômeno não obrigatório, em que o clítico e o verbo não estão adjacentes, mas separados por um elemento interpolado, o qual, em determinadas fases do português, podia ser o elemento de negação *não* (exemplo 1) ou um outro constituinte qualquer (exemplo 2).

1. Também se o não comeres agora, podes dizer-lhe adeus.

Cardoso Pires, séc. XX, Martins (2016, p.423).

2. todollos adubyos que lhes conpridoiros e neçesareos forem (...)

Lisboa, séc. XV, Martins (2001, p.459).

<sup>1</sup> O percurso da gramática portuguesa foi amplamente estudado, principalmente na sintaxe dos clíticos, tanto na vertente da gramática europeia (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2005; MARTINS, 1994, 2011; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; NAMIUTI, 2008; MAGRO, 2007; ANDRADE; 2010 *inter alia*) quanto na vertente da gramática brasileira (CARNEIRO, 2005; CARNEIRO, GALVES, 2010; ANDRADE, CARNEIRO, 2014; LEMOS, 2019; LOBO, 1992; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999 *inter alia*).

<sup>2</sup> “O CE-DOHS (Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão) disponibiliza, na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1823 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1724, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia, num total de 1.553 textos editados em linguagem *xml* (*aproximadamente 1 milhão de palavras*); conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1822 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590 e em processo de edição no mesmo formato do conjunto 1, sendo paulatinamente liberado para acesso. Adicionalmente, há um conjunto de textos escritos no Brasil por portugueses, nos primeiros 150 anos da colonização. A anotação sintática de parte dos acervos está em curso, via convênio com o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe”. Cf. em [www.cedohs.uefs.br](http://www.cedohs.uefs.br).



- iii. a colocação dos clíticos em escritos do Brasil Colônia, assim como em escritos portugueses do século XVII, provavelmente deve apresentar, como opção preferencial, a colocação pré-verbal (próclise) em contextos variacionais, os quais se manterão os mesmos das fases passadas do português de Portugal.
- iv. espera-se encontrar pequenas diferenças da propagação do português clássico no Brasil em comparação com o português clássico em Portugal, como uma redução gradativa, em níveis quantitativos, da presença da interpolação do *não* nos textos e da ocorrência de ênclise nos contextos variacionais.

Assim concebida, a dissertação está organizada em quatro capítulos.

No **segundo capítulo**, apresento um panorama sobre as propostas existentes a respeito da origem portuguesa do PB e as introduzo a questões relacionadas à periodização, além de delimitá-las com base na periodização usada nesta dissertação. Em seguida, mostro como a posição e a colocação dos clíticos são pressupostos argumentativos válidos para investigar qual gramática portuguesa foi uma das bases formativas do PB e apresento uma síntese do comportamento desses fenômenos na história do português. Com base nisso, apresento a hipótese central deste trabalho – o português brasileiro mudou em relação ao português clássico – e faço algumas observações a respeito da língua portuguesa no contexto multilíngue do Brasil Colonial. Em geral, esse capítulo apresenta uma reflexão crítica sobre a influência da língua portuguesa na formação do PB, define a hipótese central a ser defendida e pontua como o comportamento dos clíticos pronominais pode apresentar respostas significativas para a verificação dessa hipótese.

O **capítulo terceiro** enfoca os pressupostos teóricos e metodológicos que balizam a análise sintática realizada. Sobre os pressupostos teóricos, apresento uma justificativa sobre a escolha de aspectos da gramática gerativa para a condução teórica da análise e, com base nesse aporte teórico, descrevo como compreendo a natureza dos pronomes clíticos e como acontece a derivação sintática de sua posição e colocação no português médio (PM) e no português clássico. A derivação sintática é explicada com base na Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; EMBICK; NOYER, 2001). Apresento, ainda, as hipóteses de trabalho secundárias desenvolvidas sobre o comportamento sintático dos clíticos com base nos pressupostos teóricos levantados anteriormente. Já quanto aos pressupostos metodológicos, descrevo o *corpus* usado nesta pesquisa e apresento as particularidades de transcrição dos dados e os critérios de classificação utilizados.

No **quarto capítulo**, apresento uma descrição do comportamento dos clíticos em sentenças matrizes finitas de verbo único nos textos analisados. Os dados são descritos conforme a classificação utilizada em pesquisas anteriores sobre a posição e colocação dos

pronomes clíticos (CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; NAMIUTI, 2008). Quanto à posição, observo os contextos e a quantidade de ocorrência do fenômeno da interpolação do *não* e da interpolação de elementos diferentes do *não* em sentenças finitas matrizes e dependentes, observando algumas variáveis, como o tipo de constituinte precedente. Quanto à colocação do clítico, descrevo a ordem desse pronome em sentenças com verbos únicos finitos em primeira posição (V1) e em outras posições na sentença ( $V \geq 2$ ), observando os contextos de variação e de obrigatoriedade da ênclise e da próclise na história do português. Apenas a descrição dos dados, sem nenhuma análise, é apresentada neste capítulo.

O **quinto capítulo** apresenta a análise dos dados obtidos. As hipóteses de trabalho secundárias expostas no capítulo 2 são retomadas, a fim de verificar se foram ou não confirmadas. Os resultados demonstram a presença do português clássico nos textos coloniais brasileiros e confirmam boa parte das hipóteses secundárias, mas apresentam particularidades quanto às hipóteses elaboradas sobre o fenômeno da interpolação de elementos diferentes do *não* e sobre a manutenção dos contextos variacionais de colocação clítica. Essas particularidades são retomadas e destacadas em seções posteriores nesse mesmo capítulo, em que analiso separadamente cada uma e proponho análises alternativas sobre elas, as quais envolvem uma nova forma de pensar a interpolação no português clássico, uma observação acerca dos contextos variacionais de colocação clítica e os percursos distintos das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil.

Na conclusão, sumário os resultados encontrados e aponto os questionamentos que ficaram em aberto nesta pesquisa, traçando caminhos para investigações outras sobre os pronomes clíticos no Brasil Colônia.

## 2 A LÍNGUA PORTUGUESA E AS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste capítulo, faço uma reflexão sobre qual teria sido a gramática portuguesa chegada ao Brasil que, posteriormente, compôs a base de formação do português brasileiro, surgido dentro de um contexto multilíngue<sup>3</sup>. Problematizo a questão e argumento, a partir da posição e da colocação dos clíticos pronominais, que a gramática portuguesa preponderante foi, possivelmente, o português clássico<sup>4</sup>.

Tomo como quadro de referência para a descrição e análise da gramática de outros períodos históricos<sup>5</sup> a teoria gerativa (CHOMSKY, 1986) e mais especificamente os estudos em sintaxe diacrônica (KROCH, 1994; ROBERTS, 2007). Nessa perspectiva, a gramática é a representação teórica da língua-I, competência mental do ser humano que permite a aquisição de uma língua, constituída a partir de princípios universais e parâmetros, sendo estes fixados conforme os dados linguísticos recebidos durante a aquisição. A mudança sintática é compreendida como uma alteração na fixação de um parâmetro, que ocorre de forma abrupta na mente dos falantes, mas é refletida nos textos de forma gradual<sup>6</sup>.

São discutidas aqui as seguintes questões:

- i. qual gramática portuguesa contribuiu significativamente para a formação do PB, constituindo-se como uma de suas bases linguísticas?
- ii. como a sintaxe dos pronomes clíticos nos textos pode fornecer evidências para responder à pergunta i?
- iii. qual foi o impacto exercido pela gramática portuguesa na formação do português brasileiro?

---

<sup>3</sup> O Brasil colonial passou por um processo generalizado de multilinguismo, com centenas de línguas indígenas das populações autóctones e centenas de línguas africanas trazidas no âmbito do tráfico de escravos. Cf. Mattos e Silva (2004, p. 123).

<sup>4</sup> Essa mesma questão, utilizando os mesmos fenômenos sintáticos, foi discutida por Galves (2007), cujo trabalho inspirou esta dissertação.

<sup>5</sup> Nesta dissertação, a gramática de determinado período é entendida como padrões convergentes de gramáticas individuais.

<sup>6</sup> Na perspectiva gerativa, a gramática é compreendida como uma representação teórica da Língua-I, que é o estado final da capacidade inata do ser humano para a linguagem. A exteriorização desse conhecimento linguístico, por sua vez, compõe a língua-E, apresentada, para os estudos diacrônicos, nos textos escritos que fundamentam as análises linguísticas. Segundo Kroch (1994, p. 2), a mudança sintática é entendida como uma falha na transmissão de traços linguísticos, associada, portanto, ao processo de aquisição da gramática de uma língua. No processo de mudança sintática, a gramática inovadora substitui a gramática conservadora. A aquisição da gramática inovadora é catastrófica na mente dos falantes e ocorre por uma fixação diferente de um parâmetro, mas, em textos escritos, o reflexo da mudança se dá de forma lenta e gradual, havendo uma competição entre a gramática inovadora, aprendida natural e espontaneamente, e a gramática conservadora, relacionada a questões sociolinguísticas e culturais. O curso da mudança, nos textos, reflete sempre uma taxa constante (KROCH, 1994, p. 3), que apresenta uma curva em “S”: essa gradação temporal é considerada um período de variação entre as formas em competição.

O capítulo se organiza como segue. Nesta seção, introduzo a discussão a ser realizada durante o texto e sua organização. Na seção seguinte, são apresentadas as três gramáticas constantemente destacadas pelas pesquisas como hipóteses alternativas do que seria a base portuguesa preponderante do PB (o português quatrocentista, o português seiscentista e o português oitocentista), inserindo-as no seu contexto histórico e, a partir disso, assumo a periodização de referência para esta dissertação. Na seção 2.2 abordam-se a interpolação e a colocação dos clíticos nas fases gramaticais do português anteriormente mencionadas, a fim de expor as diferenças linguísticas dessas fases e de destacar a ordem clítica como pressuposto argumentativo para a defesa de uma gramática portuguesa preponderante. A seção 2.3 inclui a hipótese que assumo nesta dissertação, segundo a qual a gramática portuguesa preponderante para a formação do PB foi o português clássico. Para isso, apresento os motivos sócio-históricos e linguísticos que dão suporte a essa escolha. Adicionalmente, discuto sobre o papel do português clássico no contexto multilíngue do Brasil Colonial. Por último, faço uma síntese do capítulo na seção 2.4.

## 2.1 A GRAMÁTICA PORTUGUESA INFLUENTE

A investigação sobre a(s) gramática(s) que vieram com os portugueses à América é um dos elementos-chave para a compreensão da história do português brasileiro. O tema é central para Castro (1996, p. 138), que defende que “antes de mais, há que determinar qual o tipo de português efetivamente transportado nas caravelas” e para Ribeiro (2015[1998], p. 41), que formulou o problema através da seguinte questão: “a mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática?”. Diversas são as pesquisas e as tentativas de respostas sobre essa pergunta, incluindo propostas construídas a partir da sintaxe dos clíticos (GALVES, 2007). Não há, entretanto, uma resposta consensual para esse questionamento<sup>7</sup>.

Em geral, há três propostas sobre qual gramática do português teria sido uma das bases para composição do PB:

---

<sup>7</sup> O debate sobre a “língua das caravelas” (GALVES, 2007) esteve, por muito tempo, associado às discussões sobre unidade linguística e sobre o debate inovação *versus* conservação do português brasileiro. Desse modo, as pesquisas linguísticas associavam a gramática portuguesa chegada ao Brasil a determinadas dinâmicas de formação do PB. Os pesquisadores que defendem a característica conservadora do PB atribuem tais traços à gramática do português antigo (ELIA, 1979; MEGALE, 1998; MELO, 1971[1946]; MORAES DE CASTILHO, 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007; SILVA NETO, 1976[1951]). Já os estudiosos defensores de uma feição preponderantemente inovadora no PB (HOLM, 2009; LUCCHESI, 2012; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) não associam diretamente os resultados de suas pesquisas à natureza da gramática portuguesa trazida ao Brasil, embora alguns defensores da influência do contato linguístico relacionem as origens portuguesas do PB ao português clássico (GALVES, 2007; GALVES; KROCH, 2016; NEGRÃO; VIOTTI, 2014).

- i. o português médio (1385-1499), e, mais especificamente, o português quatrocentista<sup>8</sup>;
- ii. o português clássico (1500-1699);
- iii. o português oitocentista (entre 1800 e 1899).

Os defensores pioneiros da primeira proposta (COHEN, 1997; CUNHA, 1976[1968]; ELIA, 1979; MEGALE, 1998; MELO, 1971[1946]; SILVA NETO, 1976[1951]) se utilizavam da semelhança de determinados aspectos fonético-fonológicos e lexicais<sup>9</sup> do português brasileiro (em especial do português popular brasileiro)<sup>10</sup> com dados encontrados em textos portugueses antigos. São poucos os fenômenos sintáticos listados, como a posposição dos pronomes possessivos e demonstrativos (MELO, 1971[1946], p. 86) ou a impessoalização do verbo *ter* (MELO, 1971[1946], p. 61). A colocação dos clíticos é lembrada por muitos autores (MELO, 1971[1946], p. 84; SILVA NETO, 1976[1951], p. 178; ELIA, 1979, p. 241), que afirmam que a colocação proclítica do PB já estava presente no português médio, não havendo, em relação a esse fenômeno, uma gramática inovadora brasileira.

Os argumentos sintáticos a favor da gramática portuguesa média como origem do PB ganham força com os trabalhos de Moraes de Castilho (2001, 2013)<sup>11</sup> e Naro e Scherre (2007)<sup>12</sup>. Segundo Moraes de Castilho (2001, p. 58), a gramática quinhentista ainda estava por se formar quando o Brasil foi invadido pelos portugueses, em meados de 1500; a “língua das caravelas”, portanto, só pode ter sido a gramática quatrocentista<sup>13</sup>. Essa ideia é sustentada através de alguns fenômenos linguísticos, como as construções de tópico, o redobramento sintático e o dequeísmo, encontrados em textos quatrocentistas e que teriam gerado construções brasileiras, como a preferência pelo uso do gerúndio em detrimento do verbo no infinitivo (MORAES DE CASTILHO, 2013). Naro e Scherre (2007), por sua vez, mostram que certos dados de concordância verbal, concordância nominal e de preenchimento do sujeito pronominal,

<sup>8</sup> Cf. tópico 1.1.1 a respeito da periodização adotada nesta dissertação.

<sup>9</sup> Entre os aspectos fonético-fonológicos, estão a prosódia brasileira, citada por todos os autores consultados, ensurdecimento do “r” final e redução do grupo intervocálico “nd” a “n” nos gerúndios (MELO, 1971[1946], p. 57; SILVA NETO, 1976[1951], p. 141). Entre os aspectos lexicais, estão variantes como “despois” e “agardecer” (SILVA NETO, 1976[1951], p. 180) e a manutenção do significado antigo de determinados vocábulos, diferente do significado moderno aplicado, como “reinar”, significando fazer travessuras, e “aéreo”, significando perplexo, comum em dialetos regionais brasileiros (SILVA NETO, 1976[1951], p. 175).

<sup>10</sup> Silva Neto (1976 [1951], p. 236) estende a hipótese arcaica ao português culto, ressaltando a chegada de uma grande leva de portugueses, a partir do século XVI, oriundos de áreas “arcaicizadas”, como as áreas de Entre Douro e Minho, Madeira, Açores e Trás-os-Montes (SILVA NETO, 1976[1951], p. 142).

<sup>11</sup> Moraes de Castilho (2001, 2013) usa textos não literários e literários, escritos entre os séculos XII e XIV. Para o século XX, a autora utiliza dados do Projeto “A linguagem falada culta na cidade de São Paulo”.

<sup>12</sup> Naro e Scherre (2007) utilizam dados do português antigo, do português brasileiro e do português europeu.

<sup>13</sup> Melo (1971[1946], p. 97) é quem defende primeiro a gramática portuguesa que chegou ao Brasil como a gramática quatrocentista.

considerados por algumas pesquisas como características inovadoras do PB, já existiam no português médio e chegaram ao Brasil com os portugueses do primeiro século da colonização.

A segunda proposta – o PB mudou em relação ao português clássico – foi defendida inicialmente por Houaiss (1988[1985], p. 32), que determinou o século XVI como o “estado inicial comum aos territórios de Portugal e do Brasil”, por Ribeiro (2015[1998])<sup>14</sup>, que levou em consideração a chegada contínua de portugueses ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e por Pagotto (1992)<sup>15</sup>, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), Galves (2007)<sup>16</sup>, Andrade e Carneiro (2014), Carneiro e Galves (2010)<sup>17</sup> e Galves e Kroch (2016), que, ao observarem a colocação dos pronomes clíticos, confirmam essa hipótese. Na periodização proposta por Galves (2007), a gramática posterior ao português antigo corresponde a uma gramática média,

<sup>14</sup> Ribeiro (2015 [1998], p. 43) defendeu que o português trazido ao Brasil foi, ao menos, dois: o português dos séculos XVI-XVIII e o português dos séculos XIX-XX, com se verá a seguir.

<sup>15</sup> Pagotto (1992) utilizou textos de natureza vária, escritos no Brasil entre os séculos XVI a XX:

1ª metade do século XVI (XVI1): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Documentos Históricos do Espírito Santo (série documentos históricos, cartas, um relatório e um testamento); Anaes de El rei Dom João III, Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (capítulo I e II), Crestomatia Arcaica (fragmentos do Sacramentale do Ho Flos Sanctorum em lingoage portugues);

2ª metade do século XVI (XVI2): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento); Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil (volume III, cartas 34 e 35).

1ª metade do século XVII (XVII1): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento); Documentos Históricos do Espírito Santo;

2ª metade do século XVII (XVII2): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento); Documentos Históricos do Espírito Santo;

1ª metade do século XVIII (XVIII1): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Rio de Janeiro; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento); Governadores do Rio de Janeiro (Correspondência de governadores do Rio de Janeiro ativa e passiva com a Corte, cartas das páginas 11-24); Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil;

2ª metade do século XVIII (XVIII2): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento); Documentos Históricos do Espírito Santo; Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil; Cartas do Rio de Janeiro (série de cartas do Vice-Rei do Marquês de Lavradio);

1ª metade do século XIX (XIX1): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo (conjunto de documentos que arrolam posses do Mosteiro de São Bento);

2ª metade do século XIX (XIX2): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia; parte do Processo contra escravos (Arquivo Público Municipal de Uberaba, MG); Cartas diversas do século XIX (conjunto de cartas de diversas origens);

1ª metade do século XX (XX1): Cartas diversas (Arquivo de cartas pessoais de diversas origens);

2ª metade do século XX (XX2): Cartas do Nordeste (Arquivo de cartas pessoais de A. C.; Arquivo de cartas de S. L (conjunto de cartas pessoais).

<sup>16</sup> Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) e Galves (2007) utilizam dados do *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe (CTB), constituído por textos portugueses, em versão eletrônica e anotada, escritos por autores nascidos entre o século XVI e XIX (cf. <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>).

<sup>17</sup> Andrade e Carneiro (2014) e Carneiro e Galves (2010) utilizam cartas brasileiras, escritas nos séculos XIX e XX, editadas por Carneiro (2005).

que se inicia no século XIV e tem, no século XVI, o fim do período de competição de gramáticas, com base em Kroch (1994). Desse modo, a gramática estabilizada em meados do século XVI – o português clássico – foi, sem dúvida, a gramática portuguesa que veio ao Brasil (GALVES; KROCH, 2016, p. 503).

A terceira proposta – o português oitocentista foi a base portuguesa do PB – foi também defendida por Ribeiro (2015[1998]), com base na chegada maciça de portugueses ao Brasil, junto à corte imperial, no século XIX. Essa ideia foi detalhadamente mencionada por Paixão de Sousa (2010, p. 16) e por Moraes de Castilho (2013, p.13) como uma das possibilidades de delimitação da origem do PB<sup>18</sup>. Pesquisas a respeito da colocação dos clíticos, realizadas por Pagotto (1992, 1999), Carneiro (2005) e Martins (2009)<sup>19</sup>, mostram dados do português europeu (PE) em textos escritos por brasileiros. A presença da colocação clítica à maneira do PE nesses textos, entretanto, se relaciona mais com a constituição de uma norma brasileira prestigiada (PAGOTTO, 1999, p. 51-52) do que com a formação do português brasileiro, tendo sua influência reduzida e restrita à vertente prestigiada do PB.

As duas primeiras propostas se diferenciam quanto a aspectos sócio-históricos. Enquanto a primeira leva em consideração o primeiro século da colonização portuguesa e a formação incipiente do português clássico nesse período, a segunda leva em consideração a imigração portuguesa ocorrida durante os três séculos do Brasil Colonial. A terceira proposta é construída com base no aumento da presença europeia, no Brasil, no período oitocentista, e nas influências deixadas pelo PE nos textos escritos por brasileiros.

Minha hipótese de partida é a opção (ii). Considero, para tanto, que a influência do PE, conforme a opção iii, só atinge uma dada camada social, de forma a levar à constituição de uma norma linguística, e não de uma mudança no português brasileiro vernacular; assim, a terceira ideia não entra em confronto com as outras duas e, portanto, não necessariamente as exclui. Entre o português médio e o português clássico, entende-se, como se verá a seguir, que a sintaxe média, embora possa ter chegado ao Brasil, não teve influência significativa sobre o PB. Para chegar a essa conclusão, porém, se faz necessária a delimitação temporal de cada uma dessas gramáticas.

### **2.1.1 Questões relacionadas à periodização**

---

<sup>18</sup> Ambas as autoras citadas não defendem a hipótese, apenas mencionam mais claramente a existência dela.

<sup>19</sup> Carneiro (2005) trabalhou com 500 cartas, escritas por brasileiros nascidos entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Martins (2009) utilizou vinte e quatro peças de teatro escritas por brasileiros nascidos no litoral de Santa Catarina, nos séculos XIX e XX.

O estudo sobre a gramática que antecede e serve de base para a formação do sistema gramatical brasileiro exige uma tomada de decisão face a questões de natureza teórica, sobretudo em relação à periodização da língua portuguesa. Entretanto, a existência de várias periodizações da língua portuguesa, condicionadas por distintos fatores, faz com que a questão não seja trivial. Além disso, a discussão sobre a gramática portuguesa que contribuiu para a constituição do PB levanta questões que tornam necessária a reflexão sobre uma periodização que atenda às necessidades da pesquisa.

As periodizações do português são definidas, a depender do ponto de vista adotado, por:

- i. critérios unicamente associados à história externa da língua (SILVA NETO 1951[1976]; LEITE DE VASCONCELOS, 1911);
- ii. critérios unicamente linguísticos, prevalecendo, muitas das vezes, o aspecto morfofonológico (BECHARA, 1985) e, em pesquisas mais recentes, aspectos sintáticos (GALVES, 2007);
- iii. uma confluência de ambos os fatores, associando a história com a gramática, tanto para a delimitação dos períodos como para sua denominação (CASTRO, 1999, 2004[1945]; BECHARA, 1985).

As periodizações desenvolvidas a partir de critérios linguísticos encontram, ainda, diferentes classificações quanto à datação dos textos analisados: a depender da teoria linguística norteadora da análise dos dados, os documentos são classificados quanto à data de sua produção ou quanto à data de nascimento dos autores<sup>20</sup>, esta sob a perspectiva da teoria gerativa, que inter-relaciona mudança e aquisição (LIGHTFOOT, 2006)<sup>21</sup>. Essas duas classificações não se excluem, uma vez que uma mesma proposta de periodização pode se basear em ambas as formas, em consequência da impossibilidade de precisar a data de nascimento de autores dos primeiros textos escritos em português.

Soma-se a isso a existência de duas perspectivas quanto à delimitação das fases gramaticais: o surgimento de um novo período pode ser marcado a partir da consolidação da

---

<sup>20</sup> Esta perspectiva é adotada em periodizações mais recentes e associadas à teoria gerativista, como a periodização de Galves (2007).

<sup>21</sup> Conforme Lightfoot (2006), a aquisição de uma língua acontece na infância. Desse modo, a data de nascimento dos autores se torna um ponto importante para conseguir uma visão aproximativa, em textos escritos, sobre o início da mudança na Língua-I.

gramática nova<sup>22</sup> (LEITE DE VASCONCELOS, 1911) ou a partir dos primeiros indícios de seu surgimento (GALVES, 2007). Essa última perspectiva parte da noção de gramática da teoria gerativa (CHOMSKY, 1986), que busca compreender a língua-I, isto é, a competência mental do falante que permite o uso da língua. Os textos escritos compõem a língua-E, identificada como os enunciados produzidos pela língua-I. Em períodos de mudança gramatical, ocorre uma competição entre estruturas incompatíveis (KROCH, 1994), durante a qual uma determinada marcação de parâmetro, inovadora, surge e se espalha, aos poucos, em uma comunidade linguística. Desse modo, uma nova fase gramatical surge e passa a coexistir com a gramática antiga, havendo, antes de sua consolidação, um período de variação, em que a gramática inovadora substitui a gramática conservadora por um processo apresentado nos textos como lento e gradual<sup>23</sup>.

Diante de tais escolhas, nesta dissertação decidi seguir duas orientações gerais. Primeiro, visando à compreensão do período que antecede o português brasileiro, a periodização adotada não deve deixar de considerar os fatores sócio-históricos, que condicionaram, direta e indiretamente, um processo de formação linguística peculiar<sup>24</sup>. Faz-se necessário, também, associar esses fatores a critérios linguísticos (MATTOS E SILVA, 1994), mostrando, muitas das vezes, a aproximação entre os fatos sócio-históricos e as mudanças gramaticais observadas nos textos. Segundo, uma vez que esta dissertação segue os pressupostos da teoria gerativa, entende-se que, para a escolha de uma periodização, os dados oriundos dos textos analisados precisam ser datados, sempre que possível, considerando o nascimento dos autores, porque isso permitirá observar o surgimento de uma nova gramática nos textos, por associação a um processo de competição de gramáticas (KROCH, 1994).

Adota-se, nesta dissertação, a periodização da história de língua portuguesa de Lindley Cintra, tal como documentada em Castro (1999, 2004[1945]), com ajustes cronológicos<sup>25</sup> a respeito do início do surgimento do PCI e do PE, orientados pela periodização proposta por Galves (2007). As zonas em cinza marcam os períodos de provável ocorrência de competição

---

<sup>22</sup> Na perspectiva da periodização baseada em critérios externos, a divisão da história do português era, também, delimitada pelo término de ciclos sócio-históricos e não pelo prenúncio de uma nova fase (cf. Silva Neto, 1976[1951]).

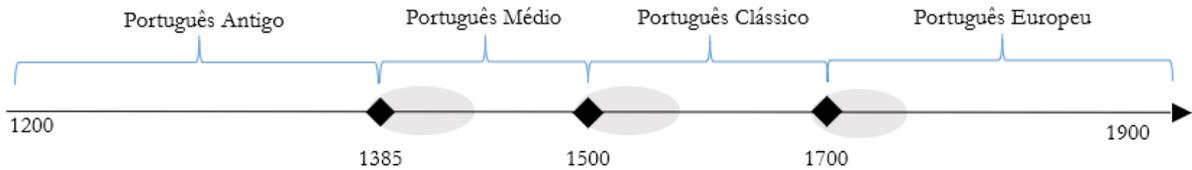
<sup>23</sup> Para a teoria gerativista, a mudança gramatical ocorre de forma abrupta na mente dos falantes. Nos textos, porém, o reflexo dessa mudança é lento e gradual (KROCH, 1994).

<sup>24</sup> Entre tantos fatores sócio-históricos, estão a preferência pelo uso da língua geral indígena em detrimento do português nos primeiros séculos do Brasil Colonial, o grande contingente populacional de africanos, a miscigenação entre povos de diferentes etnias (surgindo os mulatos e mamelucos), a baixa presença de portugueses e obrigação do uso e do ensino da língua portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, por um decreto assinado pelo Marquês de Pombal Cf. Mattos e Silva (2004) para mais detalhes.

<sup>25</sup> Cintra identifica um período pré-literário do português, antes do século XII. Como esta pesquisa considera apenas textos escritos, essa fase da língua portuguesa não é considerada (cf. Castro, 1999, p. 3).

de gramáticas e foram delimitadas conforme a proposta das “franjas de separação” de Cardeira (2005) e da competição de gramáticas a partir de Galves (2007), configurando-as com uma mesma duração, tanto no início do português médio quanto no início do português europeu.

Figura 01 – Periodização do português com base em Cardeira (2005), Cintra (CASTRO, 1999)<sup>26</sup> e Galves (2007).



Fonte: autoria própria.

A proposta de periodização de Cintra, conforme Castro (1999, 2004 [1945]), é composta a partir de critérios sócio-históricos e de eventos simbólicos no plano da escrita. Tais fatores, entretanto, se relacionam com pesquisas posteriores, que utilizam dados linguísticos e que, de certa forma, confirmam a periodização.

A existência de uma mudança gramatical entre os séculos XIV e XV, surgindo o português médio, se observa, nos textos escritos, tanto em aspectos morfofonológicos quanto em aspectos sintáticos. Cardeira (2005), ao analisar textos antigos do português, destacou dois fenômenos linguísticos, imbricados na morfologia e na fonologia: a síncope do *-d-* e a regularização dos participípios passados em *-udo*. O primeiro fenômeno consiste na perda do *-d-* intervocálico em verbos flexionados na 2ª pessoa do plural. Essa mudança é gradual e resulta na criação de um encontro vocálico nessas formas verbais (exemplos 5 e 6). Por outro lado, o segundo fenômeno consiste na substituição, após um período de variação, dos participípios passados da 2ª. conjugação, antes marcados pelo sufixo *-udo*, para o sufixo *-ido*, semelhantemente aos verbos da 3ª. conjugação (exemplo 7). Tais mudanças acontecem a partir da segunda metade do século XIV.

5. estades → esta-es → estais.
6. vendedes → vende-es → vendeis.
7. temudo → temido.

<sup>26</sup> Cintra não define, em textos, a delimitação temporal das fases gramaticais. Castro (1999) quem faz esse ajuste temporal, com base nas discussões de Cintra.

Martins (1994)<sup>27</sup>, por sua vez, realizou um estudo sintático sobre a colocação e a posição dos pronomes clíticos. A respeito da colocação dos clíticos, a autora propôs ter-se iniciado uma mudança a partir do século XIII, com crescimento exponencial entre os séculos XIV e XV: em contextos neutros, isto é, nos quais há variação entre ênclise e próclise, o clítico deixa de ocorrer majoritariamente após o verbo, enclítico (exemplo 8), para ocorrer preferencialmente em posição anterior, proclítico ao verbo (exemplo 9). Ao analisar a interpolação generalizada (exemplos 10 e 11), isto é, a possibilidade de, entre o pronome clítico e o verbo, aparecerem constituintes variados – sujeito, sintagma preposicional, sintagma adverbial, complementos verbais etc. –, Martins (1994) destaca, no mesmo período, uma diminuição desse fenômeno, favorecendo a adjacência entre clítico e verbo<sup>28</sup>.

8. e façouos della doaçam (...)

Noroeste de Portugal, séc. XV, Martins (1994, p. 54).

9. E uos fazemos em ello procurador (...)

Lisboa, séc. XV, Martins (1994, p. 54).

10. que lhj eles venderõ.

Noroeste de Portugal, séc. XIV, Martins (1994, p. 171).

11. e que nom Achara quen lhj Majs deytase no dicto CasaL (...)

Lisboa, séc. XIV, Martins (1994, p. 95).

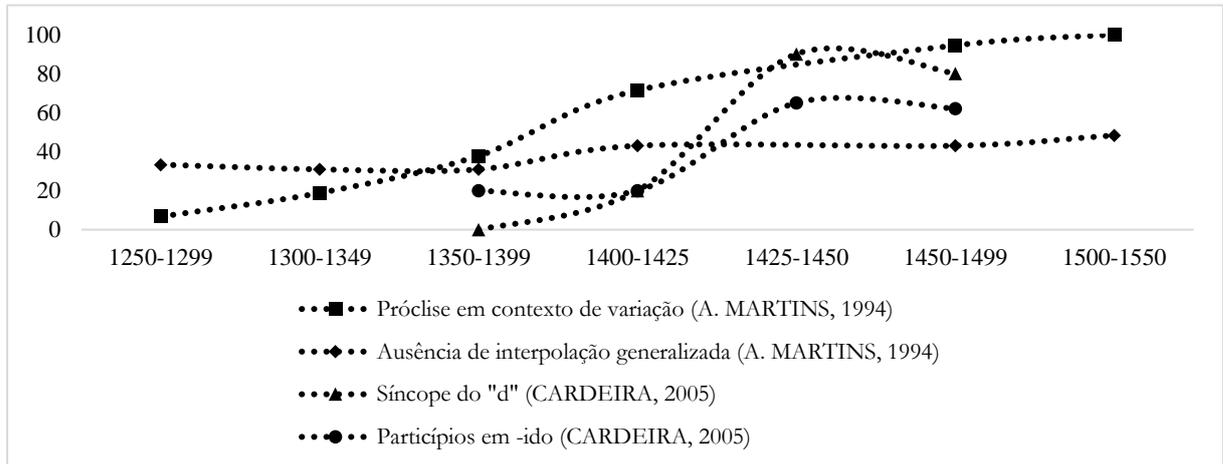
O aumento quantitativo desses fenômenos, que são a síncope do *-d-* em formas de 2ª pessoa do plural, a regularização dos participios em *-udo*, a próclise em contexto variacional e a adjacência do clítico ao verbo (sem contar nesse último fenômeno o marcador de negação, por razões que serão esclarecidas mais à frente), marca o surgimento de uma nova gramática. Percebe-se que, a partir de 1385, há uma curva ascendente, que envolve a morfologia, fonologia

<sup>27</sup> Martins (1994) utiliza, para os séculos XII a XVI, um *corpus* de documentos notariais, editado pela autora, e dados linguísticos de outros *corpora* de pesquisadores diversos, quando necessário. Para os séculos XVI ao XIX, a autora se utiliza apenas de textos literários. A data dos textos antigos corresponde à data de escrita, enquanto a data dos textos clássicos corresponde à data de nascimento. Uma vez que os textos do português antigo não possuem uma autoria, só foi possível determinar os autores dos textos literários, utilizados a partir do século XVI. São eles: Cartas de Afonso Albuquerque de Afonso de Albuquerque (1462?-1515); Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel de Damião Góis (1502-1574); Peregrinações de Fernão Mendes Pinto (1510?-1583); Da Ásia de Diogo do Couto (1542-1616); Cartas familiares de D. Francisco Manuel de Mello (1608-1697); Sermões de Padre Antonio Vieira (1608-1697); Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney (1713-1792); Doutrinas de Estética Literária de Almeida Garrett (1799-1854) e História da República Romana de J. P. Oliveira Martins (1845-1894).

<sup>28</sup> A interpolação do “não” tem percurso e porcentagens diferentes (cf. Martins, 1994). A história dos clíticos no português – sua ordem e sua posição –, incluindo a interpolação do “não”, é detalhada na próxima seção.

e sintaxe da gramática portuguesa, confluindo para a consolidação, após um período de variação, de uma nova fase gramatical, denominada aqui de português médio<sup>29</sup>.

Gráfico 01 – Comportamento de quatro fenômenos de mudança relacionados ao português médio.



Fontes: Martins (1994) e Cardeira (2005), com adaptações.

Portanto, os fatos históricos eleitos como marcos na proposta de Cintra, presente em Castro (1999), estão em consonância com possíveis critérios linguísticos de periodização, o que, por tabela, confere viabilidade à proposta aqui adotada. Além disso, considera de perto o quadro teórico proposto em Kroch (1994), isto é, a competição de gramáticas.

A delimitação do fim do português médio e do início do português clássico no início do século XVI se trata de um ajuste cronológico em relação à periodização de Cintra, presente em Castro (1999), e foi estabelecida com base nos critérios seguintes: i. a escolha adotada nesta dissertação de considerar, para fins de periodização, preferencialmente a data de nascimento dos autores e ii. a diferença de fenômenos linguísticos entre o século XV e XVI, tendo em vista diferenças significativas de fenômenos linguísticos nas duas fases gramaticais<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Observa-se que, embora Kroch (1994) delimite a hipótese da taxa constante e a curva em “s” apenas para mudanças sintáticas, os fenômenos observados por Cardeira (2005) apresentam curva semelhante.

<sup>30</sup> A definição de uma fase intermediária entre o português médio e o português europeu não é um consenso entre as pesquisas e envolve dois problemas centrais: um problema temporal e um problema terminológico. Quanto ao problema temporal, há pesquisas que consideram o período entre os séculos XIV e XVII como uma única fase gramatical – o português médio – (GALVES, 2007; NAMIUTI, 2008; PAIXÃO DE SOUSA, 2004); outros estudos discordam da existência de uma fase média e só consideram as fases antiga e clássica do português (ANDRADE; GALVES, 2019; MARTINS, 1994) e ainda há quem defenda, assim como nesta dissertação, a existência do português médio e clássico (CARDEIRA, 2005). Já o problema terminológico envolve a consideração ou não de fatores extralinguísticos para a nomenclatura da fase gramatical, havendo distintas denominações para esse período (séculos XIV-XVII): português médio e português clássico (CARDEIRA, 2005), português médio (GALVES, 2007; NAMIUTI, 2008, PAIXÃO DE SOUSA, 2004), português hispânico (GALVES, 2012), português pan-ibérico (MARTINS, 2011) etc. Esse cenário diversificado de periodizações e nomenclaturas aponta duas considerações relevantes sobre a história do português entre os séculos XIV e XVII: i. esse período se constitui como um período de definição complexa, com os mesmos pesquisadores apresentando

Quanto ao primeiro critério, o ajuste cronológico é realizado em virtude da delimitação do surgimento do português clássico, na periodização de Cintra, ser definido como 1536 a partir da publicação da gramática de Fernão de Oliveira, sendo, portanto, um critério sócio-histórico. Uma vez que a publicação dessa obra, assim como outros textos metalinguísticos que surgem nesse período, deixa transparecer a gramática internalizada que seus autores aprenderam na infância e que, por sua vez, já apresenta traços do português clássico (GALVES, 2009), o ajuste para o início do século XVI é feito na tentativa de aproximar a publicação dessas obras à data de nascimento dos escritores, em consonância com a orientação geral desta dissertação para a escolha de uma periodização baseada, sempre que possível, na data de nascimento dos escreventes e não na data de produção dos textos.

O segundo critério, por sua vez, é baseado nas mudanças linguísticas apresentadas nos textos seiscentistas em comparação a textos do século anterior, marcadas majoritariamente pelo desaparecimento de formas bastante utilizadas anteriormente. Essas mudanças estão listadas no Quadro 1.

Quadro 01 – Mudanças linguísticas entre os séculos XV e XVI em textos portugueses.

Fenômenos fonológicos e morfológicos	Fenômenos morfossintáticos
Uniformização das nasais finais <i>-ã</i> , <i>-õ</i> no ditongo nasal <i>-ão</i> .	Sistematização de dêiticos demonstrativos em dois subsistemas, um ternário e outro binário ( <i>aqui</i> , <i>ai</i> ~ <i>hi</i> , <i>ali</i> e <i>cá</i> , <i>lá</i> ).
Sistematização dos hiatos do português antigo, resultando em ditongo decrescente, ditongo crescente, tritongo, dissílabo e monossílabo.	Desaparecimento do uso de dêiticos anafóricos ( <i>ende</i> ~ <i>en</i> e <i>hi</i> )
Simplificação do sistema de quatro sibilantes.	Desaparecimento de conjunções típicas do português antigo ( <i>ca</i> , <i>pero</i> e <i>poren</i> com sentido explicativo), <i>ergo</i> , <i>mais pero</i> , <i>macar que</i> etc.
Regularização da vogal temática <i>-u</i> dos participios passados dos verbos regulares da 2ª conjugação.	Mudança no uso dos verbos auxiliares <i>haver/ter</i> e <i>ser/estar</i> .

Fonte: Mattos e Silva (2007, p. 101-103).

---

distintas nomenclaturas e periodizações; *ii.* apesar do avanço nas pesquisas, ainda há muitas questões pertinentes sobre a língua portuguesa desse período a serem resolvidas. Uma vez que, para tratar das origens portuguesas do português brasileiro, se faz necessária a definição das gramáticas anteriores a sua formação, nesta dissertação, a periodização definida toma como pressuposto principal fatores linguísticos, levando em consideração, sempre que possível, as datas de nascimento dos autores e o surgimento de mudanças linguísticas como indício de uma nova gramática. A definição de duas fases do português – o português médio e o português clássico – leva em conta não só esses critérios, mas também diferenças linguísticas, que não necessariamente envolvem mudança, entre o português de 1400 e o português de 1600, cruciais para entender as diferentes propostas sobre as origens do PB.

A grande maioria dos fenômenos listados acima, segundo Mattos e Silva (2007, p. 103), só ocorre até a primeira metade do século XVI, havendo mudança e/ou desaparecimento desses fenômenos logo após esse período. Embora muitas dessas mudanças se caracterizem como consolidação de mudanças iniciadas em 1385, no português médio, as diferenças linguísticas entre o português de 1400 e o português de 1600 precisam ser levadas em consideração para a compreensão sobre as origens portuguesas do PB. Para além disso, estudos sintáticos recentes têm encontrado o início de novas mudanças no período quinhentista. Andrade e Galves (2019, p. 14-16) encontram diferenças significativas entre o português médio e o português clássico, como a posição do objeto com pronome demonstrativo em orações matrizes e dependentes, a presença do sujeito nulo em orações matrizes com objeto acusativo e a frequência de introdutores de enquadre (*frame-setters*) em orações matrizes com objeto acusativo. A diferença é mais expressiva, em níveis quantitativos, quanto à posição de objetos com pronome demonstrativo em sentenças dependentes<sup>31</sup>.

Quadro 02 – A posição de objetos com demonstrativo em sentenças dependentes.

	Séculos XIV-XV	Séculos XVI-XVII
Pré-verbal	67% (394)	1% (6)
Pós-verbal	33% (180)	99% (139)
<b>Total</b>	<b>100% (574)</b>	<b>100% (145)</b>

Fonte: Andrade e Galves (2019, p.14), com adaptações.

Assim, o século XVI se apresenta como um período marcado pela consolidação e pelo surgimento de formas gramaticais em oposição à gramática anterior, que aparece, na primeira metade do século, em competição com a forma inovadora. A definição dessa data também pode ser justificada quanto à sintaxe e à ordem dos clíticos em relação à gramática anterior. Em determinado contexto neutro – que será explicitado mais adiante – sem elementos que condicionam uma determinada colocação clítica, a próclise alcança níveis próximos a 90% em textos escritos por autores nascidos em meados do século XVI. A variação ênclise/próclise, já em decadência no português médio, é reduzida a porcentagens mínimas (MARTINS, 1994, p. 56) e a interpolação generalizada, característica marcante do português médio, tem uma queda brusca a partir da segunda metade do século XVI.

<sup>31</sup> Nesse trabalho, os autores consideram o contraste como crucial para entender a mudança sintática ocorrida entre essas duas gramáticas. A partir dos fenômenos estudados, concluem que o português antigo seria uma gramática V2 simétrica, enquanto o português clássico seria uma gramática V2 assimétrica.

Cabe notar, ainda, que a delimitação do fim do português médio no século XVI não é um consenso. Diversas outras pesquisas consideram o português médio como um período de transição entre o português antigo e o português europeu e que perdura em textos de escritores nascidos nos séculos XV, XVI e XVII (GALVES, 2007; NAMIUTI, 2008, PAIXÃO DE SOUSA, 2004). Nesta pesquisa, entretanto, com base nos critérios apresentados anteriormente, utilizarei o termo “português médio” como a gramática portuguesa representativa dos portugueses nascidos entre 1385 e 1499. A partir de 1500, considero, portanto, a existência de uma outra gramática, denominada aqui de *português clássico*.

A escolha por um ajuste cronológico em relação à delimitação do surgimento do PE, se direcionando à periodização defendida por Galves (2007), se justifica pelas pesquisas linguísticas realizadas mais recentemente, que, ao investigarem fenômenos sintáticos diversos, encontram a inflexão da gramática europeia na primeira metade do século XVIII<sup>32</sup>. Além disso, o recuo de um século no início do PE se deve provavelmente à metodologia de análise adotada por Galves (2007), embasada na data de nascimento dos autores dos textos estudados.

Sendo assim, para compreender qual gramática portuguesa foi preponderante para a formação do PB, tendo em vista as três gramáticas destacadas anteriormente (o português quatrocentista, o português seiscentista e o português oitocentista), é preciso entender as diferenças gramaticais de cada um desses estágios. Como se verá a seguir, o comportamento dos pronomes clíticos pode contribuir para essa diferenciação.

## 2.2 POSIÇÃO E COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS COMO PRESSUPOSTO ARGUMENTATIVO

A posição e a colocação dos clíticos são fenômenos propícios para a distinção de gramáticas portuguesas, pois foram bastante mutáveis ao longo do tempo. A presença de elementos interpolados entre o clítico e o verbo apresenta diferenças quanto ao seu contexto e frequência ao longo da história do português, sendo possível o estabelecimento de fases gramaticais a partir da observação desse fenômeno. Além disso, a existência de contextos

---

<sup>32</sup> Embora existam outras datações a respeito do surgimento do PE, envolvendo, inclusive, o mesmo fenômeno sintático (MARTINS, 1994), a proposta de Galves (2007) apresenta uma gama maior de fenômenos linguísticos associados. Entre os fenômenos estão a colocação dos clíticos (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005), a posição do sujeito em sentenças com clíticos (PAIXÃO DE SOUSA, 2004), o uso de determinante em sintagmas possessivos (FLORÍPI, 2008) e o uso do “se” indeterminado nas orações infinitivas (CAVALCANTE, 2006). Cf. Galves (2007, p. 11). Mais recentemente, a existência de uma gramática intermediária entre português antigo e PE moderno ganha força (MARTINS, 2016), o que também dá suporte à adoção da proposta de Galves (2007).

definidos de colocação clítica em verbos únicos finitos, havendo contextos obrigatórios de colocação pós-verbal e pré-verbal e contextos de variação, contribui para uma efetiva comparação entre os diferentes estágios do português: as três propostas sobre a língua portuguesa que chegou ao Brasil, por envolverem três estágios gramaticais distintos, implicam três formas distintas de colocação dos clíticos.

Desse modo, expõem-se aqui os padrões de interpolação e de colocação dos clíticos nas gramáticas portuguesas, a partir da periodização defendida acima, a fim de entender como os clíticos pronominais podem contribuir para lançar luz sobre qual teria sido a gramática portuguesa preponderante na formação do PB.

### 2.2.1 Interpolação

A interpolação, fenômeno de não adjacência do clítico ao verbo, constitui-se como um *locus* privilegiado para investigações gramaticais, já que apresenta, em toda a história do português, mudanças específicas que contribuem para a compreensão do surgimento de fases gramaticais. Em construções com interpolação (exemplos 11 e 12), o pronome clítico e o verbo estão intercalados por um outro elemento, cuja natureza e frequência variam a depender da fase gramatical analisada.

12. Destas minhas mazelas já me não queixo (...)

Melo, séc. XVII, Namiuti (2006, p. 182).

13. Não é menos o que me lá anda neste infelíssimo jôgo.

Melo, séc. XVII, Namiuti (2006, p. 173).

Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006, p. 50) destacam três pontos cruciais quanto à interpolação: a natureza do elemento interpolado, o contexto de ocorrência e a ordem linear.

Quanto à natureza do elemento interpolado, estudos linguísticos (MARTINS, 1994, p. 161; NAMIUTI, 2006, 2008) dividiram dois grupos: a interpolação de constituintes generalizados –sujeito, sintagma preposicional, sintagma adverbial, objeto direto, objeto indireto, particípio passado, infinitivo, quantificador, oração reduzida, vocativo, núcleo predicativo de natureza adjetival e a interpolação de mais de um constituinte (cf. exemplos 14 e 15) – e a interpolação do marcador de negação *não* (exemplo 16). Essa separação aconteceu em virtude de sua frequência relativa e de sua natureza morfossintática.

14. Isto que lhes eu mãdo (...) Noroeste de Portugal, séc. XIII, Martins (1994, p. 171).
15. de todollos adubyos que lhes compridoiros e neçesareos forem (...) Lisboa, séc. XV, Martins (1994, p. 175).
16. que me nôm nêbram (...) Noroeste de Portugal, séc. XIII, Martins (1994, p. 162).

O contexto de ocorrência da interpolação mudou ao longo da história do português. Antes, a interpolação do *não* e a de outros constituintes eram restritas a contextos obrigatórios de próclise (sentença 17), como orações dependentes e matrizes com elementos proclisadores. No português clássico, a interpolação de negação passou a ser encontrada em sentenças matrizes neutras, sem a presença de licenciadores de próclise (exemplo 18).

17. o quall casal lhe asi emprazou (...) Noroeste de Portugal, séc. XVI, Martins (1994, p. 189).
18. Dom Manoel de Lima o não quiz (...) Couto, séc. XVI, Namiuti (2006, p. 177).

A ordem linear da interpolação na sentença também é significativa, podendo o elemento interpolado estar contíguo ou não ao elemento introdutor da oração (exemplos 19 e 20):

19. pera esto que se adiante segue (...) Noroeste de Portugal, séc. XVI, Martins (1994, p. 166).
20. os quaes Casaaes com todas suas pertença lhes asy emprazavam. Noroeste de Portugal, séc. XVI, Martins (1994, p. 196).

No português antigo, segundo Martins (1994, p. 182-183) e Mattos e Silva (2010[1989], p. 853), a interpolação de constituintes generalizados era frequente e poderia ocorrer com qualquer constituinte que pudesse ocupar uma posição pré-verbal. Os contextos de ocorrência, para a interpolação generalizada, eram exclusivamente sentenças com presença obrigatória da próclise e, na quase totalidade dos casos, o clítico é imediatamente adjacente ao elemento introdutor da oração e condicionador da próclise, podendo ser, por exemplo, um pronome relativo ou outra conjunção subordinativa.

Tabela 01 – Interpolação de constituintes generalizados (séc. XIII-XVI).

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
<b>Interpolação generalizada</b>	66,6% (6/39)	69,1% (78/113)	57,0% (70/123)	51,7% (62/120)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	33,3% (13/39)	30,9% (35/113)	43,0% (53/123)	48,3% (58/120)
<b>Total</b>	<b>100% (39)</b>	<b>100% (113)</b>	<b>100% (123)</b>	<b>100% (120)</b>

Fonte: Martins (1994, p. 193), com adaptações.

Como se vê na tabela acima, no português médio, isto é, entre o século XIV e o século XV, há um declínio, em nível quantitativo, de ocorrências de interpolação de constituintes generalizados: de um total de 69,1% de ocorrências no século XIV passa a existir, no século seguinte, apenas 57% de ocorrências de elementos interpolados em sentenças que permitem essa configuração. Essa mudança se acentua no século XVI, em que chega próximo de 50%.

Segundo Martins (1994, p. 193), a interpolação do *não* era mais frequente (com porcentagens de 94% e 96%, nos séculos XIII e XIV) que a interpolação de constituintes generalizados (alcançando 66% e 69%, nos séculos XIII e XIV).

Tabela 02 – Interpolação do *não* no português antigo e médio (séc. XIII-XVI).

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	94,1% (16/17)	96,8% (30/31)	90,7% (13/14)	90,0% (18/20)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	5,9% (1/17)	3,2% (1/31)	9,3% (1/14)	10% (2/20)
<b>Total</b>	<b>100% (17)</b>	<b>100% (31)</b>	<b>100% (14)</b>	<b>100% (20)</b>

Fonte: Martins (1994, p. 193), com adaptações.

Conforme a Tabela 2, a interpolação do elemento de negação também mostra uma queda na passagem do português médio para o português clássico: de 96,8% no século XIV, passa a ocorrer em 90,7% das sentenças possíveis no século seguinte. Além disso, surgem nos dados poucos casos de interpolação em sentenças matrizes neutras<sup>33</sup>.

No português clássico, isto é, a partir do século XVI, segundo Namiuti (2006, p. 173), a interpolação generalizada é encontrada em cinco textos de autores nascidos somente até a

<sup>33</sup> Martins (1994, p.186) cita alguns casos de interpolação ocorridos em sentenças não dependentes neutras no português médio e clássico, ambiente de variação ênclise/próclise, em *corpora* outros. A autora, entretanto, não considera os casos como gramaticalmente representativos. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006, p. 53) consideram esses dados como “indicadores de uma inflexão na sintaxe dos clíticos ao redor dos 1400”.

i. Eu **me** não **apartarei** já do senhor cardeal (...)

Século XVI, Lobo (1992, p. 123), Martins (1994, p. 251).

primeira metade do século XVII. Esse tipo de interpolação ocorre com uma menor quantidade de constituintes (pronomes, sujeitos, quantificadores, sintagmas preposicionais e alguns advérbios) e com baixa frequência, registrando-se poucos casos, a maioria com a inserção de sujeitos pronominais entre o clítico e o verbo.

Tabela 03 – Interpolação generalizada no português clássico.

	<b>1500-1549</b>	<b>1550-1599</b>	<b>1600-1649</b>	<b>1650-1699</b>
<b>Interpolação generalizada</b>	13% (59/459)	1% (6/508)	1% (7/822)	0% (0/543)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	87% (400/459)	99% (502/508)	99% (815/822)	100% (543/543)
<b>Total</b>	<b>100% (459)</b>	<b>100% (508)</b>	<b>100% (822)</b>	<b>100% (543)</b>

Fonte: Galves, et al (2019, p. 14) com adaptações.

Ainda no português clássico, a interpolação do operador de negação predicativa em sentenças subordinadas prevalece com frequência alta, entre 84% a 90% de ocorrência.

Tabela 04 – Interpolação do *não* em sentenças subordinadas no português clássico.

	<b>1500-1549</b>	<b>1550-1599</b>	<b>1600-1649</b>	<b>1650-1699</b>
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	90% (118/131)	84% (133/159)	88% (276/314)	90% (153/169)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	10% (13/131)	16% (26/159)	12% (38/314)	10% (16/169)
<b>Total</b>	<b>100% (131)</b>	<b>100% (159)</b>	<b>100% (314)</b>	<b>100% (169)</b>

Fonte: Galves, et al (2019, p. 17) com adaptações.

Em sentenças matrizes sem a presença de um operador condicionador da próclise, a interpolação se torna bastante produtiva em escritores nascidos até meados do século XVII (NAMIUTI, 2006, p. 183; GALVES ET AL, 2019, p. 17).

Tabela 05 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes no português clássico.

	<b>1500-1549</b>	<b>1550-1599</b>	<b>1600-1649</b>	<b>1650-1699</b>
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	56% (9/16)	34% (10/29)	39% (22/56)	70% (49/70)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	44% (7/16)	66% (19/29)	61% (34/56)	10% (21/70)
<b>Total</b>	<b>100% (16)</b>	<b>100% (29)</b>	<b>100% (56)</b>	<b>100% (70)</b>

Fonte: Galves, et al (2019, p. 17) com adaptações.

Na passagem do português clássico para o português europeu moderno, a interpolação do *não* se mantém frequente, embora não seja a opção mais usada nem esteja disponível para todos os falantes (MARTINS, 2016, p. 423). Já a interpolação de elementos diferentes do *não* só aparece no século XIX e em apenas um dos autores estudados por Namiuti (2008), com uma frequência baixa e limitada a pronomes, alguns sintagmas preposicionais e advérbios. Magro (2007), em um *corpus* composto por doze autores oitocentistas, encontra elementos dêiticos e pronominais interpolados em maior frequência que os dados obtidos por Namiuti (2008). Além disso, dados semelhantes são encontrados em um *corpus* português dialetal do século XX,<sup>34</sup> o que leva a autora a concluir que a interpolação de elementos diferentes do *não*, no português europeu, se trata de um novo tipo de interpolação, diferente, portanto, do fenômeno existente no português antigo e médio.

Nesta dissertação, uma outra proposta de análise para esse tipo de interpolação é apresentada. Diferentemente do que afirma Magro (2007), proponho<sup>35</sup>, que a interpolação de constituintes diferentes do *não*, que aparece na primeira metade dos séculos XVI e XVII e nos dados do português dialetal europeu, constitui-se como fenômeno unificado, que se diferencia da interpolação generalizada do português médio<sup>36</sup>.

### 2.2.2 Colocação

A colocação dos pronomes clíticos, ao longo da história do português, apresentou contextos obrigatórios para a colocação pós-verbal (ênclise) e para a colocação pré-verbal (próclise), além de contextos variacionais<sup>37</sup>.

A colocação pós-verbal é obrigatória em sentenças cujo verbo ocupa a primeira posição da frase (V1), independentemente da gramática analisada<sup>38</sup> (exemplos 21 e 22). Por outro lado, a colocação pré-verbal é obrigatória em sentenças finitas dependentes, independentemente do seu tipo, ou da presença ou não de um complementizador (exemplo 23), e em sentenças finitas

<sup>34</sup> O *corpus* citado é o CORDIAL-SIN: Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects, desenvolvido por professores da Universidade de Lisboa. Cf. <http://clul.ulisboa.pt/recurso/cordial-sin-syntax-oriented-corpus-portuguese-dialects>.

<sup>35</sup> Essa proposta foi inicialmente pensada pelo coorientador desta dissertação, Aroldo Leal de Andrade. Agradeço-o pela contribuição nesta análise.

<sup>36</sup> Essa proposta é detalhada mais adiante, no capítulo 4.

<sup>37</sup> Sabe-se que o português brasileiro não apresenta os mesmos contextos. Cf. Lemos (2019).

<sup>38</sup> Segundo Martins (1994), nesse tipo de sentença, denominado de V1, a ênclise de pronomes pessoais átonos foi categórica, segundo Adolf Tobler (1875), no francês antigo e, segundo Mussafia (1886), no italiano antigo. Para Wackernagel (1892), a obrigatoriedade da posição enclítica para qualquer palavra átona é característica comum a todas as línguas indoeuropeias. Tais estudos derivaram a Lei de Tobler-Mussafia e a Lei de Wackernagel, respectivamente, e não correspondem a muitas das atuais línguas românicas – como o português brasileiro e o francês –, que permitem a próclise em posição inicial absoluta da sentença (MARTINS, 2013).

não-dependentes, quando o verbo está precedido por operadores de negação predicativa, certos quantificadores, marcadores de foco, determinados advérbios em posição pré-verbal e sintagmas QU-<sup>39</sup> (exemplos 24 a 28). Esses elementos são chamados de “atratores” ou licenciadores de próclise.

21. damola e outogarmos a uos e a todos uossos sucessores em escambo por outra uya (...)
 

Lisboa, séc. XIII, Martins (1994, p. 49).
22. Defendeu-o, emparou-o (bem sabe Vossa Paternidade a história) e como verdadeiro amigo escreveu-lhe (...)
 

Luís de Sousa, séc. XVI, Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 43).
23. e lhe Requeriu que o metesse per ella em posse do dicto Mosteiro segundo se em ella cõtijnha (...)
 

Noroeste de Portugal, séc. XV, Martins (1994, p. 95).
24. e que ñõ gahase contra elle May sentença ñõ o metese em reuelia.
 

Noroeste de Portugal, séc. XIV, Martins (1994, p. 17).
25. e todos de hũa parte e da outra assy o outorgarom.
 

Noreste de Portugal, séc. XV, Martins (1994, p. 19).
26. Fico certo de entre-|gar as chaves de uma casa ao Capitam| Mariano, más Thotonio só me en-|tregou a chave da porta da rua, ñõ| me disendo onde tinha deixado| as outras.
 

Carta 386, séc. XIX, Carneiro (2005, p. 76).
27. Joanhina apertou a avó com ambos os braços; e sem dizer uma palavra, sem fazer um só gesto, lentamente e silenciosamente se retirou para dentro de casa.
 

Almeida Garret, séc. XIX, Corpus Tycho Brahe.
28. Como te atreves?!
 

Expresso, séc. XXI, Martins (2016, p. 406).

Em sentenças em que não há licenciadores de próclise nem V1, não há restrição ao tipo de colocação clítica, formando contextos de variação. A grande maioria dos estudos linguísticos que tratam desse fenômeno tem dividido esse contexto em dois ambientes<sup>40</sup>, a partir da

<sup>39</sup> Segundo Martins (1994), os quantificadores precisam ocupar uma posição interna à sentença e precisam ter uma leitura quantificacional. Nem todo quantificador se encaixa nesses critérios; do grupo dos determinantes, por exemplo, apenas os determinantes relativos/proporcionais condicionam a próclise (MARTINS, 2016). Em relação aos advérbios, não há relação a outros critérios, como a classe semântica (MARTINS, 2016). Alguns exemplos são: *sempre*, *também*, *cá*, alguns advérbios terminados em *-mente* etc. Em geral, os advérbios proclisadores formam um grupo não homogêneo, que inclui alguns advérbios focalizadores ou aspectuais.

<sup>40</sup> Esses contextos, denominados contexto de variação I e contexto de variação II, foram formulados primeiramente por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005). A grande maioria das pesquisas sobre a colocação clítica segue esses contextos (cf. Paixão de Sousa, 2004; Carneiro, 2005; Martins, 2009; Lemos, 2019, entre outros). Há, no entanto, outras pesquisas que não subclassificam os contextos de variação (cf. Rocha, 2009).

preferência pela colocação enclítica ou proclítica ao longo da história do português. O contexto de variação I integra as sentenças com verbo precedido por sujeito não focalizado, por sintagma preposicional ou por advérbio não proclisador (cf. exemplos 29 a 31) e o contexto de variação II engloba as sentenças com verbo em posição inicial em uma segunda oração coordenada e com verbo precedido de orações dependentes (cf. exemplos 32 e 33):

29. As outras profecias cumprem-se a seu tempo (...)

30. Dos outros salvar-se-ha ametade; e dos grandes e poderosos quantos?

31. Agora o vereis (...)

32. Deus julga os pensamentos, mas conhece-os (...)

33. e se sois e fostes sempre bom, julgam-vos mal (...)

Sermões de Vieira, séc. XVII, Galves (2015, p. 63).

Segundo Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), o contexto de variação II apresenta alta frequência de pronomes enclíticos desde o início do século XVI; no entanto, apresenta flutuação nos textos, pois a colocação é determinada aí por questões prosódicas e de processamento, não sendo possível correlacionar a evolução da frequência desse fenômeno com a porcentagem de ênclise de um mesmo autor no contexto de variação I. No contexto II, a colocação clítica é condicionada pelo tamanho da sentença, i.e., quanto maior a oração subordinada inicial, maior a probabilidade de ênclise (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 22). Já no subconjunto de sentenças com verbos precedidos por oração coordenada, efeitos de paralelismo levam, por razões diferentes, a que também haja flutuação nesse contexto.

Assim, o contexto de variação I se torna mais relevante por não obedecer a restrições extra-sintáticas, que tornam, por exemplo, o contexto de variação II o reflexo de uma variação permanente, e por isso opaca a mudanças sintáticas. Nesse contexto, preferências por determinado tipo de colocação podem ser observadas para identificar diferentes fases gramaticais.

Segundo Martins (1994, p. 56), os primeiros textos em língua portuguesa, que são representantes do português antigo, registram uma preferência enclítica<sup>41</sup>, alcançando 93% de ocorrência no século XIII, preferência esta que se mantém no século XIV. A partir da segunda

<sup>41</sup>Martins (1994) não divide o contexto variacional em dois grupos.

metade do século XV, a preferência se inverte, com grande participação da próclise. Sob essa perspectiva, podem-se identificar duas gramáticas: a do português antigo e a do português médio.

Tabela 06 – Ênclise/Próclise em contexto de variação no português antigo e médio.

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50
<b>CI-V</b>	6,7% (3/45)	18,8% (9/48)	37,8% (14/37)	71,4% (20/28)	94,4% (34/36)	100% (61/61)
<b>V-CI</b>	93,3% (42/45)	81,2% (39/48)	62,2% (23/37)	28,6% (8/28)	5,6% (2/36)	0% (0/61)
<b>Total</b>	<b>100% (45)</b>	<b>100% (48)</b>	<b>100% (37)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (36)</b>	<b>100% (61)</b>

Fonte: Martins (1994, p. 56).

Dentre as sentenças correspondentes aos contextos de variação I, as sentenças com sujeito lexicalmente preenchido em posição pré-verbal são as que mais favorecem a próclise, alcançando 82,4% e 100% nos séculos XIV e XV, correspondentes ao português médio (MARTINS, 1994, p. 78).

Na passagem do português médio para o português clássico, a colocação dos clíticos se mantém essencialmente proclítica, divergindo, nas pesquisas, apenas em níveis quantitativos. Martins (1994, p. 56) encontra 100% de próclise, no contexto de variação, em textos não literários, e 72% a 98% próclise em textos literários quinhentistas (MARTINS, 1994, p. 273). Salvi (1990) confirma a tendência proclítica, encontrando 46% e 84% de próclise em textos literários quinhentistas<sup>42</sup> e Lobo (1992, p. 211-213), ao analisar documentos da Corte de D. João III, escritos entre 1524 e 1562<sup>43</sup> encontra um nível categórico de próclise. No contexto de variação I, Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005, p. 45) também confirmam a tendência à próclise, com níveis acima de 80%.

A passagem do português clássico para o português europeu é, segundo Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), marcada por uma inversão na tendência da colocação clítica no contexto de variação I, sendo a ênclise a opção categórica encontrada nos textos. A datação quanto ao início dessa gramática diverge a depender do autor e do ponto de vista adotado. Para Martins (1994), no século XVII já se notaria a presença da gramática enclítica do PE, em processo de competição com a gramática do PCI, representadas, respectivamente, pelos

<sup>42</sup> Salvi (1990) não exibiu seus dados em porcentagem. Lobo (1992, p. 217) é quem faz essa contabilização.

<sup>43</sup> O *corpus* usado por Lobo (1992) corresponde a uma parte de documentos de familiares do rei D. João III, que integram a edição crítica intitulada *Letters of the Court of John III – King of Portugal*, realizada por J. D. M. Ford e L. G. Moffatt. A data definida corresponde à data de escrita dos documentos.

*Sermões* de Antônio Vieira (68,4% de ênclise) e Francisco Manuel de Melo (7,7% de ênclise), ambos nascidos no período seiscentista.

Entretanto, para Galves (2002), boa parte das construções enclíticas encontradas nos *Sermões* de Vieira são, na verdade, construções de tópico contrastivo, que desencadeiam a ênclise, como exposto no exemplo 34, em que os termos *Elles/Christo* são contrastados em contextos de paralelismo, tipicamente associado a tópicos contrastivos.

34. Elles conheciam-se, como homens, Christo conhecia-os, como Deus.  
*Sermões de Vieira, séc. XVII, Galves (2002, p. 392).*

Assim, para Galves (2002), a gramática europeia só se iniciaria no século XVIII, com a progressiva ampliação da ênclise no contexto de variação I.

### 2.3 CONTRIBUIÇÃO DA DISSERTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como já apontado, a hipótese central a ser verificada nesta dissertação corresponde à segunda proposta apresentada na seção 1.1, segundo a qual a gramática portuguesa que chegou ao Brasil corresponde ao português clássico. Essa ideia é amparada em argumentos sócio-históricos e linguísticos, a partir de dados demográficos brasileiros (RIBEIRO, 2015[1998]) associados à sintaxe dos clíticos em diferentes fases da periodização aqui adotada e da noção de competição de gramáticas, estabelecida por Kroch (1994). Esses pontos são detalhados na subseção seguinte.

A defesa de uma gramática portuguesa preponderante para a constituição do português brasileiro contribui para entender – mesmo que minimamente<sup>44</sup> – o nível de influência do multilinguismo que existiu durante todo o Brasil Colonial e, conseqüentemente, as diferenças entre a gramática brasileira contemporânea e o PE. Isso acontece porque, apesar da presença pequena do português no cenário multilíngue colonial, foi a gramática portuguesa chegada ao Brasil que se constituiu como uma das bases linguísticas para o PB, o qual passou por modificações radicais ao longo de seu processo formativo.

---

<sup>44</sup> Sabe-se que a compreensão do português que chegou ao Brasil não esgota a compreensão da formação do português brasileiro. Esse tema é apenas uma das tantas lacunas a preencher a respeito da história do PB, na qual esta dissertação se concentra.

### 2.3.1 Argumentos para o desenvolvimento da gramática clássica no Brasil Colonial

Nos primeiros séculos após o início da colonização portuguesa nas terras autóctones da América do Sul, a entrada de europeus no Brasil foi gradativa. Segundo Venâncio (2007, p. 65), aproximadamente cem mil portugueses invadiram as terras brasileiras ao longo dos séculos XVII e XVIII. A imigração branca só ganha volume, conforme Silva Neto (1976[1951], p.73), a partir de 1653: antes disso, as estimativas contabilizavam apenas trinta mil brancos (SIMONSEN, 2005[1937], p. 158). Desse modo, a maior parte dos colonizadores metropolitanos chegou à Colônia em meados do século XVII, quando, ao contrário do que afirma Moraes de Castilho (2001, p. 57), a gramática clássica já se encontrava estável.

O português médio pode ter chegado ao Brasil com os portugueses desembarcados nas primeiras décadas do século XVI: Lobo (1996, p. 114), ao analisar linguisticamente a Carta de Caminha, afirma que o autor é, “no que tange à ordem dos clíticos, um dos últimos representantes de uma sintaxe que chamaria ainda de ‘medieval’”. Entretanto, como os primeiros passos da colonização portuguesa foram dados apenas em 1532, foram as levas posteriores de europeus que trouxeram, em maior número, o português clássico.

A colocação dos clíticos, utilizada na divisão do português em fases gramaticais a partir de critérios linguísticos, também se constitui como argumento para a defesa do PCI como origem do PB. No início do século XVI, período que marca o surgimento dessa gramática, traços do português médio aparecem em baixa ocorrência, mostrando o fim de um processo de competição com a forma inovadora. Ou seja, embora nos primeiros anos de 1500 seja possível encontrar, nas primeiras levas de portugueses que chegaram ao Brasil, resquícios do português médio, os traços da gramática clássica já apresentam maior representatividade entre os falantes de português da colônia. Isso, se não contribui para fortalecer a hipótese de que a gramática do português clássico, tem um papel preponderante no PB, ao menos afasta a hipótese que defende uma feição arcaica inicial para essa variedade.

Para além disso, as pesquisas sobre a colocação clítica do PB em textos escritos por brasileiros nos séculos XIX e XX observaram competições entre gramáticas (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992), coexistindo, nos textos, traços do português clássico, do português brasileiro e do português europeu. Atesta-se, assim, uma forte presença da gramática clássica no Brasil, sendo encontrada até mesmo após o fim do período colonial, isto é, nos anos de 1800. Se tais resultados não provam, por si só, a base portuguesa clássica do PB, ao menos atestam a presença maciça dessa gramática, sendo capaz de deixar rastros em textos escritos até o século XIX.

A defesa dessa ideia, porém, se baseou, até então, em dados posteriores ao período colonial, uma vez que não foi realizado, ainda, um estudo com textos brasileiros escritos nos seiscentos e setecentos<sup>45</sup>. Por essa razão é que a presente dissertação pretende contribuir para essa discussão, ao se basear em dados brasileiros inéditos sobre a interpolação e a colocação dos pronomes clíticos no período colonial, na tentativa de demonstrar qual gramática portuguesa prevaleceu nos textos de escreventes brasileiros, nos primeiros séculos após o início da colonização portuguesa.

### **2.3.2 A gramática portuguesa no contexto multilíngue do Brasil Colonial**

Apesar de constituir a base linguística da formação do PB, a língua portuguesa não foi a única e nem a gramática mais usada ao longo do período colonial. Sabe-se que a língua portuguesa teve um papel restrito no cenário linguístico desse período: os portugueses constituíam apenas 30% da população total (MUSSA, 1991, p. 163)<sup>46</sup> e o uso da língua materna desses indivíduos era restrito a fins literários e administrativos. Mattos e Silva (2004, p. 90) descreve, como atores fundamentais no contexto do multilinguismo brasileiro, o português da Europa, que serviu de base histórica para o português culto, o português geral brasileiro – adquirido sobretudo pela população africana e afrodescendente – e as línguas gerais indígenas, que antecederam historicamente o português popular.

A polarização do português, em suas vertentes prestigiadas e não prestigiadas, foi, em parte, causada pelas diferentes formas de acesso à língua de prestígio no período colonial. Os descendentes de portugueses tiveram um maior acesso a dados linguísticos da língua que viria a se tornar majoritária – seja por via oral ou escrita, através da escolarização –, e assim aprenderam o português como língua materna. Já os descendentes de africanos e, em menor parte, de indígenas, tinham um ínfimo acesso à língua de prestígio (e em condições precárias), sendo o português a língua segunda ou terceira dessas populações. Essa polarização ocorreu em intensidades e contornos distintos pelo território. Soma-se a isso a invasão tardia dos sertões pelos europeus e a concentração dos portugueses da elite na costa, sendo, no mínimo, diferente, em tempo e em sintaxe, o alcance da gramática portuguesa nos sertões e no litoral brasileiro (LACERDA; ARAÚJO; CARNEIRO, 2018).

---

<sup>45</sup> Corôa (em andamento) está realizando um estudo linguístico com base em textos portugueses e brasileiros representativos do Brasil Colonial que poderá complementar a reflexão sobre o tema em pauta.

<sup>46</sup> Cf., além de Mussa (1991, p. 163), Carrara (2014) para uma revisão historiográfica sobre as estatísticas populacionais do Brasil Colonial.

Dada a importância para o contexto social da América Portuguesa e, assim, para a maior parte dos processos de aquisição dita “imperfeita” do português, a interferência dos povos afro-brasileiros se torna mais significativa do que uma aceleração do uso de determinadas construções sintáticas já existentes (em variação) no português, como afirmam Naro e Scherre (2007, p. 182), defensores da motivação interna das mudanças linguísticas por que passou o PB. A ideia da deriva, que adere a certa característica conservadora do PB (NARO; SCHERRE, 2007) vai de encontro, também, à forma gradativa como se deu a entrada dos portugueses no Brasil, o que permitiu que o português falado em Portugal nos períodos seiscentista e setecentista também chegasse ao solo brasileiro. Dessa forma, o observador cuidadoso de fatos da sócio-história do PB precisa desmistificar ideias que se baseiam em pressupostos de “isolamento” e “arcaicidade” frente às inovações europeias: a direção distinta que tomaram o PE e o PB precisa ser explicada por outros motivos.

Sendo assim, o estudo sobre a “gramática portuguesa das caravelas” não inviabiliza nem diminui a compreensão sobre o processo formativo do PB ou a participação das línguas gerais indígenas e do português geral em sua constituição. Pelo contrário, entende-se que a compreensão da gramática portuguesa inicialmente formada no Brasil é apenas uma das lacunas a serem preenchidas a respeito do português brasileiro. O recorte que esta pesquisa apresenta contempla mais amplamente a formação da vertente prestigiada do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 71) e a aquisição do português como língua materna, mas não descarta a necessidade de estudos sobre a vertente não prestigiada do português, afinal, compreende-se que a dinâmica de aquisição do português da maciça população colonial e o contato linguístico particular ocorrido no Brasil Colônia integram o quadro formativo do PB e têm, por isso, relevante papel na evolução de sua gramática, de tal forma a tornar-se distinta daquela que lhe deu a base linguística portuguesa e, até mesmo, de outras gramáticas portuguesas contemporâneas.

Finalmente, um estudo que permita lançar luz sobre a sintaxe dos clíticos oriunda do “português das caravelas” e que apresente, na medida do possível, esse mesmo fenômeno em textos de brasileiros, nascidos durante a época colonial, pode trazer contribuições significativas a respeito da influência do português europeu na formação das vertentes do PB e, por contraste, a respeito da influência de línguas outras no sistema gramatical brasileiro. Um caso especial dessa discussão diz respeito aos estudos linguísticos que analisam dados de diferentes vertentes do PB, que apresentam diferentes resultados quanto à hipótese de Lucchesi (1994), para quem haveria uma aproximação das vertentes prestigiadas e não prestigiadas em período mais recente da história do PB. Andrade e Carneiro (2014, p. 155) não observam uma aproximação das

vertentes e sim uma mesma direção ao distanciamento da gramática do PE, diferenciando-se as vertentes apenas em relação à velocidade da mudança. Lemos (2019, p. 203), ao analisar cartas pessoais manuscritas por escreventes de escolaridade diversa da região do sertão baiano, confirma a hipótese de Lucchesi (1994) e atesta aproximação das vertentes do PB. Portanto, não há ainda uma concordância a respeito da relevância de diferentes vertentes para a conformação do PB atual.

## 2.4 SÍNTESE

Chegou-se, neste capítulo, às seguintes conclusões:

- i. *sobre a gramática portuguesa que teria sido uma das bases linguísticas para a formação do português brasileiro*: há três principais propostas discutidas na literatura (o português médio, o português clássico e o português europeu oitocentista), e para abordá-las coerentemente, é preciso considerar uma periodização da história do português europeu que leve em conta aspectos linguísticos e sócio-históricos.
- ii. *sobre os pronomes clíticos como pressuposto argumentativo*: uma vez que a sintaxe dos clíticos é um importante *locus* de pesquisa para a divisão das fases gramaticais, a história de mudança gramatical desse fenômeno (resumida no Quadro 1) pode servir de indicador a respeito da gramática do português inicialmente configurada no Brasil, nos primeiros séculos após o início da colonização portuguesa.

Quadro 03 – Síntese da sintaxe dos clíticos durante a história do português.

		Português Médio	Português Clássico	Português Europeu Moderno
Interpolação de constituintes generalizados	de	em queda	inexistência	inexistência
Interpolação do “não”		variação	variação	desaparecimento (no dialeto padrão)
Colocação clítica (contexto de variação I)		Variação com tendência próclise	com à tendência à próclise	Ênclise categórica

Fontes: Martins (1994), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), Namiuti (2008), com adaptações.

- iii. *sobre a atuação da gramática preponderante na conformação do PB*: o português clássico (1500-1699) tem mais chances de ter sido a base para a gramática do português inicialmente configurada no Brasil, razão pela qual essa é a hipótese central da dissertação; porém, tendo em conta a presença inicialmente minoritária dos falantes do português como língua materna no período colonial, a caracterização da origem portuguesa do PB não dispensa uma consideração detalhada do papel do contato linguístico na formação do PB, com especial atenção aos povos africanos e seus descendentes, que em conjunto levaram à formação de vertentes plurais e polarizadas.

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, descrevo os pressupostos teóricos e metodológicos que direcionarão a análise da gramática dos pronomes clíticos em escritos do Brasil Colônia.

Em relação aos pressupostos teóricos, apresento, na seção 3.1, a sintaxe gerativa – sobretudo a Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) – como base para as noções de gramática e mudança linguística. Menciono a importância da mudança linguística e a relevância dos estudos sintáticos e diacrônicos sobre a formação do português brasileiro para essa teoria, pois a compreensão da constituição do PB traz informações valiosas sobre o processo de aquisição, um dos interesses de estudo do gerativismo.

Definida a base teórica, na seção 3.2, apresento o fenômeno de investigação – os pronomes clíticos – a partir da perspectiva gerativa, levando em consideração os estágios gramaticais passados do português. Em consequência da semelhança da gramática dos clíticos nas duas fases do português que precedem sua chegada ao Brasil – o português médio e o português clássico –, a seção 3.3 apresenta a posição e a ordem dos pronomes clíticos na estrutura interna da sentença nessas fases gramaticais, considerando também a arquitetura gramatical desenvolvida pela Morfologia Distribuída (MD), proposta inicialmente por Halle e Marantz (1993). Após compreender as diferenças entre português médio e clássico, desenvolvo, na seção 3.4, hipóteses secundárias de trabalho sobre a gramática dos clíticos em textos do Brasil Colônia, considerando a hipótese central favorável da gramática brasileira inicial próxima à gramática do português clássico.

No que tange aos pressupostos metodológicos, apresento o *corpus* a ser utilizado neste trabalho na seção 3.5, além de apontar as contribuições que ele pode oferecer à compreensão da formação do português brasileiro. Em seguida, na seção 3.6, menciono o método de classificação dos dados, o qual, por sua vez, se alinha a trabalhos anteriores que utilizaram base teórica semelhante à assumida para esta pesquisa. Por fim, é feita uma síntese do capítulo, exposta na seção 3.7. Em resumo, este capítulo apresenta discussões sobre os seguintes pontos:

- i. sobre os pressupostos teóricos:
  - a. qual é a base teórica adotada para a análise dos dados e porque ela foi escolhida;
  - b. como os pronomes clíticos são definidos com base no pressuposto teórico adotado;
  - c. como a mudança na gramática dos pronomes clíticos no português (médio e clássico) pode ser compreendida, a partir da perspectiva gerativa;

- d. que expectativas (hipóteses de trabalho) podem ser traçadas a respeito da gramática dos clíticos em escritos do Brasil Colônia.
- ii. sobre os pressupostos metodológicos:
    - a. qual é o *corpus* a ser utilizado na pesquisa;
    - b. qual é a metodologia de classificação dos dados.

### 3.1 APARATOS TEÓRICOS

O aporte teórico utilizado nesta dissertação é o da sintaxe gerativa, tanto para a definição do que é a mudança linguística – apoiada nos pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1986) e no processo de aquisição de linguagem (LIGHTFOOT, 2006) – quanto para compreender a gramática internalizada. Ao lado de pressupostos a respeito da sintaxe estrita, adota-se também a arquitetura proposta pela Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993), especialmente no que tange aos movimentos pós-sintáticos (EMBICK; NOYER, 2001). A escolha levou em conta os seguintes aspectos:

- i. os fenômenos em análise – a interpolação e a colocação dos clíticos – e a pergunta central da dissertação – qual gramática portuguesa foi preponderante na formação do PB – exigem uma análise quantitativa orientada por uma compreensão sobre as estruturas em que ocorrem os pronomes clíticos nos textos (TARALLO; KATO 2007[1989]; PAGOTTO, 1992).
- ii. a formação do português brasileiro, que se apresenta como um *locus* privilegiado para um estudo sobre a implantação de uma gramática em outro território, com potencial para enriquecer os estudos da vertente gerativa;
- iii. o interesse da gramática gerativa pelo estudo da mudança linguística, especialmente da mudança sintática, para a qual apresenta um ferramental analítico bastante poderoso (LIGHTFOOT, 1991, 2006; ROBERTS, 2007);

O primeiro aspecto da escolha da gramática gerativa como aporte teórico se relaciona com os fenômenos em análise, envoltos na questão sobre qual gramática portuguesa ajudou a compor, posteriormente, o português brasileiro. Como foi visto no capítulo 1, as gramáticas representativas do português médio e clássico apresentam muitas semelhanças, principalmente na colocação clítica, marcada pela presença majoritária da próclise. No entanto, uma análise minuciosa de distribuições e frequência dos dados em cada período pode oferecer indicadores valiosos sobre a formação de uma nova gramática a partir de cada uma das possibilidades em jogo.

A segunda vantagem apontada acima diz respeito às vantagens que uma pesquisa diacrônica sobre o período antecedente à formação do português brasileiro oferece para o interesse central da gramática gerativa. A formação recente do português brasileiro, em comparação com as demais línguas românicas, além de sua feição bastante distinta do PE, faz com que tal gramática seja uma fonte de pistas importantes sobre o processo de aquisição de língua materna e língua segunda em diferentes gerações. Por outro lado, há desafio nessa tarefa, por aliar conhecimentos em linguística formal a processos sócio-históricos que têm apontado o multilinguismo generalizado e o processo de transmissão linguística irregular como ingredientes cruciais para a constituição do português brasileiro (BAXTER, 1994; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; MATTOS E SILVA, 2004).

Por fim, o último critério acima se refere ao interesse da gramática gerativa pelo estudo da mudança linguística e se relaciona com o surgimento e com o avanço dos estudos em sintaxe diacrônica na perspectiva do gerativismo. A gramática gerativa se preocupa em constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar a Faculdade da Linguagem, dispositivo inato, destinado à constituição da competência linguística do ser humano. A descrição da Faculdade da Linguagem acontece não só pela delimitação do sistema de regras que ela possui, mas também pela explicitação sobre o modo pelo qual essas regras são adquiridas e alteradas, conforme o passar das gerações linguísticas.

A partir da Teoria de Princípios & Parâmetros (P&P), inicialmente formulada por Chomsky (1986), a aquisição de uma língua passou a ser entendida como um processo de preenchimento do sistema de regras da Gramática Universal (GU), que abriga o conjunto das propriedades gramaticais comuns a todas as línguas (princípios) e as diferenças entre elas (parâmetros), limitadas às possibilidades da GU. Os princípios são inatos aos seres humanos e os parâmetros são marcados conforme a experiência linguística de cada falante e conforme os dados externos (da língua-E, portanto) a que ele teve acesso durante o processo de aquisição de língua materna.

A alteração de um ou mais parâmetros faz com que gerações posteriores formem um sistema com uma ou mais regras diferentes daquela geração que forneceu os dados linguísticos primários, havendo o fenômeno da mudança linguística<sup>47</sup>. Entender como e por que as gramáticas mudam contribui para expandir o conhecimento sobre os parâmetros fixados por uma dada gramática e para entender os limites da variabilidade do sistema linguístico mental, podendo-se conhecer, por tabela, quais são os princípios da GU. Uma vez que o presente estudo

---

<sup>47</sup> De acordo com Lightfoot (2006), a mudança gramatical é considerada a mudança de algumas propriedades da gramática individual de uma geração para outra.

se concentra em um período de mudança linguística, a Teoria de P&P será considerada num viés em que são comparadas gramáticas de períodos distintos de uma mesma língua histórica, e não de gramáticas sincronicamente coexistentes.

Justificada a escolha da base teórica, são abordadas a seguir as definições relevantes sobre a natureza dos pronomes clíticos e sua derivação, no âmbito da teoria escolhida.

### 3.2 NATUREZA DOS PRONOMES CLÍTICOS

Os pronomes clíticos<sup>48</sup> (*me, te, nos, vos, o, lhe, se* e variantes) são itens lexicais de grande interesse da literatura gerativa. Sua associação a aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos (sua distribuição específica na sentença, sua proximidade morfológica face a afixos e palavras e a ausência de acento prosódico, respectivamente) impulsionou uma extensa discussão teórica<sup>49</sup> a respeito de muitas de suas características, incluindo sua natureza e comportamento. Em virtude disso, não há um consenso sobre muitos desses aspectos, sendo necessário delimitar, a partir de uma base teórica, o ponto de vista adotado.

Para Zwicky (1977, p. 6), os clíticos são subclassificados quanto à coincidência ou não do seu comportamento sintático em relação a suas formas variantes livres; assim os clíticos pronominais do português seriam especiais, pois sua sintaxe difere daquela das formas livres correspondentes. Anderson (2005, p. 23-31) divide os clíticos em fonológicos (dependentes prosodicamente da palavra que acompanham) e morfossintáticos (detentores de um comportamento especial na sentença). Essa diferença, entretanto, não é decisiva, já que o autor assume o caráter fonológico também aos clíticos morfossintáticos, deixando, portanto, uma lacuna em sua classificação.

A classificação tripartida de formas pronominais proposta por Cardinaletti e Starke (1994) apresenta uma definição mais apropriada a meu trabalho, já que tais autores, ao invés de isolar os clíticos em uma categoria fechada, inserem esses pronomes dentro de uma categoria maior e os contextualizam em relação às demais formas pronominais.

Cardinaletti e Starke (1994) dividem os pronomes em três tipos (fortes, fracos e clíticos), a partir dos diferentes níveis de deficiência de traços – que na sua proposta determinam

<sup>48</sup> Na gramática normativa, os pronomes clíticos são chamados de pronomes do caso oblíquo.

<sup>49</sup> Como esta seção não pretende ser uma revisão de literatura, não detalho os trabalhos que abordam as questões a que faço menção. Cf. Camacho Taboada (2006, p. 51-161) e Andrade (2010, p. 104-134) para uma eficiente síntese a respeito do estatuto – morfológico, sintático e fonológico – dos pronomes clíticos, González López (2008, p. 22-52) para uma revisão de literatura sobre a função morfossintática dos clíticos e Silveira (1997, p. 22-46) e Kanthack (2002, p. 35-52) para um panorama geral das diferentes perspectivas sobre a derivação sintática dos clíticos, incluindo questões de posição e de movimento.

a quantidade de projeções gramaticais. Cada traço gramatical é contido em uma categoria funcional, cuja disposição obedece à seguinte hierarquia: i. a categoria funcional que contém traços referenciais (traços referenciais específicos para seres animados e inanimados, por exemplo) e ii. a categoria funcional que contém os traços associados à prosódia da categoria lexical<sup>50</sup>. Esses aspectos estão sumarizados no Quadro 4 e são explicados mais abaixo.

Quadro 04 – Diferença entre pronomes fortes, fracos e clíticos.

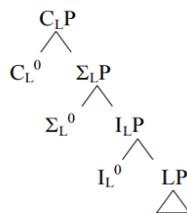
	Pronome Forte	Pronome Fraco	Pronome Clítico
Referencialidade delimitada	+	-	-
Acento prosódico	+	+	-

Fonte: Cardinaletti e Starke (1994), com adaptações.

Os pronomes fortes, segundo essa proposta, são aqueles com a maior quantidade de traços e, portanto, de projeções. Desse modo, as categorias funcionais que contêm os traços referenciais e os traços prosódicos fazem parte de sua estrutura. Por serem fonologicamente independentes, a distribuição dos pronomes fortes, na sentença, é muito mais livre, sendo possível estar em construções coordenadas e modificadas (exemplos 35 e 36, respectivamente). Por terem os traços referenciais limitados, só são interpretados com o traço referencial [+humano].

35. Fiquei eu e Tamagnini velando até as 6 horas da manhã, e já parecia a moléstia de menos perigo, porque entrava a escarrar e a sentir menos apêrto na respiração, assim como grande alívio na dôr (...)  
Cartas, Marquesa de Alorna, séc. XVIII, Corpus Tycho Brahe.
36. Não o mostra, quando digo somente Eu ceara, porém mostra-o no uso da Oração (...)  
Jerónimo Contador de Argote, séc. XVII, Corpus Tycho Brahe.

<sup>50</sup> As três categorias são dispostas, segundo Cardinaletti e Starke (1994, p. 86), da maneira a seguir. Considere CP a categoria que carrega os traços referenciais,  $\Sigma P$  a categoria funcional que carrega os traços de L associados à prosódia e LP uma categoria lexical qualquer.



Os pronomes fracos têm um nível a menos de traços, não havendo a capacidade de possuírem traços referenciais delimitados. Cardinaletti e Starke (1994) demonstram um exemplo do italiano, pois o pronome fraco *esse* não pode ser coordenado e perde a referencialidade específica, aceitando a referencialidade [+humano] ou [-humano], enquanto *loro*, um pronome forte, aceita a coordenação, mas tem o traço referencial delimitado. Além disso, os pronomes fracos precisam necessariamente de um antecedente proeminente no discurso<sup>51</sup>.

37. a. Esse (\*e quelle accanto) sono troppo alte.            [+ humano] [- humano]  
 b. Loro (e quelle accanto) sono troppo alte.            [+ humano]  
*Elas (e aquelas ao lado) são muito altas.*

Cardinaletti e Starke (1994, p. 1).

Os pronomes clíticos, segundo a proposta de Cardinaletti e Starke (1994), não possuem nem os traços referenciais nem os fonológicos, associados à prosódia. Assim como os pronomes fracos, as formas clíticas pronominais necessitam de um antecedente proeminente no discurso e podem ter referente [+humano] ou [-humano]. Entretanto, por não possuírem o traço associado à prosódia, os pronomes clíticos necessitam de uma unidade lexical fonologicamente acentuada como hospedeira, ocorrendo a cliticização<sup>52</sup>. Assim, sua distribuição sintática é muito mais limitada que os demais pronomes<sup>53</sup>.

38. Sugeito portanto esta Arte de furtar ao poder, e sabedoria de Vossa Alteza Aopoder para que a ampare, e á sabedoria, para que a emende (...)  
 Manuel da Costa, século XVII, Corpus Tycho Brahe.
39. mas aos fortes ainda assim ativam lhes as hemorroidas e erisipelas.  
 Jornais da Bahia, séc. XVIII-XIX, Corpus Tycho Brahe.

<sup>51</sup> Para o português, não há clareza sobre quais pronomes seriam fracos. Como se verá a seguir, apenas os pronomes *i* e *en(de)*, existentes no português antigo, são claramente identificados como pronomes fracos por Martins (2002).

<sup>52</sup> Segundo Cardinaletti e Starke (1994, p. 65), os pronomes fracos podem ter acento lexical, diferentemente dos pronomes clíticos que nunca o têm: “while both types of pronouns may receive phrasal and contrastive accent, weak pronouns but not clitic pronouns may have (lexical) word-stress. All of subject *egli*, dative *loro*, subject *ono*, V2 initial *es*, etc. are not obligatorily destressed morphemes, but may bear usual word-accent. On the other hand, the clitic-morphemes *lo*, *mu*, *s*, etc. are consistently destressed. In somewhat metaphorical terms: while both series can acquire accentuation, only one of the who has it from the start”.

<sup>53</sup> Logo, são agramaticais, no português, sentenças em que os pronomes clíticos estão em posição de coordenação ou modificação.

- i. \*Fiquei me e Maria vendo televisão.
- ii. \*Somente te e eu assistimos ao jornal.

Sendo assim, a projeção dos pronomes clíticos é limitada à posição de núcleo ( $X^0$ ) da categoria funcional que o contém, diferentemente dos pronomes fracos e fortes que projetam unidades máximas sintagmáticas (XPs) para a definição de seus traços. Logo, de acordo com essa visão, os clíticos assumem uma posição de núcleo, enquanto os pronomes fortes e fracos se posicionam como constituinte sintagmático máximo. Essa noção, entretanto, não é um consenso, nem entre teóricos nem entre línguas ou diferentes gramáticas de uma língua.

A posição que o clítico ocupa na sentença foi amplamente discutida por Renzi (1989) e Klavans (1995)<sup>54</sup> para as línguas românicas antigas, classificando-as em dois grupos. No primeiro grupo, estão as gramáticas em que os clíticos ocorrem sempre em segunda posição linear da sentença, independentemente do tipo de constituinte frásico que precede o clítico e da posição do verbo na frase; por isso, são denominados clíticos 2P. Para Rivero (1986, p. 775), os clíticos 2P projetam unidades sintagmáticas máximas (XP). Essa posição é comum, por exemplo, aos pronomes clíticos em Kayabi<sup>55</sup>, língua tupi-guarani falada no norte do Mato Grosso, em que o pronome clítico *je* se encontra sempre em segunda posição, independentemente da posição do verbo na sentença, no fim ou no início da frase (exemplos 40 e 41):

40. Y'wa je a-ka  
fruta eu quebrar-1SG  
*Eu quebrei a fruta.*

41. a-ka je Upi'a  
quebrar-1SG eu ovo  
*Eu quebrei o ovo.*

Faria (2004, p. 19).

Integram o segundo grupo gramáticas de línguas cujos clíticos são dependentes do verbo, com pouca autonomia quanto à posição, chamados de clíticos adverbiais ou verbais, comuns às línguas românicas contemporâneas. Segundo Rivero (1986, p. 775), os clíticos verbais se projetam como núcleos ( $X^0$ ), em virtude da proximidade com seu hospedeiro (o verbo).

<sup>54</sup> Klavans (1982) foi o primeiro a abordar o tema.

<sup>55</sup> Na análise de Faria (2004), os pronomes de 1ª e 2ª pessoa da língua Kayabi são pronomes clíticos de segunda posição.

Tanto Rivero (1986, p. 804)<sup>56</sup> quanto Renzi (1989, p. 361-362) defendem que os clíticos das línguas românicas sofreram uma mudança diacrônica em nível estrutural: tais pronomes se comportavam como 2P nos primeiros estágios gramaticais e passaram a ter características adverbiais nas fases mais modernas dessas línguas. A subida de clítico, a duplicação clítica e a interpolação são os fenômenos utilizados por Rivero (1986) para justificar o comportamento 2P dos pronomes no espanhol antigo.

Segundo Rivero (1986), a interpolação de constituintes generalizados demonstra a independência dos clíticos, no espanhol antigo, em relação aos verbos, e a sua capacidade de projeção máxima. Como as demais línguas românicas antigas possuíam o mesmo fenômeno, a explicação se estende a elas, incluindo o português. O exemplo 42 apresenta a interpolação generalizada no português antigo, comum, também, ao espanhol antigo:

42. quando uos ora fez merçee (...)

Noroeste de Portugal, séc. XIV, Martins (1994, p. 165).

Martins (2002), entretanto, ao estender a discussão para o português antigo (PA), defende que apenas os pronomes oblíquos *i* (e variantes *hi*, *y*, *hy*) e *ende* (ou *en*) podem ser considerados como unidades sintagmáticas máximas, uma vez que os pronomes clíticos sempre apresentaram características opostas a essa posição. Em textos antigos, os pronomes oblíquos *i* e *ende* apresentam uma grande liberdade em sua ordenação, independentemente da colocação do verbo. Já os pronomes clíticos têm sua posição restringida em determinados tipos de sentença, como nas sentenças dependentes, em que a posição das formas clíticas é obrigatoriamente anteposta ao verbo (cf. exemplo 43). Nesse mesmo ambiente, um pronome oblíquo como *i* pode variar sua distribuição na sentença, estando anteposto ou posposto ao verbo (exemplos 44 e 45)<sup>57</sup>:

43. das quaes coussas o dito [...] Martim dominguiz queixada pediu a m̃ que lhy desse ende hũu testemoyo (...)

Lisboa, séc. XII, Martins (2002, p. 347).

44. derribo del muro todolo que y dexara su padre (...)

Pr. Cr. General de España, Martins (2002, p. 347).

<sup>56</sup> Segundo Martins (2002, p. 342), Rivero (1997) defende uma abordagem mista para os clíticos no espanhol antigo: em sentenças enclíticas, os clíticos possuíam um comportamento adverbial, enquanto, em sentenças com interpolação, a natureza categorial dos pronomes seriam, ainda, de projeção máxima.

<sup>57</sup> Os contextos de colocação clítica foram delimitados na seção 1.2.2 do capítulo 1.

45. et moraban cerca de uma villa, et um dia que se facía y mercado (...)  
 Juan Manuel, Conde Lucanor, Martins (2002, p. 347).

Além disso, Martins (2002, p. 348) rejeita a capacidade de projeção máxima dos clíticos em línguas românicas antigas, característica comum aos pronomes fracos. Em orações negativas, nas quais entre o elemento negativo (nuclear) e o verbo só podem aparecer elementos de natureza nuclear, apenas pronomes clíticos podem ser encontrados em textos antigos (exemplo 46). Os pronomes oblíquos *i* e *ende*, nesse contexto, se apresentam sempre precedendo ou seguindo o conjunto composto pelo verbo e o elemento negativo (exemplos 47 e 48).

46. Tu non te partirás(...)  
 Diálogos de São Gregório, Mattos e Silva (1989, p. 851).
47. E esta doaçõ lhy faço por muyto bẽ que ouuj desse Moesteiro e por dizimas que hy nõ paguej cõpridamẽte como deuera (...)  
 Noroeste de Portugal, séc. XIV, Martins (2002, p. 348).
48. E o Monesteiro ou Eigreja que nõ ouuer des L<sup>a</sup> casaaes a Jusu nõ pouse hj Ricomẽ(...)  
 Noroeste de Portugal, séc. XIII- XIV, Martins (2002, p. 348).

Portanto, a natureza nuclear dos clíticos assumida nesta dissertação, com base em Cardinaletti e Starke (1994), se estende aos pronomes das fases antigas do português. Seguindo Martins (2002), assumo que os clíticos não ocorrem em segunda posição e ocupam posição de núcleo no português. Logo, as diferenças entre os pronomes clíticos nas gramáticas portuguesas se restringem aos movimentos que levaram o clítico a ocupar a posição de núcleo e à categoria sintática à qual ele se vincula. Esses aspectos são detalhados na próxima seção, no que diz respeito à posição dos clíticos no português médio e no português clássico.

### 3.3 DERIVAÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES CLÍTICOS

Já que esta dissertação busca entender qual gramática foi significativa na formação do português brasileiro, fez-se necessária uma análise da derivação sintática e morfológica dos fenômenos em questão, a fim de expor suas diferenças estruturais nos estágios do português. Considero, seguindo a proposta em Galves, Ribeiro e Torres Moraes (2005), que há uma divisão de trabalhos entre sintaxe e morfologia, sendo que a primeira se ocupa da posição dos clíticos – i.e. o núcleo ao qual se adjunge – e a segunda, da sua colocação – i.e. sua ordem face a esse

núcleo. Essa perspectiva vem sendo utilizada em outros trabalhos, como Andrade (2010) e Galves et al. (2019).

Para isso, detalho abaixo alguns aspectos da derivação sintática de acordo com a gramática gerativa; e para a morfologia, considero o arcabouço teórico da Teoria da Morfologia Distribuída, desenvolvida inicialmente por Halle e Marantz (1993). Essa teoria distribui os processos morfológicos e fonológicos ao longo da derivação sintática e delimita o momento em que essa distribuição acontece. Assim, as características particulares dos pronomes clíticos, vinculadas à fonologia ou à morfologia, se tornam parte do processo sintático.

### 3.3.1 Derivação dos clíticos da sintaxe até a morfologia

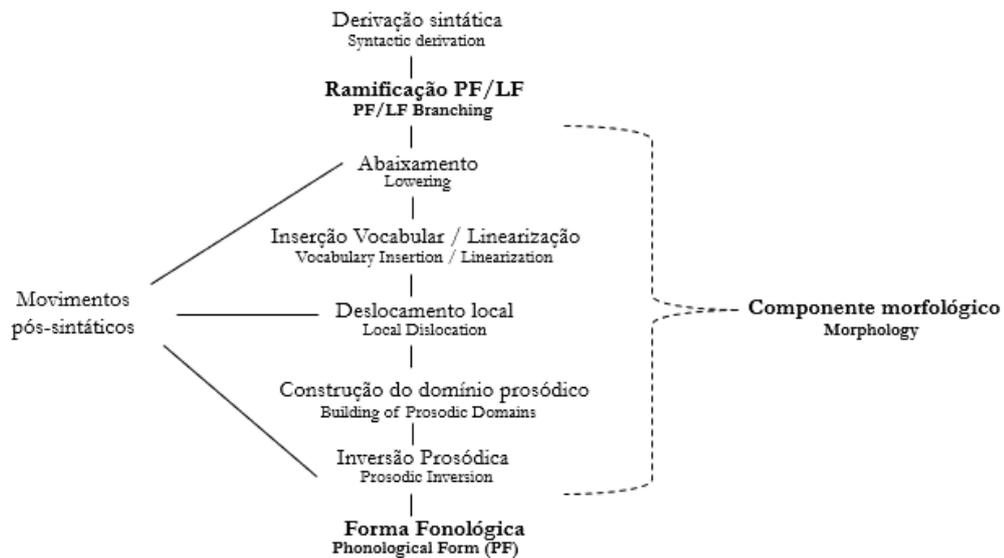
Para a derivação dos clíticos, será considerado o modelo da Morfologia Distribuída, totalmente compatível com o modelo de P&P porque tanto a formação de palavras quanto a formação de sintagmas acontecem pela sintaxe – o único componente gerativo – através de operações sintáticas, como *Merge* (concatenação) e *Move* (movimento)<sup>58</sup>. A estrutura gramatical desenvolvida por Embick e Noyer (2001, p. 566) é representada na figura 2,<sup>59</sup> que detalha especificamente a ramificação da derivação sintática para a Forma Fonológica (PF). A derivação é dividida em dois grandes componentes: o componente sintático, em que acontece a derivação sintática estrita, e o componente morfológico.

---

<sup>58</sup> A teoria da Morfologia Distribuída rejeita a hipótese lexicalista, cuja estrutura gramatical foi dividida em quatro módulos: léxico – sintaxe – fonológica pós-lexical / semântica. Nessa proposta, a morfologia é adicionada no léxico e a sintaxe manipula palavras inteiras, não havendo interferência da sintaxe nas operações lexicais, que formam as estruturas internas das palavras. Posteriormente, a hipótese lexicalista se dividiu em duas: a hipótese forte, em que as palavras derivadas e flexionadas se formam no léxico, e a hipótese fraca, em que palavras derivadas se formam no léxico e palavras flexionadas se formam na própria sintaxe.

<sup>59</sup> A figura 2 representa a estrutura derivacional da sintaxe para a PF, desconsiderando, por ora, a ramificação para a forma lógica (LF).

Figura 2 – A estrutura derivacional e os movimentos pós-sintáticos propostos pela MD no caminho entre Spell-Out (Ramificação PF/LF) e a forma fonológica (PF).



Fonte: Embick e Noyer (2001, p. 566), com adaptações.

Durante a derivação sintática, a sintaxe manipula feixes de traços de morfemas morfossintáticos abstratos e raízes, os quais não contêm material fonológico. As operações sintáticas iniciais (*merge*, *move*) hierarquizam esses traços e formam os conjuntos de terminais sintáticos, ou nós terminais. A estrutura derivada desse processo é, então, ramificada e os nós terminais formados são distribuídos para serem interpretados na forma lógica (LF) e para serem enunciados na forma fonológica (PF).

Entre a derivação dos nós terminais e o resultado exibido na PF, ocorrem, no componente morfológico, operações pós-sintáticas. Esses movimentos são assim chamados porque não são aceitos durante a sintaxe estrita ou porque necessitam de informação acessível somente na morfofonologia, como as informações que são inseridas na Inserção Vocabular ou na Construção de Domínios Prosódicos<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Uma operação pós-sintática que não depende da Inserção Vocabular nem da Construção de Domínios Prosódicos e que precisa ser realizada em movimento pós-sintático é o Abaixamento (*lowering*). O Abaixamento é uma operação de concatenação (*merge*) que envolve apenas a estrutura hierarquizada e, portanto, ocorre antes da Inserção Vocabular. O Abaixamento de um núcleo  $X^0$  para um núcleo  $Y^0$ , por exemplo, acontecerá apenas de cima para baixo; e como o movimento sintático estrito acontece de baixo para cima, a operação de abaixamento só pode ser realizada após a sintaxe estrita. Segundo Embick e Noyer (2001, p. 561-562), esse movimento é necessário para unir terminais sintáticos que são fonologicamente escritos juntos, mas não são unidos na derivação sintática estrita. Galves e Sandalo (2012) afirmam que o abaixamento é a operação realizada pós-sintaticamente que gera a ênclise no português europeu moderno.

i.  $[XP X^0 \dots [YP \dots Y^0 \dots]] \rightarrow [XP \dots [YP \dots [Y^0 \dots Y^0 + X^0] \dots]]$

Embick e Noyer (2001, p. 562).

A Inserção Vocabular (*Vocabulary Insertion*) é o ponto da derivação em que os traços fonológicos são associados aos traços sintáticos correspondentes, relacionando itens vocabulares a morfemas abstratos<sup>61</sup>. Durante esse processo, os nós terminais são linearizados para compor a ordem a ser enviada à PF, em virtude do requerimento de linearidade da fala humana. O exemplo 49 descreve as estruturas morfossintáticas e morfofonológicas derivadas durante a arquitetura gramatical proposta pela MD<sup>62</sup>.

49.	a. Descrição morfossintática:	[raiz [+plural]]	Derivação na sintaxe estrita Concatenação; Movimento N-para-Num
	b. Descrição morfofonológica:	[pato + s]	Derivação no componente morfológico Inserção vocabular; Linearização

Já a Construção de Domínios Prosódicos é um dos últimos passos antes da concretização da PF. Nesse ponto da derivação, os constituintes prosódicos são organizados, a fim de serem enunciados na Forma Fonológica. Assim, a formação de sintagmas que depende da interação entre sintaxe e fonologia é realizada após essa operação. O ordenamento de clíticos que contêm propriedades fonológicas particulares, por exemplo, é realizado após a construção de domínios prosódicos, em uma operação denominada Inversão Prosódica.

A Inversão Prosódica (*Prosodic Inversion*) foi proposta por Halpern (1995)<sup>63</sup> e é um processo de reordenamento no qual o pronome clítico, para não violar suas exigências

<sup>61</sup> A inserção de um expoente fonológico a um morfema abstrato é regulada pelo Princípio do Subconjunto (*Subset Principle*), o qual rege que o item vocabular só será inserido se combinar com todos ou uma parte dos traços gramaticais especificados no terminal sintático. Quando há um ou mais itens vocabulares que combinam com os traços expostos, o que tiver maior número de associações aos traços gramaticais é escolhido (HARLEY; NOYER, 1999, p. 4)

<sup>62</sup> Existem operações morfológicas que necessitam apenas da linearização, constituída após a Inserção Vocabular, como o Deslocamento Local (*Local Dislocation*). Embick e Noyer (2001) exemplificam a operação de Deslocamento Local pela formação de comparativos e superlativos em inglês. Os morfemas *-er* e *-est* só podem estar adjuntos a adjetivos curtos (que possuem 2 sílabas métricas). Assim sendo, a operação só é possível após a inserção dos itens vocabulares e a formação da linearidade.

i. X [Y ... ] --> [Y + X ...

Harley e Noyer (1999, p. 5).

ii. John is mo-re intelligent than Bill.  
\*John is intelligent-er than Bill.  
*John é mais inteligente que Bill.*

Embick e Noyer (2001, p. 564).

<sup>63</sup> A proposta de Halpern (1995) se insere no modelo gramatical lexicalista, no qual a sintaxe não tem acesso à informação morfológica. Entretanto, a Inversão Prosódica foi inserida, no modelo lexicalista, em seu último módulo, na fonologia pós-lexical, em um movimento pós-sintático (cf. nota 58). Assim, a inclusão dessa operação na Morfologia Distribuída por Embick e Noyer (2001) não entra em contradição, uma vez que ambos afirmam, de um jeito ou de outro, a existência de operações pós-sintáticas.

fonológicas, troca de posição com seu hospedeiro. Segundo Halpern (1995, p. 5) o clítico pode se agregar à palavra prosódica sintaticamente à esquerda ou à direita.

Para um clítico X, que deve ter um hospedeiro prosódico  $\omega$  à sua esquerda (ou direita):

a. se há um  $\omega$ , Y, constituído de material que é sintaticamente adjacente à esquerda (ou direita) de X, então coloque X em adjunção à direita (ou esquerda) de Y.

b. ou então coloque X à direita (ou esquerda) da fronteira de  $\omega$ , constituída de material sintático imediatamente à sua direita (ou esquerda).<sup>64</sup>

(HALPERN, 1995, p. 5, tradução nossa).

Para exemplificar, Halpern (1995) cita a distribuição dos clíticos em búlgaro. Tais elementos sempre precedem o verbo (50a), exceto quando estiverem ocupando a primeira posição da sentença (50b). Nesse caso, a inversão prosódica ocorre e o clítico se posiciona após seu hospedeiro.

50. a. Tja mi go dade  
she to.me it gave.  
She gave it to me.  
*Ela deu isso para mim.*

b. Dade mi go  
gave to.me it.  
She gave it to me.  
*Ela deu isso para mim.*

Halpern (1995, p. 5).

Assim, até o enunciado se completar e chegar à PF, traços fonológicos e morfológicos são inseridos e manipulados no processo derivacional. Essa arquitetura gramatical é interessante aos pronomes clíticos porque, ao mesmo tempo que os trata como constituintes sintáticos, não deixa de lado suas especificidades vinculadas a propriedades não sintáticas.

<sup>64</sup> “For a clitic X, which must have a prosodic host  $\omega$  to its left (respectively right),

a) if there is a  $\omega$ , Y, comprised of material which is syntactically immediately to the left (right) of X, then adjoin X to the right (left) of Y.

b) else attach X to the right (left) edge of the  $\omega$  composed of syntactic material immediately to its right (left)” (HALPERN, 1995, p. 5).

### 3.3.2 Derivação da interpolação dos clíticos adverbiais

Como já mencionado, adoto nesta dissertação a abordagem mista proposta por Galves, Ribeiro e Torres Morais (2005, p. 157), segundo a qual a posição do clítico (ou a categoria a que ele se vincula) é derivada na sintaxe estrita e as alterações em seu ordenamento (se colocado antes ou depois do verbo) são derivadas no componente morfológico. Assim, o fenômeno da interpolação (que envolve a mudança de posição do clítico) está mais vinculada a processos propriamente sintáticos, como detalho a seguir.

A interpolação do pronome clítico apresenta diferentes características no português médio e no português clássico (cf. Quadro 5 abaixo). Essas diferenças estão associadas às alterações na posição que o pronome clítico e o verbo ocuparam nessas duas gramáticas<sup>65</sup>. A perda, ao longo dos séculos, de determinadas características de língua V2, condicionou as distintas posições do clítico no português e, conseqüentemente, diferentes estágios da interpolação.

Quadro 05 – Interpolação no Português Médio e no Português Clássico.

	Português Médio	Português Clássico
Interpolação de constituintes generalizados	em queda	inexistência
Interpolação do <i>não</i>	variação	variação

Fontes: Martins (1994) e Namiuti (2008), com adaptações.

A posição do verbo tem uma relevância significativa para a derivação da interpolação. A gramática do português médio tem sido reconhecida como uma gramática V2 simétrica<sup>66</sup>, pois o verbo, tanto em orações matrizes quanto em orações dependentes, se apresenta em segunda posição na sentença (ANDRADE; GALVES, 2019, p. 22; RIBEIRO, 1995, p. 271, 2009, p. 29; 2012, p. 79)<sup>67 68</sup>. A posição estrutural do verbo nessa gramática é analisada a partir de operações que acontecem dentro do sistema CP, com base no projeto cartográfico de Rizzi

<sup>65</sup> A descrição quantitativa desse fenômeno ao longo dos estágios gramaticais do português foi apresentada no capítulo 1.

<sup>66</sup> No português médio, em virtude da competição de gramáticas, provavelmente a presença do verbo em segunda posição em sentenças subordinadas já estava em queda, o que, como se verá a seguir, faz diminuir a interpolação generalizada em textos representativos desse período.

<sup>67</sup> É importante lembrar que o português médio, nesta dissertação, foi delimitado entre os anos de 1385 e 1499. As pesquisas a que faço menção consideraram esse período como representativo do português antigo, por isso a diferença de nomenclatura entre os trabalhos.

<sup>68</sup> Há pesquisas que discordam da característica V2 do português antigo. Cf. Antonelli (2011, p. 76) para uma revisão de literatura.

(1997)<sup>69</sup>. O CP, nessa cartografia, é composto por um conjunto de projeções funcionais distintas, limitadas na parte superior e inferior pela projeção de ForceP (força) e FinP (finitude), respectivamente.

A categoria ForceP é responsável por relacionar CP à estrutura superior da sentença, delimitando se a sentença é declarativa, interrogativa, exclamativa etc. Já a categoria FinP relaciona o sistema CP com a parte interna da sentença, que contém traços de modo, tempo etc (ANTONELLI, 2011, p. 8; RIBEIRO, 2012, p. 82). Por requerer o verbo em segunda posição em orações matrizes e em orações dependentes, essa estrutura CP desenvolvida estaria disponível em ambos os tipos de sentença no português médio. Conforme Ribeiro (2012) – que segue a proposta de Roberts (2004) sobre o requerimento de realização fonológica de Fin – o verbo se movimenta para Fin durante a derivação sintática (movimento V-para-Fin) em ambos os tipos de orações.

Nesse enquadre teórico, a interpolação generalizada no PM seria motivada pelo movimento V-para-Fin. Uma vez que o verbo era movido até o sistema CP (Fin<sup>0</sup>), o pronome clítico é atraído, de maneira independente de seu hospedeiro, para Force<sup>0</sup>. Isso ocorreria somente em orações dependentes, que apresentariam todas as projeções de CP. Por outro lado, uma vez que ForceP é o lugar de concatenação do complementizador *que*, o pronome clítico e o complementizador ficam adjacentes e a interpolação generalizada ocorre, havendo, entre eles e o verbo, um ou mais constituintes. Após esse movimento na sintaxe estrita, o clítico passa por uma inversão prosódica (gerada por operação pós-sintática) por estar na posição mais alta à esquerda da sentença.

51.	[ForceP	Force	[... [FinP	Cl+V+I+Fin ... ]]	Movimento sintático
		↑	-----		
	[ForceP	Cl+Force	[... [FinP	V+I+Fin ... ]]	Movimento pós-sintático
		↑	-----		
	[ForceP	Force+Cl	[... [FinP	V+I+Fin ... ]]	

Isto                    que **lhes**            eu            **mando**.

Noroeste de Portugal, séc. XIII, Namiuti, Galves e Sandalo (2012, p.38), com adaptações.

<sup>69</sup> Ribeiro (2012, p. 76) propõe a aplicação do modelo cartográfico de Rizzi (1997) para a gramática do português antigo a fim de dar conta das construções V>2 e das orações completivas com duplo “que”:

i. A verdade daquesta profecia mais claramente a veemos

Diálogos de São Gregório, séc. XIV, Ribeiro (2012, p. 80).

ii. mandou-lhi dizer que [el] que o ia ver

Diálogos de São Gregório, séc. XIV, Ribeiro (2012, p. 84).

Existem outras propostas cartográficas para o sistema CP, que ampliam as categóricas sintáticas que fazem parte desse sistema, como a de Benincà e Poletto (2004). Para o que discuto, porém, a estrutura cartográfica inicialmente proposta por Rizzi (1997) é suficiente, já que me limito a discutir brevemente as categorias de ForceP e FinP.

Na passagem do português médio para o português clássico, o movimento V-para-Fin deixa de ser obrigatório em sentenças dependentes, existindo sentenças cujo verbo se mantém em IP. A atração do clítico para ForceP também deixa de ser frequente, obrigando o pronome a ficar adjunto ao verbo. A posição do verbo em I<sup>0</sup> passa a ser a regra em orações dependentes e a frequência da interpolação generalizada nos textos cai gradativamente.

52. [FinP Fin [... [IP Cl+V+I+Fin ... ]]] Galves et al, (2019 p. 43).

Quanto à primeira mudança, no português clássico, o movimento V-para-Fin só é atestado em sentenças matrizes, o que faz com essa língua seja considerada uma língua V2 assimétrica (ANDRADE; GALVES, 2019, p. 22). Logo, em orações dependentes, o verbo já não sobe mais para o sistema CP, mantendo-se em IP. A interpolação atestada no PCI é a do elemento negativo *não*, que passa a acontecer, também, em sentenças matrizes neutras, como consequência de seu caráter clítico.

Segundo Namiuti (2008), o elemento negativo *não* é projetado em AdvP e, por conta de seu status nuclear, se adjunge ao núcleo verbal. Só após o movimento do operador de negação é que o complexo verbo + clítico se movimenta para I<sup>o</sup> em orações dependentes, e para Fin<sup>o</sup> em orações matrizes<sup>70</sup>.

53. [FinP Fin [... [IP ... [VP [ADVP *não*] [VP V+V cl ]]]]] Movimento sintático  
 [FinP Fin [... [IP *não* [VP [VP V+V cl ]]]]] Movimento sintático  
 [FinP Fin [... [IP Cl+ *não* + v+ V+ T [VP ... ]]]]  
 que ainda **se não sabe** ...

veio uma caixa de veludo carmesim com letras de ouro cheia de diamantes de que ainda **se não sabe** o preço.

Menezes, séc. XVII, Galves et al, (2019 p. 43), com adaptações.

Desse modo, a interpolação é derivada ainda no componente sintático, justificando a presença frequente da interpolação do *não* em textos clássicos. A não realização da interpolação

<sup>70</sup> Conforme a proposta de Roberts (2010), a incorporação clítica ocorre na categoria v, em que os traços-phi do verbo são associados aos traços-phi do clítico, com o movimento do clítico para essa categoria. Só depois da incorporação é que o clítico se move a I<sup>o</sup>.

do *não* seria consequência de um movimento pós-sintático, que deve ocorrer após a Inserção Vocabular (ANDRADE; NAMIUTI, 2016, p. 204; GALVES; ET AL., 2019, p. 43).

54. [FinP Fin [... [IP Cl+ não + v+ V+ T [VP ... ]]]] Movimento pós-sintático  
 [FinP Fin [... [IP não +Cl+ v+ V+ T [VP ... ]]]]

que ainda **não a têm** ...

e o Imperador tem mandado marchar alguns regimentos a sua ordem que ainda **não a têm** de outra operação.

Menezes, séc. XVII, Galves et al (2019, p. 43-44), com adaptações.

Seguindo as conclusões em Andrade e Galves (2019), portanto, o progressivo desaparecimento da interpolação generalizada é motivado pela mudança na posição do verbo, entre o português médio e o português clássico. A interpolação do *não* é derivada por uma série de movimentos na sintaxe estrita, o que é comprovado pela presença significativa de ocorrências desse fenômeno em textos médios e clássicos. Outros fenômenos que envolvem clíticos, entretanto, podem envolver movimentos pós-sintáticos, pois são motivados por restrições não-sintáticas.

### 3.3.3 Derivação da colocação dos clíticos adverbiais

A colocação dos pronomes clíticos na história do português se associa principalmente a restrições morfofonológicas. Como mostra o Quadro 6, a próclise já estava em ascensão no português médio em contexto variacional, divergindo do português clássico apenas em números quantitativos. No que tange à colocação clítica, ambas as gramáticas apresentam o padrão proclítico porque obedecem a uma mesma restrição fonológica.

Quadro 06 – Colocação clítica em contexto variacional no PM e no PCI.

	Português Médio	Português Clássico
Colocação clítica (contexto de variação I)	variação com tendência à próclise	variação com tendência à próclise

Fontes: Martins (1994, p. 56) e Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 6), com adaptações.

A colocação pré-verbal só não é atestada, no português médio e no português clássico, em sentenças em que o verbo ocorre em primeira posição absoluta. Essa restrição é usualmente

referida como lei de Tobler-Mussafia e se estende às demais línguas românicas antigas<sup>71</sup>. A proibição de ocorrência de um clítico nesse contexto é justificada pela incompatibilidade entre pronome átono e a posição em que seria mapeado o acento frasal, isto é, à esquerda na sentença. Assim, sempre que o verbo inicia um constituinte frásico (ou prosódico), o clítico precisa se ajustar à restrição fonológica e estar posposto ao verbo. Isso é válido não só para o início de sentenças, como também para posições interiores da sentença, desde que haja uma pausa antecedente.

55. # V-Cl ...<sup>72</sup>  
 # Enprazolhes hũa casa sua com sua loJa e sobrado (...)  
 Lisboa, séc. XV, Martins (1994, p. 50).
56. # V-Cl ...  
 # Diz-se que era uma vez Trafaria, lugar coberto de areia (...)  
 Cavaleiro de Oliveira, séc. XVII, *Corpus* Tycho Brahe.
57. #XP #V-Cl ...  
 As vozes ouvem-se, não se vêem...  
 Sermões de Vieira, séc. XVII, *Corpus* Tycho Brahe.

No domínio da Morfologia Distribuída, tal ajuste acontece através de um movimento pós-sintático, uma vez que as informações fonológicas e prosódicas são adicionadas aos traços gramaticais apenas no componente morfológico. Desse modo, a próclise é compreendida como resultado da derivação sintática estrita e a ênclise é derivada pela operação morfológica que acontece após a construção dos domínios prosódicos, denominada de Inversão Prosódica (NAMIUTI; GALVES; SANDALO, 2012, p. 46; GALVES; ET AL, 2019, p. 49).

58. a. Descrição do clítico na sintaxe estrita: #Cl-V  
 b. Descrição do clítico após Inversão Prosódica: #V-Cl

Nos contextos variacionais, em que a próclise é significativa, o verbo não se apresenta em primeira posição. Segundo Paixão de Sousa (2004, p. 164), em sentenças com próclise, o constituinte pré-verbal (sujeito, sintagma preposicional, sintagma adverbial) é um constituinte

<sup>71</sup> Segundo Ribeiro (2010, p. 17) o estudo de Tobler foi publicado em 1889 e o de Mussafia em 1886. Ambos os estudos apontam para a inexistência de ênclise em orações com verbo em posição inicial da sentença em línguas românicas. Cf. nota 38 no capítulo 1.

<sup>72</sup> Considere “#” a delimitação de um constituinte prosódico.

interno à oração e o pronome clítico, por não estar iniciando um acento frasal, é anteposto ao verbo, sem a necessidade de operações pós-sintáticas.

59. # XP CI-V ...  
 # Com a Clava se significam suas armas, e poder;  
 Manuel da Costa, séc. XVII, *Corpus Tycho Brahe*.

Já em sentenças precedidas por sujeito, sintagma preposicional e sintagma adverbial em que a ênclise é atestada, o constituinte à esquerda do verbo ocupa uma posição externa e compõe um constituinte frásico independente. Nesses casos, o verbo se apresenta, em seu constituinte prosódico, como o primeiro elemento e a ênclise se faz necessária para atender às exigências fonológicas dessas gramáticas. Os dados enclíticos encontrados nos sermões de Vieira, por exemplo, são, segundo Galves (2002, p. 392), tópicos contrastivos, que formam um acento frásico independente, desencadeando a ênclise obrigatória ao verbo:

60. XP # V-CI ...  
 Eles # conheciam-se como homens,  
 XP # V-CI ...  
 Christo # conhecia-os, como Deus.  
 Sermões de Vieira, séc. XVII, Galves (2002, p. 392).

Até mesmo em sentenças precedidas por orações dependentes, cujo padrão de colocação sempre foi enclítico, a restrição fonológica é obedecida. Galves e Sandalo (2012, p. 968)<sup>73</sup> observaram que, quanto maior o tamanho da oração dependente inicial, maior a probabilidade de ênclise nesse contexto. Desse modo, essas sentenças dependentes iniciais são propensas a estarem prosodicamente independentes do verbo da oração seguinte, obrigando, portanto, a ocorrência da operação de Inversão Prosódica para desencadear a ênclise:

<sup>73</sup> Segundo Galves e Sandalo (2012, p. 968), as sentenças dependentes com mais de 9 palavras fonológicas apresentam, no português clássico, um maior número de ênclises.

Tabela i – O efeito do comprimento de orações dependentes pré-verbais na colocação dos clíticos.

Size of fronted embedded clause (in phonological words)	16th			17th			18th			19th		
	P	E	%E									
1-4 w	68	29	0.30	38	35	0.48	12	35	0.74	0	10	1.00
5-8 w	33	18	0.35	27	28	0.51	16	31	0.66	0	4	1.00
9+ w	8	9	0.53	10	25	0.71	15	15	0.50	0	0	-
	109	56		75	88		43	81		0	14	

Fonte: Galves e Sandalo (2012, p. 968).

61. XP # V-CI ...  
 Para os começar a render, # animou-os com donativos.  
 Barros, séc. XVII, Galves e Sandalo (2012, p. 968).

Assim, por obedecer às mesmas restrições fonológicas, a derivação da colocação clítica não se diferencia entre as gramáticas do português médio e do português clássico. A diferença está na posição que os pronomes clíticos ocupam e que motivam a inversão prosódica. No português médio, o pronome clítico ainda podia estar atraído para ForceP. Como essa é a categoria mais alta da periferia à esquerda, a inversão é obrigatória. Já no português clássico, o clítico se mantinha unicamente adjunto ao verbo, em uma projeção mais baixa, e a inversão prosódica ocorria em virtude de o verbo ser o primeiro elemento prosódico da sentença.

A descrição da posição e colocação dos clíticos aqui apresentada se refere às gramáticas encontradas em textos escritos por portugueses entre os séculos XIV e XVII. Apesar de o português médio e o português clássico apresentarem um processo de derivação do pronome clítico semelhante, em alguns pontos a colocação nessas gramáticas se diferencia, como a posição dos pronomes clíticos e os níveis quantitativos de próclise exibidos nos textos. Essas diferenças tornam possível a análise dos pronomes clíticos em textos brasileiros, com vistas ao encontro de indícios sobre a gramática portuguesa que foi uma das bases de formação para o português brasileiro.

Dado que a sintaxe e a ordem dos clíticos em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas ainda são desconhecidas, fez-se necessária a construção de hipóteses a respeito dos dados, que serão abordadas na próxima seção.

### 3.4 HIPÓTESES DE TRABALHO

Nesta dissertação, assumo que a gramática portuguesa mais significativa para a formação do PB foi o português clássico<sup>74</sup>. Como visto no capítulo anterior, o movimento migratório europeu foi intenso até o século XIX, contribuindo para que diferentes gramáticas portuguesas estivessem presentes durante a formação do PB: o português médio, com os primeiros reinóis invadindo o território brasileiro, o português clássico, ao longo de todo o período colonial e o português europeu, a partir do século XIX. Entretanto, a partir de evidências de cunho sócio-histórico de linguístico, considero à partida que o português que mais

<sup>74</sup> Cf. seção 2.3 do capítulo 2.

influenciou a formação do PB foi a gramática clássica (1500-1699), hipótese central que será alvo de verificação.

Desse modo, as hipóteses de trabalho levantadas a seguir a respeito do tipo de interpolação e colocação clítica que prevaleceu em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas não negam a possível existência de outras gramáticas portuguesas em território brasileiro, mas propõem que houve uma presença significativa da sintaxe do português clássico em textos coloniais. Visto que o português médio e o português clássico apresentam semelhanças quanto aos clíticos, presume-se que os indícios de que foi esta, e não aquela, a gramática portuguesa de base para o PB, se notarão em determinados contextos de posição clítica e na amostra quantitativa dos dados de próclise em ambientes variacionais. As hipóteses delineadas estão exibidas no Quadro 7.

Quadro 07 – Hipóteses de trabalho sobre a sintaxe e ordem dos clíticos em textos do Brasil Colônia.

<b>Textos brasileiros (séculos XVII-XVIII)</b>	
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	Ocorrência da interpolação em sentenças matrizes e dependentes. Diminuição na frequência de casos de interpolação em comparação com textos portugueses. Redução mais expressiva de ocorrência em sentenças matrizes neutras.
<b>Interpolação generalizada</b>	Inexistente.
<b>Colocação do clítico</b>	Manutenção da restrição fonológica do clítico em V1. Manutenção dos contextos variacionais. Próclise em frequência semicategórica em determinados contextos variacionais.

Fonte: autoria própria.

Espera-se encontrar, em textos do Brasil Colônia, uma gramática próxima à gramática clássica dos textos portugueses, principalmente no que diz respeito à derivação sintática da posição e da ordem dos clíticos. No português clássico, a competição de gramáticas quanto à posição do verbo já não é mais atestada, o que se repercute no fato de que verbo e clítico se posicionam em um mesmo nó sintático. A restrição fonológica do pronome clítico em posição inicial de constituinte prosódico também é significativa, fazendo com que a ênclise seja desencadeada apenas nesses contextos. Assim, a interpolação generalizada não é presente nos textos, a interpolação do *não* é frequente e surge um novo ambiente para sua ocorrência, e a

colocação dos clíticos em certo tipo de contexto variacional (em que há um constituinte simples em posição pré-verbal) é majoritariamente pré-verbal.

Quanto à interpolação do *não*, no português clássico, esse fenômeno é atestado em sentenças dependentes – assim como no português médio – e em sentenças matrizes neutras, estando, nesse contexto, a diferenciação da interpolação em relação à gramática anterior. Segundo Namiuti, Galves e Sandalo (2012, p. 42), esse novo contexto ocorre em consequência da “obrigatoriedade” da próclise em textos seiscentistas, porém podemos acrescentar que é um epifenômeno da derivação da posição do clítico, em conjunto com a natureza clítica da negação, sendo os dois fatores semelhantes, independentemente do contexto sintático. Assim, proponho que a interpolação do *não* no português brasileiro se apresente nos mesmos contextos do português clássico, mantendo-se como a saída natural da sintaxe nos primeiros séculos do período colonial<sup>75</sup>.

Sobre a interpolação generalizada, pressupõe-se que ela não se apresentará nos textos. Com o verbo se posicionando junto ao clítico em uma posição abaixo do sistema CP em orações dependentes, esse tipo de interpolação não é mais exequível no sistema estrutural do português clássico; logo, não deve aparecer em textos brasileiros coloniais. Por ser uma especificidade do português médio, a inexistência de dados de interpolação generalizada se mostra como indício de que essa gramática não atuou significativamente na composição do PB.

Já em relação ao ordenamento dos clíticos nas sentenças, pressuponho que a restrição fonológica do português clássico se mantém ativa em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas, sendo encontrada a colocação pós-verbal sempre que o verbo iniciar a sentença prosódica<sup>76</sup>. Desse modo, a colocação proclítica se mantém gerada no componente sintático e

<sup>75</sup> Embora a gramática brasileira não possua o fenômeno da interpolação do “nã” (CARNEIRO, 2005; LEMOS, 2019), pressuponho que tenha existido esse fenômeno em território brasileiro, apresentando-se em textos seiscentistas e setecentistas. Como o século XVIII é indicado como o período de surgimento da gramática brasileira (GALVES, 2007, p. 527; MATTOS E SILVA, 2004, p. 20), é possível que a partir do fim desse século, esse fenômeno já esteja em queda progressiva. Meu *corpus*, entretanto, limita-se aos primeiros cinquenta anos do século XVIII e, para além disso, foge do escopo desta dissertação propor o período de surgimento da gramática brasileira. Limito-me a propor uma diminuição de frequência da interpolação do “nã” em textos brasileiros, em comparação com a gramática portuguesa do mesmo período.

<sup>76</sup> Apesar de existirem hipóteses a respeito do fim dessa restrição fonológica já em meados século XVIII, dando início ao português brasileiro (GALVES, 2007, p. 527; MATTOS E SILVA, 2004, p. 20), somente uma análise com maiores *corpora* pode trazer resultados significativos. A ocorrência da próclise em sentenças cujo verbo se apresenta em posição inicial, rompendo a restrição fonológica dos pronomes clíticos na língua portuguesa, é a característica inovadora do PB em relação à ordem dos pronomes clíticos. Entretanto, tal dado só foi encontrado no século XIX no *corpus* utilizado por Carneiro (2005), que utilizou um *corpus* extenso, dividido em escreventes cultos e semicultos, com 500 cartas brasileiras escritas nos anos oitocentistas e novecentistas. Não é objetivo desta dissertação encontrar a “gramática brasileira” no século XVIII, muito embora não se negue esse período como a inflexão do PB. Para além disso, as propostas que assumem a presença de uma gramática brasileira, consideram seu surgimento a partir da metade do século XVIII; o *corpus* utilizado nesta pesquisa cobre apenas a primeira metade desse período (cf. seção 2.5). Por isso, mantêm-se a proposta da restrição fonológica e da ocorrência da inversão prosódica em textos brasileiros coloniais.

a ênclise ocorre através da Inversão Prosódica, em movimento pós-sintático. Uma vez que os contextos de variação não tenham sido alterados ao longo da história do português, proponho que tais ambientes ainda sejam relevantes nos séculos XVII e XVIII.

As hipóteses levantadas acima propõem uma gramática semelhante à gramática da fase clássica do português europeu. Entretanto, a ausência de interpolação e de variação ênclise/próclise no português brasileiro contemporâneo (GALVES; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2005; LEMOS, 2019) permite deduzir que dados opostos a esses tenham se apresentado em número pequeno no processo de formação do português brasileiro. Assim, hipotetizo que a frequência da interpolação do *não* e da colocação enclítica dos pronomes clíticos se mostre nos textos de forma mais reduzida que em textos portugueses do mesmo período.

Essa redução na frequência será mais visível em determinados contextos do que em outros, assim como acontece na gramática clássica europeia. A interpolação do *não* em textos portugueses é mais frequente em orações dependentes que em sentenças matrizes: assim, pressupõe-se que a diminuição da frequência em textos brasileiros seja mais visível neste contexto e não naquele. A colocação enclítica é mais presente, no português clássico, em sentenças precedidas por orações dependentes ou em posição inicial de segundas coordenadas. Logo, a ênclise provavelmente aparecerá mais nesse contexto que em sentenças precedidas por sujeitos neutros, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais. Entretanto, para os dois ambientes se prevê uma colocação pós-verbal relativamente menor em comparação com o português clássico observado em textos portugueses.

Embora a diminuição dos dados de interpolação e de variação ênclise/próclise em contextos variacionais esteja associada a outros fenômenos gramaticais, como a posição do sujeito em sentenças com clíticos e a posição do verbo, as possíveis diferenças em números quantitativos da posição e colocação dos pronomes clíticos em textos brasileiros coloniais podem indicar pistas de mudanças gramaticais em outros fenômenos, que podem trazer indícios do surgimento de uma gramática essencialmente brasileira.

Essas hipóteses serão testadas em um *corpus* composto por documentos escritos por brasileiros no período colonial (século XVII-XVIII), descrito na próxima seção.

### 3.5 CORPUS: DOCUMENTOS ESCRITOS POR BRASILEIROS NO BRASIL COLÔNIA (SÉCULOS XVII-XVIII)

Para a investigação da sintaxe e da ordem dos pronomes clíticos em textos do Brasil Colônia, compôs-se um *corpus* inédito, o qual conta, para esta dissertação, com aproximadamente 90 mil palavras, escritas durante o período colonial, em textos de diferentes tipologias, por brasileiros nascidos nos séculos XVII e XVIII. A composição de um novo *corpus* foi motivada pela escassez de *corpora* constituídos por documentos escritos por brasileiros desse período<sup>77</sup>.

Para a constituição do *corpus*, porém, foi preciso lidar com diversos empecilhos: os que são comuns à composição de *corpora* diversos e os que são específicos de um *corpus* do Brasil Colônia, em consequência do processo peculiar de formação do português brasileiro. Entre os empecilhos comuns à composição de *corpora* diversos, podem ser citados:

- i. a necessidade de lidar com fragmentos de documentação escrita, que são “resultados de acidentes históricos para além do controle do investigador” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1982], p. 20), sem controle do tipo de material a ser encontrado ou selecionado, havendo que lidar com todas as intempéries da preservação de documentos, ocasionadas por fatores diversos;
- ii. o trabalho de “cabouqueiro” a ser realizado em relação à constituição de *corpus* de estágios passados do português, como o português clássico, para o qual há que “desenterrar documentos, peneirar os dados e organizar uma taxionomia inexistente” (CASTRO, 1996, p. 2).

Já em relação aos empecilhos específicos de uma constituição de *corpus* do Brasil Colônia, notam-se os seguintes aspectos:

- i. a violência social e linguística por que passaram os indígenas integrados, mamelucos, africanos, negros brasileiros e mulatos – que corresponderam a mais de 70% da população colonial (MUSSA, 1991, p. 163) – obrigados a deixarem de lado toda sua cultura, incluindo sua língua materna, e a aprenderem, em condições precárias, a língua do colonizador (LUCCHESI, BAXTER, RIBEIRO, 2009, p. 102-105), o qual, além disso, restringia a participação desses povos na vida colonial, escravizando-os e impedindo, na quase totalidade dos casos, a sua liberdade e possibilidade de ascensão social;

---

<sup>77</sup> O *Corpus* Tycho Brahe já conta com textos escritos por brasileiros no período colonial, que serão analisados inicialmente por Corôa (em andamento).

- ii. a dificuldade na identificação e constituição do perfil sócio-histórico de 70% da população colonial brasileira, em virtude de, por muito tempo, haver uma falta de interesse em compreender não só os grandes movimentos históricos, mas os atores que os construíram, incluindo os que se mantiveram à margem da sociedade colonial, o que tem sido atenuado através do desenvolvimento de estudos com base na micro-história (REVEL, 2010, p.440) e na Nova História Cultural (BARROS, 2011, p. 56)<sup>78</sup>;
- iii. a dificuldade de encontrar documentos escritos do período colonial, em consequência da colônia de exploração desenvolvida no Brasil, cuja prioridade era o fornecimento de produtos para o comércio, deixando de lado o acesso à escolarização no território (limitada por muito tempo ao ensino dos jesuítas) e restringindo a possibilidade de produção de documentos, sobretudo àqueles que eram marginalizados e que, na verdade, eram a maioria da população do período e formaram a vertente popular do português brasileiro;
- iv. a necessidade de constituição de um *corpus* diacrônico e histórico (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 25), uma vez que a sócio-história da formação do português brasileiro atinge diretamente a produção da escrita e sua avaliação social, sendo necessária uma observação cuidadosa sobre os fatores extralinguísticos que permeiam os documentos escritos por indivíduos nascidos no Brasil<sup>79</sup>.

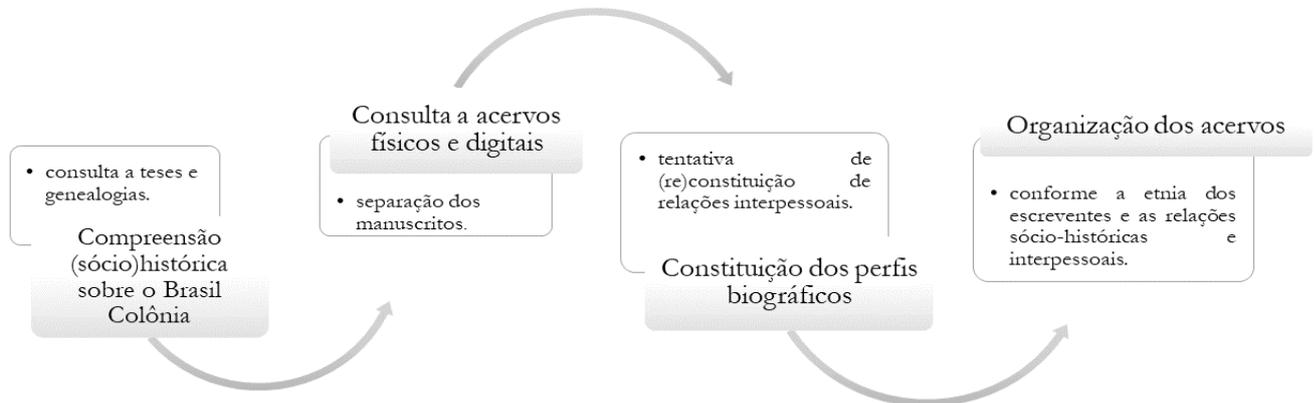
Sendo assim, para a constituição do *corpus* utilizado nesta pesquisa, foi necessário um laborioso processo de prospecção de documentos em acervos, que necessitou obrigatoriamente ser precedido por uma árdua investigação acerca do Brasil Colônia, envolvendo uma estruturação de conhecimentos sócio-históricos, filológicos e linguísticos. A composição do *corpus* foi feita através das seguintes etapas de pesquisa:

---

<sup>78</sup> Segundo Revel (2010, p. 440), uma abordagem pautada na micro-história “procura entender a maneira como movimentos ou transformações coletivas são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada ator toma neles”. Para Barros (2011, p. 56), na Nova História Cultural, “a Cultura é cada vez mais percebida não apenas como ‘dinâmica’, mas também como ‘internamente diversificada’. Os atores sociais são compreendidos como capazes de circularem entre diversas alternativas, ou de se utilizarem criativamente de um variado repertório de possibilidades culturais”. Esta dissertação não se aprofundará nesses termos, visto não ser este o objetivo do trabalho. Remeto aos autores citados para uma compreensão mais efetiva.

<sup>79</sup> A partir da análise de Paixão de Sousa (2006, p. 25) sobre as diferenças entre diacronia e história, entende-se os *corpora* de língua portuguesa existentes até então para os séculos XVII e XVIII abarcam o estudo diacrônico, mas não alcançam, com os dados, um teor histórico representativo do português brasileiro. Segundo Paixão de Sousa (2004, p. 18-19), um texto escrito é “antes de tudo um objeto histórico (concreto, se quisermos), pois é produzido, recebido, preservado e investigado em circunstâncias historicamente construídas” (grifo da autora). Embora a história de Portugal e do Brasil estejam intimamente entrelaçadas no período colonial, os contextos sócio-históricos são diferentes, assim como as motivações da produção da escrita, e conseqüentemente, o contato e a avaliação social das produções textuais, que são a fonte para os estudos em sintaxe diacrônica. Os *corpora* constituídos e utilizados por outras pesquisas, mesmo sendo de textos portugueses, contribuem enormemente para a compreensão da formação do português brasileiro; sozinhos, porém, não contemplam as particularidades linguísticas – motivadas pelo contexto particular multilíngue – do Brasil na época colonial. Uma vez que a mudança linguística, para os pressupostos teóricos da gramática gerativa, se relaciona com a aquisição de língua, o contexto linguístico que fornece os dados para a aquisição é relevante e precisa ser levado em consideração. Como é através dos dados externos (da língua-E) que a sintaxe diacrônica busca entender a formação da gramática interna (língua-I), o ambiente externo que gera a produção desses dados se torna significativo.

Figura 03 – Passos para a constituição do *corpus* brasileiro colonial.



Fonte: autoria própria.

Tendo em vista a necessidade de um *corpus* histórico e diacrônico para estudos linguísticos sobre a formação do português brasileiro, a compreensão sobre a (sócio-)história do Brasil Colônia é primordial e fez parte de todas as etapas do processo de composição do *corpus*, em uma perspectiva cíclica, já que a busca refinada de manuscritos brasileiros exige um processo contínuo de compreensão das relações sociais e administrativas que aconteciam no Brasil durante a colonização. Para a localização dos manuscritos, fez-se uma busca em acervos físicos, como o da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM)<sup>80</sup>, e em acervos digitais, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)<sup>81</sup> e o Arquivo Histórico Ultramarino, cujos documentos foram digitalizados pelo Projeto Resgate<sup>82</sup>.

Os documentos foram selecionados tendo em vista o teor sócio-histórico do conteúdo, a identificação da escrita e a identificação do escrevente, através de consultas a teses e genealogias históricas. Embora não tenha sido o objetivo principal, buscou-se diversificar os gêneros textuais na medida do possível, em uma tentativa de minimizar o enviesamento dos dados por conta das tradições discursivas na gramática presente em textos escritos, principalmente os de teor administrativo. Após essa etapa, foi realizada uma (re)constituição

<sup>80</sup> Cf. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. O documento que se encontra fisicamente na Biblioteca Midlin, utilizado nesta pesquisa, não se encontra digitalizado. Sendo assim, foi necessária uma ida ao acervo físico, a fim de solicitar autorização para o uso dos documentos e para a fotografia dos fólios. Agradeço à Biblioteca Midlin pela autorização da fotografia e utilização desses documentos.

<sup>81</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem um universo diversificado de património arquivístico, com documentos escritos desde o séc. IX até aos dias de hoje Cf. <http://antt.dglab.gov.pt/>.

<sup>82</sup> Cf. <http://bndigital.bn.gov.br/projeto-resgate/>. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995, em parceria com instituições públicas de Portugal e do Brasil, a fim de disponibilizar documentos históricos relativos ao Brasil existentes em arquivos de outros países, principalmente em Portugal.

aprimorada do perfil biográfico dos escreventes, a fim de entender não só sua origem como sua participação dentro do Brasil Colônia e sua relação interpessoal com outros colonos. O perfil biográfico completo está disponibilizado no apêndice C desta dissertação.

Após a busca dos documentos, a identificação dos escreventes e a composição de seus perfis biográficos e suas relações interpessoais (na medida do possível para o período), os manuscritos foram organizados em pequenos acervos, formados a partir da etnia dos escreventes (em uma tentativa de representar minimamente o cenário demográfico diversificado do Brasil Colonial) e de suas relações interpessoais, que podem ser associadas a eventos históricos ou a similaridades de ofícios administrativos. Esses acervos compõem o *corpus* colonial do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)<sup>83</sup>, que disponibiliza documentos para estudo do português do Brasil, editados em linguagem *xml*, que abarcam os séculos XVI ao XX.

Os acervos foram subdivididos em dois conjuntos, em uma tentativa de aproximar o *corpus* aos diferentes processos de aquisição do português que influenciaram a formação do PB em vertentes. Um panorama geral do *corpus* e dos acervos pode ser visto no Quadro 8. Os três primeiros acervos reúnem textos escritos por indivíduos cujo *input* de aquisição do português aconteceu em uma transmissão de língua primeira para língua primeira (transmissão linguística regular). Os outros três acervos são compostos por textos – em quantidade ínfima e incipiente, de modo que são acervos ainda em constituição – escritos por indivíduos de populações não portuguesas, mas já mestiças de diversas etnias, sobretudo indígenas e africanas, para quem o português se configurou como língua primeira, a partir de um *input* de aquisição que veio de uma língua de segunda para a primeira língua (transmissão linguística irregular).

---

<sup>83</sup> “O projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, que integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tem por objetivo realizar a edição digital de textos do Banco DOHS – Documentos Históricos do Sertão, do projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro, um dos projetos do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), da UEFS, bem como sua anotação morfológica e sintática, elaborando um corpus diacrônico anotado que sirva como recurso eletrônico para o estudo linguístico do português brasileiro. (...) Além dos acervos constituídos por documentação epistolar, há também livros manuscritos, além de textos impressos e textos orais. O material disponível no Banco atende, entretanto, não somente a pesquisadores interessados em análises de aspectos linguísticos, mas em aspectos da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros” (LACERDA; CARNEIRO; SANTIAGO, 2016. p.1). Cf. mais detalhes do Projeto CE-DOHS em [www.cedohs.uefs.br](http://www.cedohs.uefs.br). Cf. mais sobre o *corpus* colonial do CE-DOHS em [www.corpus2cedohs.com.br](http://www.corpus2cedohs.com.br).

Quadro 08 – Acervos do *corpus* colonial do CE-DOHS<sup>84</sup>.

	Escreventes	Período de nascimento	Gêneros textuais	Localização dos documentos
<b>Acervo da Família Vieira Ravasco</b>	Bernardo Vieira Ravasco, Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque.	Séc. XVII.	cartas, memórias, extratos, relação, fé de ofício etc.	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)
<b>Acervo da Família Ferrão Castelo Branco</b>	Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco.	Séc. XVII e XVIII.	procuração, lista, rascunho de cartas.	Biblioteca Midlin
<b>Documentos Avulsos da Elite Portuguesa</b>	André Vidal de Negreiros, João de Gois e Araújo, João de Moraes Montesinhos, Bernardo Vieira de Melo.	Séc. XVII.	cartas, testamento.	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)
<b>Documentos de mamelucos – Tomo I</b>	Lourenço de Brito Correa, Lourenço de Brito Figueiredo.	Séc. XVII e séc. XVIII.	Cartas.	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)
<b>Documentos de mamelucos – Tomo II</b>	Adrião Ferreira.	Séc. XVIII.	carta de tocar.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
<b>Escrita de Pretos e Pardos</b>	Henrique Dias, Brás de Brito Souto, João da Silva Guimarães.	Séc. XVII e séc. XVIII.	cartas.	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)

Fonte: autoria própria.

Para esta pesquisa, foi feito um recorte do *corpus*, baseado nos seguintes critérios:

- i. o propósito desta dissertação, que é investigar qual gramática portuguesa compôs a base linguística que formou o português brasileiro, sendo, portanto, mais adequada uma análise de manuscritos oriundos de indivíduos que adquiriram o português como língua materna;
- ii. a representatividade sócio-histórica dos escreventes, a partir do propósito central da dissertação;

<sup>84</sup> Uma descrição dos acervos e das fichas biográficas dos escreventes em que os manuscritos não foram utilizados nesta pesquisa se encontram no site [www.corpus2cedohs.com.br](http://www.corpus2cedohs.com.br). A localização exata de cada manuscrito dos escreventes citados e os respectivos fac-símiles também estão disponíveis no site, na aba *Corpus*. É importante mencionar que, para os acervos representativos da vertente popular do português, composto pela escrita de mamelucos e mulatos, os documentos são raríssimos, com menos de dez documentos ao todo, que ainda precisam ser investigados sobre a autenticidade da escrita ou uma possível escrita delegada, comum ao período colonial.

- iii. a necessidade de uma leitura dos textos e transcrição das sentenças a partir da edição fac-similar, uma vez que a edição semidiplomática dos documentos está em andamento;
- iv. a produtividade de escrita de cada escrevente, a fim de obter o maior número possível de dados.

O *corpus* selecionado está descrito no Quadro 9<sup>85</sup>. Por data de nascimento, os documentos abarcam a primeira metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Por data de produção da escrita, é abarcada a segunda metade desses dois séculos. O maior volume de dados se encontra no século XVIII, composto por rascunhos de cartas privadas, enquanto os textos do século XVII têm maior diversidade de escreventes e de gêneros textuais, mas correspondem a textos de correspondência pública. Desse modo, há uma assimetria no *corpus*, com mais dados representativos do século XVIII, mas escritos por um único indivíduo, e com poucos dados representativos do século XVII, mas escrito por três indivíduos distintos.

Informações mais detalhadas sobre os acervos do CE-DOHS e do *corpus* utilizado nesta dissertação estão expostas nos apêndices, organizados da maneira abaixo.

- i. lista geral dos acervos (já constituídos e em fase de prospecção) do CE-DOHS do Brasil Colônia no apêndice A;
- ii. descrição dos documentos utilizados nesta dissertação (data de escrita, escrevente, local de escrita, localização do documento etc.) no apêndice B;
- iii. ficha biográfica dos escreventes utilizados nesta dissertação no apêndice C;
- iv. fac-símile dos documentos utilizados com os pronomes clíticos em destaque no apêndice D;
- v. transcrição das sentenças utilizadas para o estudo linguístico e recorte fac-similar de cada uma delas no apêndice E;
- vi. normas de transcrição das sentenças no anexo A.

---

<sup>85</sup> Importante destacar que o recorte feito por esta pesquisa contém somente brancos em virtude do propósito da dissertação, conforme foi explicado anteriormente, e da pouca quantidade de documentos de indivíduos não-brancos, em consequência do raro acesso à escolarização e da pouca importância dada a eles durante todo o período colonial, o que condicionou a baixa preservação de eventuais manuscritos, e da dificuldade de leitura que esses manuscritos trazem. Esses documentos já estão sendo editados e, a partir de uma anotação sintática posterior, um estudo linguístico será realizado, envolvendo mais fenômenos e usufruindo ao máximo desse material.

Quadro 09 – *Corpus* utilizado, organizado por data cronológica de nascimento.

Acervo	Escrevente	Naturalidade	Etnia	Gênero textual	Nascimento	Período da escrita	Tipo de circulação	Acesso ao manuscrito	Fonte <sup>86</sup>	N. de palavras (aprox.)
<b>Atas da Câmara Municipal de Salvador<sup>87</sup></b>	Ruy de Carvalho Pinheiro	Brasileiro	Branco	Ata	aprox. 1600	1669-1670	Pública	Não	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (realização da edição)	9250
<b>Documentos de brancos da elite portuguesa</b>	João Goes de Araujo	Brasileiro (Bahia)	Branco	Carta	1600	1660-1670	Pública	Sim	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)	4550
<b>Documentos de brancos da elite portuguesa</b>	Andre Vidal de Negreiros	Brasileiro (Pernambuco)	Branco	Testamento	1606	1678	Pública	Sim	Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)	7480
<b>Documentos da Família Ferrão Castelo Branco</b>	Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco	Brasileiro (Bahia)	Branco	Rascunho de cartas (borrador <sup>88</sup> )	aprox. 1720	1749-1752	Privada	Sim	Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin	69.250

Fonte: autoria própria.

<sup>86</sup> A localização exata dos documentos está disponível no site [www.corpus2cedohs.com.br](http://www.corpus2cedohs.com.br). Os fac-símiles com os pronomes clíticos destacados estão no apêndice D desta dissertação.

<sup>87</sup> Estes documentos foram anotados por Corôa (em andamento) e compõem o *Corpus* Tycho Brahe – CTB (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>). No CTB, as atas da câmara possuem mais de um escritor; utilizo em minha pesquisa, entretanto, apenas os documentos de Ruy de Carvalho Pinheiro.

<sup>88</sup> O borrador se constitui como um bloco de papel utilizado para rascunho. Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco escreveu, aproximadamente, 450 fôlios de rascunhos de cartas privadas, além de copiar outros textos significativos, como a árvore genealógica de sua família, e escrever a contabilização de gados e escravos que possuía. Para o recorte desse *corpus*, foram consultados 180 fôlios. Esse manuscrito não se encontra digitalizado. Por isso, a fotografia foi feita *in loco* por mim, com uma visita física à Biblioteca Midlin.

Tais documentos são relevantes porque, junto com os demais documentos dos acervos, os elementos-chave para constituição de *corpora* apropriados aos estudos linguísticos, segundo Mattos e Silva (2002, p. 23), como a identificação de quem os escreveu, quando, onde e para quem, são possíveis de serem preenchidos, através das informações sócio-históricas que fundamentaram a localização desses manuscritos<sup>89</sup>. Esses elementos são brevemente explicitados, para cada escrevente, no Quadro 10. A ficha biográfica completa dos escreventes está no apêndice C desta dissertação.

Quadro 10 – Informações sócio-históricas sobre os documentos do *corpus* da pesquisa.

	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Para quem</b>
Rui de Carvalho Pinheiro.	Escrivão da Câmara de Salvador, também atuou como sargento-mor.	séc. XVII.	Bahia.	Registro de atas para consulta posterior e cartas para a Majestade.
Andre Vidal de Negreiros.	Governador do Maranhão, Pernambuco e Angola. Mestre-de-Campo.	séc. XVII.	Pernambuco.	Testamento para divisão posterior de bens.
João de Gois Araujo.	Desembargador e Procurador da Cidade da Bahia.	séc. XVII.	Bahia e Lisboa.	Sua Majestade.
Antonio Ferrão Branco.	Herdeiro do Morgado do Porto da Folha e sargento-mor.	séc. XVIII.	Bahia.	Familiares (tios, primos, mãe e pai).

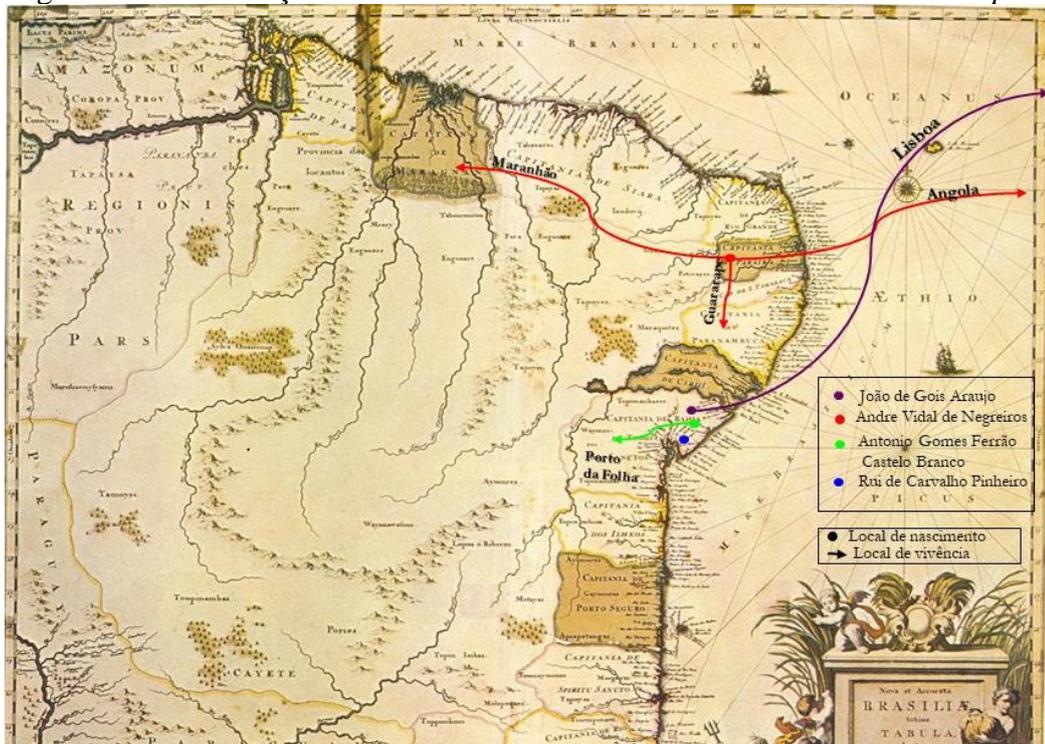
Fonte: autoria própria.

Para além disso, destaca-se a representatividade sócio-histórica dos escreventes selecionados. Apesar de o *corpus* colonial do CE-DOHS conter mais indivíduos brancos – etnia escolhida para a pesquisa a partir dos critérios mencionados anteriormente – esses escreventes apresentam uma maior representatividade regional, na medida em que são indivíduos nascidos em regiões costeiras, mas que adentraram, ao longo de sua vida, em distintas regiões, incluindo o sertão baiano.

<sup>89</sup> Petrucci (2003, p. 7-8), para a História da Cultura Escrita, propôs perguntas semelhantes: o quê (em que consiste o texto escrito), quando (época em que o texto foi escrito), onde (lugar em que foi escrito), como (quais materiais e métodos utilizados), quem (ambiente que pertencia o escrevente), para quê (finalidade do texto).

Desse modo, a análise linguística desses manuscritos pode ser vislumbrada como o português da elite colonial que circulou por diversas regiões costeiras do Brasil, mas também pelo interior da Bahia e fora do Brasil, configurando-se como uma gramática que chegou a distintas regiões e influenciou, com maior ou menor intensidade, a depender do escrevente, a aquisição do português de indivíduos não brancos com que tiveram contato e que disseminaram, posteriormente, a vertente popular do português. A figura a seguir mostra, com base em um mapa colonial produzido no século XVII, o local de nascimento dos escreventes e os locais por onde passaram.

Figura 04 – Localização de nascimento e de vivência dos escreventes do *corpus*.



Fonte: Grandes Personagens da Nossa História (1969), com adaptações.

Sendo assim, o recorte do *corpus* de pesquisa, embora seja pequeno, com poucos dados e poucos escreventes, tenta se aproximar do português da elite colonial que contribuiu para a disseminação dessa gramática em boa parte do território brasileiro, incluindo os sertões. Abrange-se, portanto, com este *corpus*, a gramática portuguesa que precede a formação da vertente prestigiada do brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90), mas também que chegou ao interior do Brasil, junto à gramática de portugueses de menor estrato social, que disseminaram o português ao longo desse território e contribuíram para a aquisição de grande parte da população colonial.

### 3.6 SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

A forma de classificação dos dados que utilizo segue as pesquisas que utilizaram aporte teórico semelhante (CARNEIRO, 2005; GALVES, BRITO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005; NAMIUTI, 2008; MARTINS, 2009; LEMOS, 2019) e investigaram a sintaxe e/ou a ordem dos pronomes clíticos em textos portugueses – representativos do português clássico e do português europeu moderno – e brasileiros, representativos dos séculos XIX e XX. Antes de descrever a classificação dos dados, porém, faz-se necessário expor algumas particularidades da transcrição dos dados.

#### 3.6.1 Particularidades da transcrição

Nos textos em que, ocasionalmente, não houve acesso ao fac-símile, como os documentos de Rui Carvalho Pinheiro, a edição diplomática foi consultada e a transcrição das sentenças seguiu as normas da edição já realizada. Nos demais documentos, em que há o manuscrito, mas não a edição, as sentenças foram transcritas<sup>90</sup> conforme as normas do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)<sup>91</sup>, adaptadas para o processo de transcrição aqui realizado, sem a produção de uma edição semidiplomática completa. Ambas as normas estão expostas no anexo desta dissertação. A transcrição dos documentos pautou-se em uma

---

<sup>90</sup> No apêndice E, estão todas as sentenças classificadas conforme os critérios mencionados. As sentenças que foram retiradas de manuscritos estão transcritas e expostas junto ao recorte da frase no manuscrito. Os documentos de Rui de Carvalho Pinheiro já foram editados, por isso, estão expostas apenas as transcrições retiradas da edição diplomática. Todos os documentos foram nomeados da seguinte maneira: letras iniciais do acervo – letras iniciais do nome do escrevente - ano de escrita, seguido do fôlio correspondente:

- i. DFFCB-AGFCB-1749, f. 13v  
 [DFFCB] [AGFCB] [1749] [f. 13v]  
 [Acervo] [Escrevente] [ano de escrita] [fôlio, reto ou verso]

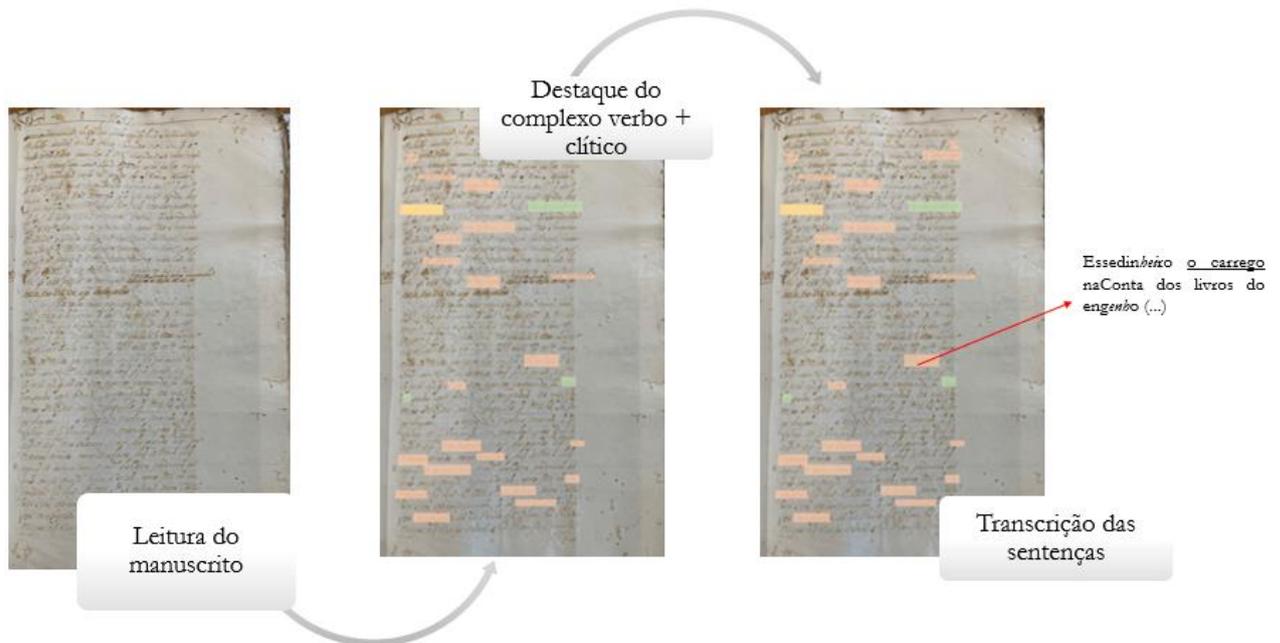
Os documentos de Rui Carvalho Pinheiro, por terem sido acessados a partir da edição, não foram contabilizados por número de fôlio e sim por quantidade de documentos, conforme ordem exibida na edição diplomática realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

- ii. ACMS-RCP-1671.16  
 [ACMS] [RCP] [1671] [16]  
 [Acervo] [Escrevente] [Ano de escrita] [Ordem do documento conforme edição consultada]

<sup>91</sup> O PHPB é um projeto criado para atender às seguintes agendas acerca do português brasileiro, com a participação de diferentes grupos de pesquisa - incluindo o CE-DOHS - de diversas universidades: organização de corpus diacrônico, história social, mudança gramatical, tradições discursivas e história do léxico. Durante os primeiros seminários do PHPB, decidiu-se uma norma para transcrição semidiplomática dos manuscritos a ser seguida por todos os grupos de pesquisa que se dedicassem à agenda de constituição de *corpus*. O CE-DOHS utiliza tais normas desde então, realizando ajustes sempre que necessário.

leitura atenta dos manuscritos ou da edição diplomática, quando acessível, seguido de destaque do complexo verbo único finito + clítico e da transcrição da sentença, como mostra a figura 5.

Figura 05 – Processo de transcrição das sentenças com verbos únicos finitos e pronomes clíticos<sup>92</sup>.



Fonte: autoria própria.

Para os documentos do século XVIII, que correspondem a rascunhos de cartas, foi exigida uma transcrição mais criteriosa. Os termos, frases ou expressões riscadas pelo próprio escrevente foram transcritas (conforme normas do Projeto Para História do Português Brasileiro), mas não são consideradas para a formação das sentenças. Assim, a sentença 62a, para efeito de ordem superficial, é compreendida conforme o exemplo 62b.

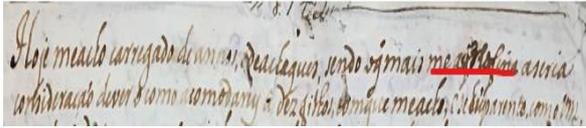
62. a. Depoes de ter já dado reposta <↑em 31deAbril> adeVossaMerce ~~de 15 de Fevereiro~~ vindapor seucompadre Manuel | Godinho, meaparece elle aquý de novo (...)
- b. Depoes de ter já dado reposta em 31deAbril adeVossaMerce vindapor seucompadre Manuel | Godinho, me aparece elle aquý de novo (...)

DFFCB-AGFCB-1752, f. 70r.

<sup>92</sup> Cf. apêndice D para ter acesso aos manuscritos na íntegra com os pronomes clíticos destacados. Cf. apêndice E para visualizar a transcrição das sentenças, junto ao recorte facsimilar. Cabe lembrar que, por ter sido uma extração manual das sentenças finitas com pronome clítico, não se buscou esgotar a quantidade de pronomes dos textos analisados e sim extrair um maior número de dados possível, tendo em vista as condições para isso. Uma posterior edição e anotação dos documentos dará resultados mais precisos.

Para além disso, trechos de sentenças com clíticos em que não foi possível identificar o verbo ou o constituinte à esquerda (por ilegibilidade, rasura ou qualquer outro motivo) são descartados para efeito de contabilização e classificação dos dados, como o que ocorre no exemplo fac-similado abaixo.

Figura 06 – Exemplo de ilegibilidade da sentença.



Hoje meacho carregado de annos, dechaques sendo oque mais me [ilegível] aseria | consideração dever de como acomodarey â dez filhos, comquemecho, (...).

DFFCB-AGFCB-1749, f. 4r.

Na seção a seguir, são destacados os critérios de classificação.

### 3.6.2 Critérios de classificação

Foram consideradas, para a classificação dos dados, sentenças com verbos únicos finitos. Os dados foram organizados conforme as particularidades que envolvem fenômeno da interpolação e da colocação dos clíticos, havendo fatores linguísticos que envolvem ambos os fenômenos e fatores específicos. A apresentação geral dos critérios está exibida no Quadro 11. Os fatores linguísticos são comentados a seguir.

Quadro 11 – Fatores linguísticos considerados para a classificação e análise dos dados.

Interpolação e colocação	Interpolação	Colocação
Posição do verbo na sentença;	Presença do elemento de negação <i>não</i> ;	Colocação do clítico (ênclise/próclise).
O tipo de sentença;	Presença de complementizador nulo/aparente em sentenças dependentes.	
Constituinte que precede o verbo em sentenças $V \geq 2$ .		

Fonte: autoria própria.

i. posição do verbo na sentença:

As sentenças foram divididas primeiramente de acordo à posição do verbo. As sentenças cujo verbo se apresenta em primeira posição (exemplos 63 e 64) foram isoladas das sentenças em que o verbo se apresenta em segunda posição ou posição posterior ( $V \geq 2$ , exemplos 65 e 66).

63. Presentey-lha algums dous mezes depoés dasua chegada (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 6v.
64. Tomeylhe namesma occazião trinta alqueires mais defarinha (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 8r.
65. Meo Pay seacha no Porto da Folha (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.
66. Sobre estas condiço- | ens sefindou efirmou aobriga- | ção que este Senado tomou de  
| sustentar a Infantaria (...)  
ACMS-RCP-1671.9.

ii. o tipo de sentença:

As sentenças com pronomes clíticos foram divididas em orações dependentes e matrizes. São consideradas sentenças matrizes as sentenças declarativas principais e as sentenças precedidas pelas conjunções coordenativas *e*, *ou* e *nem*, *mas*, *porém*, *contudo*, *entretanto*<sup>93</sup> (exemplos 67 a 69). São consideradas sentenças dependentes aquelas que estão vinculadas a um sistema de dependência em relação à oração principal (sentenças completivas, relativas, adjuntas, ou sentenças precedidas por conjunções coordenativas que estão encabeçadas e/ou

---

<sup>93</sup> Embora o manual de anotação sintática portuguesa (MAGRO; GALVES, 2019) considere como conjunção coordenativa apenas os elementos *e*, *ou*, *nem* e *mas*, incluiu os termos *porém*, *contudo* e *entretanto* nessa classificação em virtude do caráter de marcação discursiva que as sentenças precedidas por tais termos apresentaram no *corpus*, com uma taxa de ênclise considerável, destoando dos demais tipos de sentença que integram o contexto de variação I e se aproximando da colocação clítica das orações que fazem parte do contexto de variação II. Ademais, os estudos sobre o comportamento dos clíticos a respeito do português brasileiro (CARNEIRO, 2005; LEMOS; 2019) fazem classificação semelhante, o que facilita a comparação dos dados. Entretanto, a fim de manter os contextos semelhantes aos trabalhos realizados sobre a colocação dos clíticos em textos portugueses que consideram tais conjunções como advérbios não modais, como em Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), as porcentagens considerando tal classificação serão exibidas em nota no capítulo 4 (notas 109 e 112). Os termos *pois* e *porque* integram as sentenças dependentes, e expressões como *no entanto* e *por isso* são classificadas como sintagmas preposicionais.

vinculadas a uma oração dependente), além das orações interrogativas (exemplos 70 a 74, respectivamente)<sup>94</sup>.

67. Eu mevejo em | opresão grande pela preça com *que* estou necessitando (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 24r.
68. poes por algumas veses os tenho mandando ver, esenão achão;  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12r.
69. Então ficava eudoente, e por isso menão poude alargar muito | nem agora ofaço tambem (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 13v.
70. Nosso amigo Mathias mepede *que* o recomende na graça de Vossa Mercê (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 2r.
71. Elle me escreve sobre isso; e na conta quelheudei; lhe abonei as 4 caixas (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 53v.
72. Sobreistomesmo lhe escreveo a  $\langle \uparrow 2 \rangle$  Vossa Mercê | tambem meo filho, segundo mediz (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 4r
73. Recomendey lhe *que* memandasse o Crime do Beleguim | eavisey-o de *que* meo Pay se tinha ido para o Certão ; e *que* meavisasses sua *metade* de todos os | gastos *que* fizessem (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14r.
74. porem quem seapanha na sua Pa- | tria *que* tem cà mais com Brasileiros?  
DFFCB-AGFCB-1754, f. 85v.

iii. o tipo de constituinte que precede o verbo:

As sentenças  $V \geq 2$  foram classificadas e agrupadas segundo o tipo de constituinte que precede o verbo. Para efeito de classificação, foi considerado sempre o primeiro elemento da sentença. Assim, no exemplo abaixo, considera-se que o verbo está precedido por advérbio.

75. Depoes disto avisteyme nesta Cidade | com ô mesmo Paiva (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 22v.

Seguindo a maioria dos estudos linguísticos que investigaram a sintaxe dos clíticos (CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; MARTINS, 2009;

<sup>94</sup> As sentenças imperativas, assim como as parentéticas foram, por ora, isoladas e desconsideradas.

NAMIUTI, 2008), esses constituintes foram agrupados em três grupos. Dois deles formam o contexto variacional, com possibilidade de colocação proclítica ou enclítica, e o terceiro grupo inclui as orações matrizes precedidas por elementos proclisadores, com o constituinte que precede o verbo obrigando a colocação pré-verbal.

O primeiro contexto variacional, chamado de contexto de variação I, integra as sentenças matrizes precedidas por sujeitos neutros, sintagmas preposicionais e advérbios não-modais (exemplos 76 a 78, respectivamente). Nesta pesquisa, foram incluídas nesse contexto as sentenças precedidas por construções de tópico/foco marcado (sentença 79)<sup>95</sup>.

76. os testamenteiros lhefaram bem por sua alma edaramasua | mãnij isabel rodrigues coatro pesas de escrauos pelo amordedeos (...)  
DABEP-AVN-1678 f. 4r.
77. enos nos obrigamos apaga- |las dentro do anno as que senaõ | venderem ecom este negocio | seconseguraõ o sustento daIn- | fantaria (...)  
ACMS-RCP-1670.4.
78. *VossaMerce* cuide emque acaldeira se | me entregue logo, elogo na Guahiba, como me | promete, edepoes nos ajustaremos (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 25r.
79. As sobreditas nãos da India fallase em que ~~ainda~~ sem embargo das ultimas ordens do | *Senhor ViceRey*, ainda não viraõ apartir senaõ lâ para depoesdeSaõFrancisco (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 2v.

O segundo contexto variacional (contexto de variação II) agrupa as sentenças matrizes com verbo em posição inicial em segunda coordenada (exemplo 80) e sentenças matrizes precedidas por orações dependentes (exemplos 81). Nesta pesquisa, integram também o contexto II as sentenças em que o pronome clítico se encontra em construção de deslocamento à esquerda e é retomado (exemplo 82).

80. Eestes ditos sento esincoentta | milReis que ficaraõ en meu poder pagei ia adita orfa Eos Resebeo | seu marido com qu em oprovedor eirmãos dasanta casa o casa | raõ (...)  
DABEP-AVN-1678 f. 5v.
81. E como *VossaMerce* foy a fon- | te sempre dos meus acertos, lhe peço, que nem neste Longe | deixe de mecontinuar os dictames (...)  
DFFCB-AGFCB-1754, f. 85v.

<sup>95</sup> Essa inclusão foi feita em consequência da dificuldade de se diferenciar construções com tópico de construções com foco e de separar as construções que obrigam a presença de determinada colocação clítica, não sendo, portanto, um contexto variacional.

82. As mi- | nhas cartas entreguey-as a Antonio Pedro de Vasconcellos Governador da Colonia, e recomende-y-as | tambem ao Sargento Caetano de Melo (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 5v.

O terceiro grupo dos constituintes precedentes ao verbo incluem as sentenças matrizes em contexto não variacional. Nesse caso, as sentenças são precedidas por elementos que condicionam a colocação pré-verbal do pronome clítico. Esses elementos são: elementos de predicação negativa (*não, nem, nenhum, nada, ninguém*), focalizadores (*só, até, apenas*), advérbios modais (*também, sempre, cá, já* etc.). Para o estudo da colocação clítica, essas sentenças são descartadas na análise. Para o estudo da interpolação do *não*, são consideradas apenas as sentenças que contém o elemento de negação *não*.

83. Nada me mete mais medos, que o ver-me nestes anos | elebrar-me de que por minha morte (*que* será breve) me amofina-| rão à meus filhos (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 22r.
84. Apenas lhe escreve Da- | miana, para lhe <↑eu> mandar avizo ao Convento (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 19v.
85. esequiser, *que* medeixeda re- | matação, tambem ofarey com seu avizo;  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 42v.

iv. a presença do operador de negação:

Para a análise da interpolação do *não*, só são consideradas sentenças com a presença desse operador negativo em específico.

86. efa- | zendo Cobiça aos lançadores | com os Avizos que podem man- | dar na Frota de prevençam | de Vinhos para seu Contracto, | esta sempre será útil ao seu | digo util aeste Senado inda | que senaõ arende para o lu- | (Pg. 228) o lucro de seus Subsídios (...)  
ACMS-RCP-1670.3.
87. Elogo entrou mesmo Domingos | Ferreira no contracto das Baleas, sem se cobrar del- | le este direito, do qual se fizes trespasso ao thesoureiro | geral João Soares de Aguirre para o haver descobrir. oquesenaõfes (...)  
DABEP-JGA-1669.1, f. 2r.
88. Com tudo não se | perderão, porque tudo tem seu tempo (...)  
DFFCB-AGFCB-1753, f. 77v.

- v. presença de complementizador nulo/aparente em sentenças dependentes:

Para o estudo da interpolação do *não* em sentenças dependentes, foi verificada a existência da interpolação em sentenças dependentes com complementizador nulo (exemplo 89) e com complementizador aparente (exemplo 90).

89. Pelo que Senhor | pedimos aVossa Alteza prostra- | dos aSeus Reaes Pez seja Servi- | do ordenar senaõ entenda nes- | te Estado (...)  
ACMS-RCP-1670.1.
90. nada fizemos Senhor | se este Povo, senaõ achara tam | sobre carregado com o sustento da | Infantaria, dote da Serenissima | Rainha da gram Bretanha, e | Paz deOlanda (...)  
ACMS-RCP-1671.4.

- vi. colocação do clítico em relação ao verbo (ênclise/próclise):

Para análise da colocação dos clíticos, observa-se a colocação do pronome em relação ao verbo: próclítica, se o pronome preceder o verbo (exemplo 91) e enclítica (exemplo 92) se o pronome estiver posposto ao verbo. Ocorrências de mesóclises são consideradas como construções enclíticas.

91. Nosso amigo Mathias mepede que o recomende na graça deVossaMercê (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 2r.
92. Tomeylhe namesma occazião trinta alqueires mais defarinha (...)  
DFFCB-AGFCB-3-1750, f. 8r.

### 3.7 SÍNTESE

Neste capítulo, apresentei a base teórica-metodológica da pesquisa desta dissertação e, a partir dela, discuti a natureza do pronome clítico e sua derivação sintática para as fases média e clássica do português. Além disso, propus hipóteses de trabalhos a respeito da colocação clítica e da interpolação da escrita de brasileiros dos séculos XVII e XVIII e apresentei o *corpus* e os critérios utilizados para análise dos dados. Conclui-se, portanto:

- i. sobre a base teórica:
  - a. nesta dissertação, o aporte teórico utilizado é o da sintaxe gerativa, apoiada nos pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros, complementada pela Teoria da Morfologia Distribuída;
  - b. os clíticos pronominais são considerados, nesta pesquisa, como sintagmas nucleares (X<sup>o</sup>) dependentes ao verbo (adverbiais).
  - c. com base na Morfologia Distribuída, a interpolação generalizada e a interpolação da negação são resultantes de movimentos gerados na derivação sintática estrita, em que o clítico se aparta do verbo no sistema CP. A diferença entre o português médio e o clássico, quanto a esse fenômeno, está na perda do movimento do verbo para a camada mais alta da sentença. Na colocação dos clíticos, a próclise é a saída natural da derivação sintática e a ênclise é causada pela restrição fonológica acometida aos pronomes no português médio e no português clássico.
  - d. proponho que a gramática dos textos brasileiros seiscentistas e setecentistas seja estruturalmente semelhante à gramática clássica portuguesa, mas que apresente uma queda progressiva da interpolação e da ocorrência de ênclise em contextos variacionais.
  
- ii. sobre a base metodológica:
  - a. o *corpus* utilizado contém textos brasileiros escritos no período colonial seiscentista e setecentista e foi organizado a partir de implicações sócio-históricas, filológicas, paleográficas e linguísticas;
  - b. a metodologia de classificação dos dados segue a proposta de pesquisas linguísticas anteriores que analisaram a interpolação em sentenças matrizes e subordinadas e que analisaram a colocação dos clíticos a partir de uma divisão dos contextos variacionais em dois grupos.

No próximo capítulo, será realizada uma descrição dos dados retirados de documentos escritos por brasileiros durante o período colonial

#### 4 A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM TEXTOS DO BRASIL COLÔNIA (SÉCULOS XVII-XVIII)

Neste capítulo, descrevo a interpolação e a colocação dos clíticos em sentenças com verbos finitos presentes nos textos brasileiros coloniais que compõem o *corpus* da pesquisa, representativos da primeira metade dos séculos XVII e XVIII. Uma vez que os escreventes não apresentaram nos textos resultados diferentes entre si, os dados serão categorizados apenas pelo período de nascimento dos autores<sup>96</sup>.

Foram classificadas e analisadas, considerando os dois séculos da pesquisa, 2204 sentenças<sup>97</sup>, das quais 162 (7,4% em relação ao total de sentenças) correspondem aos contextos de interpolação do *não*, 1328 (60,3% em relação ao total de sentenças) correspondem aos contextos de interpolação generalizada e 386 (17,5% do total) correspondem aos contextos variacionais de colocação clítica. As demais sentenças envolvem sentenças imperativas afirmativas e negativas, sentenças com verbo em contexto V1, sentenças dependentes e matrizes com presença de elementos de negação diferentes do *não* e sentenças matrizes com presença de licenciadores de próclise precedendo o verbo<sup>98</sup>. Nota-se, entretanto, um descompasso na quantidade de sentenças para os dois séculos, havendo mais dados para o período setecentista, embora seja representativo apenas de um único autor.

O capítulo está organizado da forma seguinte. Na seção 4.1, descrevo o fenômeno da interpolação no *corpus* e, na seção 4.2, o fenômeno da colocação clítica. Antes da descrição dos dados, apresento brevemente uma pequena síntese sobre o comportamento dos fenômenos no português médio e clássico. A seção 4.1 está dividida em três subseções, nas quais descrevo a

---

<sup>96</sup> Considero, como período abrangido nesta pesquisa, a primeira metade de cada século. É importante mencionar, entretanto, que, para o século XVIII, há apenas um escrevente, nascido aproximadamente em 1720, ou seja, corresponde a apenas uma parte da primeira metade do século XVIII. A ficha biográfica de cada escrevente está disponível no apêndice C.

<sup>97</sup> Apesar do pequeno número de sentenças, é importante lembrar que este trabalho é realizado por documentos escritos por brasileiros nos séculos XVII e XVIII, período em que os *corpora* e as pesquisas ainda são incipientes para estudos sobre o português no Brasil. Além disso, uma vez que boa parte dos documentos ainda não foi editada, estes dados foram coletados através da leitura em manuscritos fac-similados, o que torna complexo o trabalho de extração de dados e reduz a possibilidade de conseguir um maior número de sentenças. Ademais, o trabalho pioneiro de Martins (1994) sobre o português arcaico, médio e clássico contou com 64 sentenças para o século XV e com 61 sentenças em contexto variacional para o século XVI. Tendo em vista que esta pesquisa também é pioneira, no sentido de abrir investigações sobre o português no Brasil no período colonial, o número de dados aqui exibidos se apresenta razoável e tem por objetivo articular melhor as hipóteses sobre o português na América Portuguesa para, posteriormente, com trabalhos que possuam um maior número de dados, conseguir respostas mais precisas.

<sup>98</sup> Todas as sentenças estão expostas no apêndice C desta dissertação.

interpolação do *não* em sentenças matrizes e em sentenças dependentes e a interpolação de constituintes generalizados, respectivamente.

Na seção 4.2, descrevo a colocação dos clíticos no *corpus* analisado, separando as sentenças conforme os critérios de classificação apresentados no segundo capítulo. A seção é dividida em quatro subseções, que apresentam a colocação dos clíticos nos seguintes contextos: i. verbos em posição inicial na sentença (V1); ii. verbos precedidos por sujeitos, sintagmas preposicionais, advérbios não modais e construções com tópico/foco marcado; iii. verbos precedidos por orações dependentes, conjunções coordenativas e construções de deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica e iv. verbos precedidos por conjunções subordinativas.

A síntese do capítulo é apresentada na seção 4.4. A análise interpretativa dos dados será feita no capítulo seguinte.

#### 4.1 INTERPOLAÇÃO

Para descrever o fenômeno da interpolação no *corpus* analisado, foram considerados diferentes tipos de sentença, a depender do elemento interpolado em análise. Para a interpolação de negação, foram contabilizadas 49 sentenças matrizes e 113 sentenças dependentes com a presença do elemento *não*<sup>99</sup>. Para a interpolação generalizada, foram consideradas 1328 sentenças dependentes afirmativas, descartando-se as orações dependentes negativas por não ser atestada, no *corpus*, a presença de um elemento qualquer e o *não* interpolados em uma mesma sentença. Obteve-se o seguinte resultado geral:

Tabela 07 – Interpolação em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas.

	Interpolação do <i>não</i> em sentenças matrizes		Interpolação do <i>não</i> em sentenças dependentes		Interpolação generalizada	
	1600-1650	1700-1750	1600-1650	1700-1750	1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação</b>	66,7% (4/6)	60,5% (26/43)	95,5% (21/22)	90,1% (82/91)	0% (0/259)	0,4% (4/1069)

<sup>99</sup> No *corpus*, foram encontradas 53 sentenças matrizes e 117 sentenças dependentes com a presença do elemento de negação *não*. Oito sentenças representativas do século XVIII (quatro de cada tipo), entretanto, foram descartadas da análise por se apresentarem em início absoluto de sentença (o que restringe a possibilidade de interpolação), por não ser possível identificar o elemento precedente ao *não*, inviabilizando sua classificação, ou pelo elemento de negação fazer parte de uma conjunção de oração correlata (*não só... mas também*).

<b>Adjacência clítico-verbo</b>	33,3% (2/6)	39,5% (17/43)	4,5% (1/22)	9,9% (9/91)	100% (259/259)	99,6% (1065/1069)
<b>Total</b>	<b>100% (6)</b>	<b>100% (43)</b>	<b>100% (22)</b>	<b>100% (91)</b>	<b>100% (259)</b>	<b>100% (1069)</b>

Fonte: autoria própria.

Em geral, tais dados apresentam uma frequência grande de elementos interpolados em textos brasileiros coloniais. Os dados são detalhadamente apresentados nas subseções a seguir.

#### 4.1.1 Interpolação do *não* em sentenças matrizes

A interpolação do *não* em sentenças matrizes era comum no português médio desde que ocorresse em contexto obrigatório de próclise, ou seja, com um outro elemento além do *não* funcionando como licenciador da colocação pré-verbal do clítico (MARTINS, 1994, p. 189). No português clássico, esse fenômeno passou a ocorrer também em sentenças matrizes sem a presença de um elemento licenciador de próclise (em sentenças matrizes neutras) e se manteve produtivo até o fim do século XVII, considerando a data de nascimento dos autores (NAMIUTI, 2006, p. 184).

No *corpus* analisado, considerando também a data de nascimento, a interpolação do *não* em sentenças matrizes é frequente nos séculos XVII e XVIII, alcançando a porcentagem de 66% e 60%, respectivamente (exemplos 93 e 94). A adjacência do clítico ao verbo (exemplo 95), por sua vez, atinge 33% e 39% dos dados analisados.

Tabela 08 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes de textos do Brasil Colônia.

	<b>1600-1650</b>	<b>1700-1750</b>
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	66,6% (4/6)	60,5% (26/43)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	33,4% (2/6)	39,5% (17/43)
<b>Total</b>	<b>100% (6)</b>	<b>100% (43)</b>

Fonte: autoria própria.

93. D. Jeronimo nos não inquieta em couza | alguma (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 65r.
94. Meo Pay seacha no Porto da Folha e Minha Máy noEngenho | em companhia de meos Irmãos pequenos, epor isso lhe não escreve | senão euso (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.
95. Em fim não me | canso comdiscursos;  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 55r.

Além disso, a interpolação do *não* é atestada tanto em sentenças matrizes com licenciadores de próclise (exemplos 96 e 97) quanto em sentenças matrizes neutras (exemplos 98 e 99). Os dados representativos de cada século estão expostos na Tabela 9.

Tabela 09 – Presença de elementos licenciadores de próclise em sentenças matrizes negativas.

		1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	Com licenciador	16,7% (1/6)	18,6% (8/43)
	Sem licenciador	49,9% (3/6)	41,9% (18/43)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	Com licenciador	16,7% (1/6)	0% (0/43)
	Sem licenciador	16,7% (1/6)	39,5% (17/43)
<b>Total</b>		<b>100% (6)</b>	<b>100% (43)</b>

Fonte: autoria própria.

96. A 20 de maio hoje fáz hum mez escrevy a *VossaMerce* pedindolhe | me mandasse satisfazer as rendas dos meus lavradores, *que* | moerão na Natiba; elhe pedia reposta até <↑5> ~~meache~~ deste | ~~mes~~ Junho em *que* estamos. Hoje são 20 eainda a não | tive (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 52v.
97. Depoes *que VossaMerce* sefoy ainda me não deo parte alguma | doque tinha obrado (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 53v.
98. Edestas cousas senaõ desfa | ram nunca osadmenistradores dacapela antes teramgrande | cuidado dehuma Eoutra cousa (...) DABEP-AVN-1678 f. 6r.
99. Avista disto, me | não canso, em meofferecer á*VossaMerce* (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 70r.

Nas sentenças com a interpolação do *não* em que há licenciadores de próclise antecedendo o verbo, tais elementos são advérbios marcadores de foco e constituintes focalizados (exemplos 100 e 101).

Tabela 10 – Tipo de constituinte precedente em sentenças com interpolação do *não*.

	1600-1650	1700-1750
Advérbio	25% (1/4)	23,1% (6/26)
Focalizador	0% (0/4)	7,7% (2/26)
Quantificador	0% (0/4)	0% (0/26)
Sujeito	25% (1/4)	15,4% (4/26)
Sintagma preposicionado	50% (2/4)	23,1% (6/26)
Oração dependente	0% (0/4)	7,7% (2/26)
Conjunção coordenativa	0% (0/4)	19,2% (5/26)
Outros	0% (0/4)	3,8% (1/26)

**Total****100% (4)****100% (26)**

Fonte: autoria própria.

Nas sentenças em que não há presença de licenciadores de próclise, a interpolação do *não* ocorre quando o verbo é precedido por constituintes diversos: sujeitos, sintagmas preposicionais, conjunção coordenativa e construções de deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica (exemplos 102 a 107).

100. Rufina hontem de tarde recahio | com cesões; ehoje me cahia Manuel com ellas. Já me | não atrevo comgastos das doenças das meninas, | *que* acomunidade lhes não dá senão carne (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 56r.
101. So eu, eo Salvador nos não rendémos | amolèstia (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 61r.
102. Requerendonos lhe | lhe assestassemos a em campa- | çam do dito Contracto (do qual | são passados dois annos) nos lha- | naõ asseitamos de que proce- | deu appelar eaggravar para | aRellação deste Estado (...)  
ACMS-RCP-1670.3.
103. Meo Pay seacha no Porto da Folha e Minha Máy noEngenho | em companhia de meos Irmãos pequenos, epor isso lhe não escreve | senão euso (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.
104. e nesta perple= | xidade menão considero comforças para dar aVossa Senhoria omeo parecer (...)  
DFFCB-AGFCB-1753, f. 77v.
105. Avista disto, me | não canso, em meofferecer áVossaMerce (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 70r.
106. poes por algumas veses os tenho mandado ver, esenão achão;  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12r.
107. A remoção, *que* o mesmo Xavier intentou para amão deD. | Caetano, anão levou abocca ainda até aqui.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 72v.

Em sentenças matrizes negativas com adjacência do clítico ao verbo, os constituintes precedentes ao verbo também podem ser ou não licenciadores de próclise. Entre os elementos licenciadores, estão quantificadores (exemplo 108). Entre os constituintes precedentes neutros, são encontrados sujeitos, sintagmas preposicionados, advérbios, oração dependente e conjunção coordenativa (exemplos 109 a 113).

Tabela 11 – Tipo de constituinte precedente em sentenças com adjacência do clítico ao verbo.

	1600-1650	1700-1750
Advérbio modal	0% (0/2)	0% (0/17)
Focalizador	0% (0/2)	0% (0/0)
Quantificador	50% (1/2)	0% (0/0)
Sujeito	0% (0/2)	11,8% (2/17)
Sintagma preposicionado	50% (1/2)	17,6 (3/17)
Advérbio não modal	0% (0/2)	5,9% (1/17)
Oração dependente	0% (0/2)	41,2% (7/17)
Conjunção coordenativa	0% (0/2)	23,5% (4/17)
<b>Total</b>	<b>100% (2)</b>	<b>100% (17)</b>

Fonte: autoria própria.

108. *porque* os mercadores com a | dilação dopagamento em assucar leuantaõ cada ues maes | os generos que lhes uendem, eelles de necessidade os recebem | por altos preços; emuitas uses alemdo ualorsobreposto | nas fazendas, naõ asdaõ sem aconueniencia deabatimento | do preço do assucar (...)  
DABEP-JGA-1664.2, f. 1r.
109. mas não | há cá *quem* conte moeda, eeu para fiador do povo não me arrumo | bem (...)  
DFFCB-AGFCB-1754, f. 89r.
110. Em conclusão não lhe tinha conta *que* Luiz Ventura lhe | desmanchasse a Igrejinha (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 72r.
111. Em fim não me | canso comdiscursos;  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 55r.
112. odito xavier, medizem *que* manda o *filho* mulato para Portugal nestas naus, <↓ porem> | [f. 4v] porem como ainda está isto emaaberto não o seguro [ilegível] com firmeza.  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 4v.
113. Mil agradecimentos | lhedou | [f. 57v] lhe dou *por* todos estes favores; enão lhe mando os sous queijos, | *porque* primeira mente medizem*que* hum já lho mandãrão (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 57v.

#### 4.1.2 Interpolação do não em sentenças dependentes

A interpolação do *não* em sentenças dependentes é um fenômeno frequente no português médio e no português clássico. Naquela gramática, a interpolação chegou a alcançar valores acima de 90% (MARTINS, 1994, p. 193) enquanto nesta os níveis variavam entre 84%, 90%, sendo a porcentagem mais alta representativa da segunda metade do século XVII (GALVES; ET AL, 2019, p. 16). Nesse mesmo contexto, em textos brasileiros coloniais, a

interpolação do *não* ainda se mantém significativa, com um decréscimo na primeira metade do século XVIII.

Tabela 12 – Interpolação em sentenças dependentes negativas.

	1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	95,5% (21/22)	90,1% (82/91)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	4,5% (1/22)	9,9% (9/91)
<b>Total</b>	<b>100% (22)</b>	<b>100% (91)</b>

Fonte: autoria própria.

Entre as sentenças com interpolação do *não*, foram encontrados alguns casos em que o *não* está interpolado entre o clítico e o verbo sem a presença do complementizador (exemplo 114). Elas representam 9% e 6% para os séculos XVII e XVIII, respectivamente. Em sentenças adjacentes, apenas um caso foi atestado sem a presença do complementizador (exemplo 115). A grande maioria das sentenças com interpolação do *não* apresentam o complementizador (exemplos 116 a 129), assim como as sentenças com o clítico adjacente ao verbo (exemplos 129 a 132).

Tabela 13 – Presença de complementizadores em sentenças dependentes negativas.

		1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	Complementizador nulo	9,1% (2/22)	6,6% (6/91)
	Complementizador aparente	86,4% (19/22)	83,5% (76/91)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	Complementizador nulo	0% (0/22)	3,3% (3/91)
	Complementizador aparente	4,5% (1/22)	6,6% (6/91)
<b>Total</b>		<b>100% (22)</b>	<b>100% (91)</b>

Fonte: autoria própria.

114. Pelo que Senhor | pedimos aVossa Alteza prostra- | dos aSeus Reaes Pez seja Servi- | do ordenar senaõ entenda nes- | te Estado (...)
- ACMS-RCP-1670.1.
115. O Termo do deposito, emcujo Rol seachaõ avaliados os bens daCapella,| cuidando meo Pay, *que* estaria câ nacidade junto â hums autos, <↑[*inint.*]> o não acho nelles; porque me | diz o meo Requerente, ~~que~~ naõ sejuntâra aos autos *que* meo Pay cuida, sim *que* sejuntar[i]a| aos ~~autes~~ do Tombofeito pelo Corregedor (...)
- DFFCB-AGFCB-1749, f. 2r.

116. nada fizemos Senhor | se este Povo, senaõ achara tam | sobre carregado com o sustento da | Infantaria, dote da Serenissima | Rainha da gram Bretanha, e | Paz deOlanda (...)  
ACMS-RCP-1671.4.
117. He abebida da Agoa ardente da terra | (Pg. 270) e cachaça detal qualidade etam | arreigadas nesta Capitania, que | nem foraõ possiveis as proibiço- | ens deste Senado nem as do Gover- | no para sepoderem prohibir antes | occasionaraõ em requexeraõ os | poderozos (como poucos temidos) e | enfraqueserem os piquenos, que | anaõ faziam pelo temor;  
ACMS-RCP-1671.16.
118. porqueos escriuains lhas naõpreparaõ atempo (...)  
DABEP-JGA-1664.5, f. 1v.
119. aqual | se naõ podera conseguir sem as penasdoassentose | executarem muito rigorosamente com os priuilegiadospode | rozos seus familiaresEparentes, porque senelles senaõ | executarem, asfaraõ, Etiraraõ grandes proueitos em dam- | nodo comercio (...)  
DABEP-JGA-1663, f. 1r.
120. declaro que au endo algumas peçoas ou pecoa decoalquer estado ou con | disaõ que sera aquem eudeixo alguma deixa mando ou esmola seo | quser aminha fasenda [ilegível] [*inint.*] oufor contra oque dettermino | [*n*]este meu testamento . mando que atal pesoa ou pessoas que isso fi | s erem lhe naõ deixo nada  
DABEP-AVN-1678 f. 5r.
121. porque indaquesenaõ duuide | da jurisdicaõ, naõ podeestar nestas osegreo | dajustiça (...)  
DABEP-JGA-1664.5, f. 2r.
122. seassim | hê, como medisserão, os negros; *VossaMercê* memande logo, e logo caixas comque | este homem vejaque eu lhe naõ falto ao prometido (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 10v.
123. Falley nos qua- | trocentos mil reis que seo Procurador Dionisio deCarvalho lhe | naõ mandou todos;  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.
124. eordena ou- | trosy que o herdeiro lhe naõ dêsse odito legado, senão quando to- | massem estado (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 16r.
125. poes medis na sua, que senão lembraque com tal homem | tivesse nunca contas.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 37v.
126. evendý então esses chamados novillos, que o | naõ erão todos (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 39r.
127. Agora tomo cazas por sessenta mil reis; que | as naõ acho por menos (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 49r.
128. Passou â fallar na divida, passada | â Teodosio deSaà, e me mostrou huma carta, emque este | lhe diz que por vender a sua Fasenda ficàra na Rua, equé *VossaMerçe* | ainda lhe naõ dera hum vintem.

DFFCB-AGFCB-1752, f. 62v.

129. Não diminuâ *VossaSenhoria* o conceito do cabedal | de nosso tio, se vir o pouco *que* soma o *Inventario*, *porque* não medey *deque* se puzesse | a[t]udo  *muito* baixo valor (...) DFFCB-AGFCB-1753, f. 77r.
130. posto *que* este reparo em *VossaMerce*, não me parece, senão | arrufo de *amante* *por* amor da referida minhacarta (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 51r.
131. evinda *por* humfilho de Joanada Rocha. *oqual* não nos mandou do Subahé mais *que* huma vaca (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 47v.
132. Hê *oque* | passey com o *ViceRey* nesta *parte*; espero em Deos *que* os *Ministros* | se preocupem tambem do mesmo terror, *porque* de outra forma | não nos farão justiça (...) DFFCB-AGFCB-1752, f. 64v.

#### 4.1.3 Interpolação de constituintes generalizados

A interpolação de constituintes generalizados é um fenômeno presente português antigo e português médio. Embora nesta gramática já se apresente em queda, a presença de constituintes diversos interpolados entre o clítico e o verbo ainda alcançava porcentagens acima de 57% no século XV e 51,7% no século XVI, em textos notariais (MARTINS, 1994, p. 193). No Corpus Tycho Brahe, a partir do início do século XVI (no PCI), a presença desse fenômeno é rara, ocorrendo apenas em 5 textos de autores nascidos entre 1542 e 1651, totalizando 60 casos. Além disso, os elementos que aparecem interpolados entre o clítico e o verbo são mais restritos em relação aos elementos interpolados do português médio, havendo apenas 45 casos de sujeito, 6 de sintagmas preposicionais, 5 de advérbios, 1 de elemento quantificador e 3 dados formados por sujeito e negação entre o clítico e o verbo (NAMIUTI, 2006, p. 173).

No *corpus* estudado nesta dissertação, são encontradas quatro ocorrências de interpolação generalizada em textos representativos do século XVIII, escritos por um mesmo autor. O elemento interpolado corresponde, em todas as sentenças, a casos de pronomes (exemplos 133 a 136).

Tabela 14 – Interpolação generalizada em sentenças dependentes afirmativas.

	1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação de constituintes generalizados</b>	0% (0/259)	0,4% (4/1069)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	100% (259/259)	99,6% (1065/1069)
<b>Total</b>	<b>100% (259)</b>	<b>100% (1069)</b>

Fonte: autoria própria.

133. porém como | *Vossa Mercê* me certifica, *que para* câ os mandou, mandallos-hey procurar pelo | meo sargento com mais cuidado, *que* escravos sempre são escravos, | eos abonarey todos na minha conta, achando os dous; que dallos a Jose | dos santos, nem isso hê pagamento com *que se elle satisfaça* nem have- | mos pagar lhe estando o Mercador dos cobres adsatinar-me quasi todas | as[.]oras, como quem ainda não sabeda minha verdade.  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12r.
134. Elle me escreve sobre isso; e na conta *que lhe eu dei*; lhe abonei as 4 caixas (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 53v.
135. Haja constancia, e vamos indo; algum dia tive mais amofinações; agora tenho menos; ese *lhe eu fallo* a *Vossa Mercê* | em Ministros, não hé para inculcar valimentos pois | com meu pay não posso aspirar a ser mais | nem menos.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 40v.
136. Faça *Vossa Senhoria* nessa Corte todas a Fortūnas, *que lhe eu desejo* *que* tambem interesse | nella disponha da minha obediencia, como for servido (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14r.

#### 4.2 COLOCAÇÃO

Para a descrição da colocação clítica em textos brasileiros coloniais seiscentistas e setecentistas, foram consideradas apenas sentenças matrizes afirmativas finitas. Os contextos de colocação foram divididos quanto à posição do verbo na sentença, ou em posição inicial (V1) ou em posição  $V \geq 2$ , e quanto ao tipo do primeiro elemento da sentença, sendo dividido em três grupos. Apesar das sentenças com verbo em posição inicial (V1) constituírem um contexto de não variação, tais dados são aqui exibidos em virtude de, no português brasileiro, ser possível a colocação pré-verbal nesse ambiente.

Quanto às sentenças com verbo em posição  $V \geq 2$ , apresento apenas as que integram o contexto variacional, dividido em dois grupos. No grupo primeiro, abrangem-se as sentenças matrizes afirmativas finitas com verbo precedido por sujeitos, sintagmas preposicionais, advérbios não modais e construções de tópico/foco marcado; no segundo grupo, são incluídas as sentenças matrizes finitas com verbo precedido por orações dependentes, conjunções coordenativas e construções de deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica, conforme explicitado no capítulo 2. As sentenças matrizes com verbo precedido por elementos licenciadores de próclise não são apresentadas por não representarem um contexto variacional e por não apresentarem diferenças quanto à colocação dos clíticos entre o PE e no PB, assim como não foram notadas particularidades nesse contexto no *corpus* analisado.

Para além disso, exponho os dados da colocação dos clíticos em sentenças dependentes afirmativas, por haver, em meus textos, ocorrências com ênclise, que fogem ao padrão esperado nas gramáticas do português.

Considerando os dois séculos estudados, foram contabilizadas 68 sentenças com verbo em posição inicial (3,1% do total de sentenças), 386 sentenças em contexto variacional (17,5% do total de sentenças classificadas) e 1328 sentenças dependentes afirmativas (60,3%). Nos contextos variacionais, obteve-se o seguinte resultado geral:

Tabela 15 – Variação ênclise/próclise nos contextos de variação em textos brasileiros coloniais.

	1600-1650		1700-1750	
	Contexto I	Contexto II	Contexto I	Contexto II
<b>Ênclise</b>	0% (0/28)	3,6% (1/28)	6,7% (13/193)	26,3% (36/137)
<b>Próclise</b>	100% (28/28)	96,4% (27/28)	93,3% (180/193)	73,7% (101/137)
<b>Total</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (193)</b>	<b>100% (137)</b>

Fonte: autoria própria.

Nos contextos variacionais, como se vê, a próclise foi preferencial. Como se verá a seguir, a ênclise foi absoluta em sentenças com verbo em posição inicial e, em sentenças dependentes afirmativas, a próclise foi a opção em praticamente todas as sentenças, mas foram encontrados dois casos de ênclise. A exposição detalhada dos dados é feita nas subseções a seguir.

#### 4.2.1 Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas com verbo em primeira posição

Nesse contexto, a ênclise é a colocação categórica nas fases antiga, média e clássica do português (MARTINS, 1994; p. 48; GALVES, BRITO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 43). No português brasileiro, a preferência, sobretudo em dados de fala (CARNEIRO, 2016), é pela colocação do clítico anteposta ao verbo. No *corpus* estudado, todos os casos são de ênclise categórica (exemplos 137 a 142).

Tabela 16 – Variação ênclise/próclise de textos coloniais brasileiros em sentenças V1.

	1600-1650	1700-1750
<b>Ênclise</b>	100% (1/1)	100% (67/67)
<b>Próclise</b>	0% (0/1)	0% (0/67)

Total	100% (1)	100% (67)
		Fonte: autoria própria.
137.	enos foi presente   seavia mandado vir da Villa   deSam Paulo conquistadores   para fazerem opoziçãõ ao Ta-   puia Barbaro que tantos males   tem cauzado assim nas mor   tes como nas Fazendas destru-   idas aos moradores desta Ca-   pitania eque vinhaõ acusta   do Povo <u>pareceo-nos</u> naõ serra-   zaõ fazer novo lançamento (...)	ACMS-RCP-1671.15.
138.	<u>Prezentey-lha</u> alguns dous mezes depoos dasua chegada (...)	DFFCB-AGFCB-1750, f. 6v.
139.	<u>Recomendey-me</u> a minha tia sua mulher aSenhora D.Leonor (...)	DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.
140.	<u>Disselhe</u> que lhe tinha escrito por Pernambuco (...)	DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.
141.	<u>Proveo-me</u> o <i>senhor</i> Vice Rey em Sargento mor de Auxilios do Re-   gimento (...)	DFFCB-AGFCB-1752, f. 32r.
142.	<u>Perdoe-me</u> <i>VossaMerce</i> oque até aquy tenho   delinquido (...)	DFFCB-AGFCB-1752, f. 39v.

#### 4.2.2 Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas precedidas por sujeito, advérbios não modais e construções de tópico/foco marcado

Este contexto é caracterizado, tanto no português médio quanto no português clássico, por uma frequência significativa de próclise. Embora Martins (1994, p. 78) não divida os contextos variacionais, a autora afirma que as sentenças com sujeito lexicalmente preenchido antecedendo o verbo são as mais favorecedoras da colocação pré-verbal, alcançando 83,4% e 100% nos séculos XIV e XV, em textos notariais. No português clássico, a presença da próclise no contexto I é alta em todos os tipos de sentença que o integram, com 75% a 93% de próclise nos séculos XVI e XVII (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005).

No *corpus* estudado, a presença da ênclise não é atestada nesse contexto nos textos representativos do século XVII. Em todos os casos de sentenças matrizes finitas precedidas por sujeitos (exemplos 143 a 146), sintagmas preposicionais (exemplos 147 a 149) e advérbios não modais (exemplo 150), há a presença da próclise.

Tabela 17 – Variação ênclise/próclise no contexto I em textos brasileiros coloniais do século XVII.

Sujeito	Sintagma Preposicional	Advérbio não modal	Construções de tópico/foco
---------	------------------------	--------------------	----------------------------

<b>Ênclise</b>	0% (0/10)	0% (17/17)	0% (0/1)	0% (0/0)
<b>Próclise</b>	100% (10/10)	100% (17/17)	100% (1/1)	0% (0/0)
<b>Total</b>	<b>100% (10)</b>	<b>100% (17)</b>	<b>100% (1)</b>	<b>0% (0)</b>

Fonte: autoria própria.

143. os testamenteiros lhefaram bem por sua alma edaramasua | mãnij isabel rodrigues coatro pesas de escrauos pelo amordedeos (...)  
DABEP-AVN-1678 f. 4r.
144. porque os mercadores com a | dilação dopagamento em assucar leuantaõ cada ues maes | os generos que lhes uendem, eelles de necessidade os recebem | por altos preços;  
DABEP-JGA-1664.2, f. 1r.
145. Emeos testamenteiros odaram asi a execuçaõ.  
DABEP-AVN-1678 f. 5r.
146. Eemcaso que não aia compra= | dor aelle meos testamenteiros oRendaram ou faraõ oque lhe | pareser melhor (...)  
DABEP-AVN-1678 f. 3v.
147. Por Carta de Vossa Mercê de | vinte de Fevereiro deste prezen | te anno nos diz Vossa Mercê | que parecendo-nos eleger novo | Procurador o podiamos fazer (...)  
ACMS-RCP-1670.5.
148. Sobre estas condiço- | ens sefindou efirmou aobriga- | çaõ que este Senado tomou de | sustentar a Infantaria (...)  
ACMS-RCP-1671.9.
149. E nesta forma se livrariaemconta | aos procuradores doConselho (...)  
DABEP-JGA-1664.1, f. 1v.
150. Alem deste sesegue outro mayor (...)  
DABEP-JGA-1664.2, f. 1r.

Em textos do século XVIII, o contexto I apresenta variação de ênclise/próclise. Em sentenças matrizes finitas precedidas por sujeitos, sintagmas preposicionais, advérbios não modais e construções de tópico/foco marcado, 93,3% dos casos são proclíticos. A presença da ênclise é mais significativa em sentenças precedidas por advérbios (exemplos 151 a 154) e por construções de tópico/foco marcado (sentenças 155 a 158), com 8 e 3 sentenças enclíticas, respectivamente. Em sentenças matrizes precedidas por sintagmas preposicionais (exemplos 159 a 162), há apenas 2 casos de ênclise. Em orações matrizes precedidas por sujeito, a colocação pré-verbal apresentou-se categórica (exemplos 163 a 166).

Tabela 18 – Variação ênclise/próclise no contexto I em textos brasileiros coloniais do século XVIII.

	Sujeito	Sintagma Preposicional	Advérbio não modal	Construções de tópico/foco
<b>Ênclise</b>	0% (0/60)	2,2% (2/89)	21,1% (8/38)	50% (3/6)
<b>Próclise</b>	100% (60/60)	97,8% (87/89)	78,9% (30/38)	50% (3/6)
<b>Total</b>	<b>100% (60)</b>	<b>100% (89)</b>	<b>100% (38)</b>	<b>100% (6)</b>

Fonte: autoria própria.

151. Em fim buscou- | me João Dias da Cunha (*aque* elle deve tambem alguns | 5\$*cruzados*) (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 62r.
152. Depoes disto avisteyme nesta Cidade | com ô mesmo Paiva (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 22v.
153. Agora | lhefaço esta *para* lhe dar parte em como estou de animo à che | gar este anno (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.
154. Prezenteylha, e como se achava vago o posto de *Ajudante de Tenente* dasua salla lo- | go me propôs nelle <↑chamandome> fazendome ainda *para* <↑maior posto> mais *doque* *oque Vossa Excelência* lhe pedia (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 6v.
155. As sobreditas nãos da India fallase em *que* ainda sem embargo das ultimas ordens do | *Senhor ViceRey*, ainda não viraõ apartir senaõ lâ *para* depoes de Saõ Francisco (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 2v.
156. O *Silveira* se foi *para* fôra, sem se despedir de *mim*, | eatè agora menão mandou o escrito, em *que* prometta des= | obrigallo *avossamerce*. He pontista. O *Estrella* fallou-me nis= | to; João Dias prometteo-me o escrito; a demanda vay cor= | rendo;  
DFFCB-AGFCB-3-1752, f. 73r.
157. odito xavier, medizem *que* manda o *filho* mulato *para* Portugal nestas naus (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 4r.
158. Mil *agradecimentos* | lhe dou | [f. 57v] lhe dou *por* todos estes favores;  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 57r.
159. Tenho tido tres, ou quatro, *sentenças* contra *mim*, eem | conclusão vejo-me *por* instantes entregando os bens.  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 4r.
160. A vista disto -pus-me *depa*= | xorra (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 72r.
161. Na outra *materia* lhe *noticiey* *jâ* em como meo Pay | tinha ido em *companhia* de meo Irmão (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 20v.

162. Em 14 de Fevereiro lhe escrevy, *que* memandasse ajustar | aconta das Rendas dos lavradores de Mombaça (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 29v.
163. Eu mevejo em | opresão grande pela preça com*que* estou necessitando (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 24r.
164. Antonio *Pereira* deCastro me deo em conta 160\$ dedespesa (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 37v.
165. *VossaMerce* me deixou sem hum vintem | *quando* de mim se apartou (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 40v.
166. Meu Amigo e*Senhor* Lourenço dos Santos me entregou o segundo | pagamento da boiada (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 56v.

#### 4.2.3 Colocação dos clíticos em sentenças matrizes finitas precedidas por conjunções coordenativas, orações dependentes e construções de deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica

Nesse contexto, denominado por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) de contexto II, a colocação do clítico, desde o início do português clássico, foi preferencialmente pós-verbal. Além disso, segundo Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 49), autores contemporâneos apresentavam taxas variadas, não havendo um padrão ou uma tendência para a colocação clítica entre autores nascidos em um mesmo século. Em sentenças com o verbo precedido por conjunções coordenativas, a ênclise varia entre 22% a 80%. Já em sentenças com verbo precedido por orações dependentes, a colocação pós-verbal varia entre 0% a 88%<sup>100</sup>.

Nos documentos do século XVII que compõem o *corpus* estudado, há apenas um caso de ênclise, em uma sentença com verbo precedido por conjunção coordenativa *e* (exemplo 167). Nas demais sentenças (exemplos 168 a 171) e nas sentenças com verbo precedido por oração dependente (exemplos 172 a 176), o clítico ocorre em colocação pré-verbal.

Tabela 19 – Variação ênclise/próclise no contexto II em textos brasileiros coloniais do século XVII.

	Conjunção coordenativa	Oração dependente	Deslocamento à esquerda do clítico com retomada
Ênclise	7,7% (1/13)	0% (0/15)	0% (0/0)

<sup>100</sup> Para as autoras, a colocação clítica no contexto em que o verbo é precedido por oração dependente é sensível a fatores prosódicos: sempre que o clítico se localiza no início de um constituinte prosódico, a ênclise é necessária (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 49).

<b>Próclise</b>	92,3% (12/13)	100% (15/15)	0% (0/0)
<b>Total</b>	<b>100% (13)</b>	<b>100% (15)</b>	<b>0% (0)</b>

Fonte: autoria própria.

167. este mes | mo intento seconsegue cobran- | do-se pela Thezouraria daCa | mara  
econserva-se aobrigaçã | existente (...)  
ACMS-RCP-1671.9.
168. Estas ressoens | representamos ao Governador | para que nos mandasse entre- | gar o  
Sal eas representamos a | Vossa Alteza como nos por esta | representamos (...)  
ACMS-RCP-1671.9.
169. meu corpo sera sepultado namiñha capella denosa Senhora do | desterro sita nos meos  
curraes ou namiñha capela do engeñho | novo desanto Antõnio degoianna com o abito  
denosa senhora do= | monte doCarmo Edesaõ francisco por debaixo do meu manto com  
| todas as confrarias saserdortes eReligiosos *que* ouver com o acon | panhamento dos  
frades doCarmo pagandose atodos eos mais gas | toz demeu enterro eatodos os pobres  
*que* me aconpanharem. ese f[a] | r amtodas as misas *que* sepuderem diserdecorpo  
presente (...)  
DABEP-AVN-1678 f.1v.
170. Eestes ditos sento esincoentta | milReis *que* ficaraõ en meu poder pagei ia adita orfa eos  
Resebeo | seu marido com quem oprovedor eirmãnos dasanta casa oca | raõ  
DABEP-AVN-1678 f. 5v.
171. por estas difficuldades edespe- | sas *muítas que* as não podem vencer deixaõ defaser |  
seus contratos por escrituras, eos fasem por escritos (...)  
DABEP-JGA-1664.5, f. 1r.
172. esobre não | pagarem lhes dá Sentença oPro- | vedor mor o qual apelamos | para  
aRelaçam deste Estado (...)  
ACMS-RCP-1671.6.
173. Ecoando fortentro de co | brar delle selhe leuaram en contatresentos eoitenta milreis, que  
por mim pagou (...)  
DABEP-AVN-1678 f.1v.
174. aqual | se não podera conseguir sem as penasdoassentose | executarem *muíto*  
rigorosamente *com* os priuilegiadospode | rozos seus familiareseparentes,  
porquesenelles senaõ | executarem, asfaraõ, etiraraõ grandes proueitos em dam- | nodo  
comercio (...)  
DABEP-JGA-1663, f. 1r.
175. enaõ os tendo, os | penhorauaõ teoanno passado nas fabricas (...)  
DABEP-JGA-1664.2, f. 1r.
176. Porsorem os tabeliaens poucos, easocupaço- | ens dos ouuidores gerais, ejuises  
ordinarios *muítas* | se introdusio despoes *quese* restituioaRelaçam (...)  
DABEP-JGA-1664.5, f. 1v.

Já nos textos representativos do século XVIII, a ênclise ocorre em maior número. As sentenças com verbo precedido por oração dependente (exemplos 177 a 182) apresentam 19 casos de ênclise; as sentenças com verbo precedido por conjunção coordenativa (exemplos 183 a 187) apresentam 14 ocorrências de ênclise e nas sentenças em que ocorre deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica (exemplos 188 a 192), apenas 3 ênclises são atestadas.

Tabela 20 – Variação ênclise/próclise no contexto II em textos brasileiros coloniais do século XVIII.

	<b>Conjunção coordenativa</b>	<b>Oração dependente</b>	<b>Deslocamento à esquerda do clítico com retomada</b>
<b>Ênclise</b>	20,9% (14/67)	38% (19/50)	15% (3/20)
<b>Próclise</b>	79,1% (53/67)	62% (31/50)	85% (17/20)
<b>Total</b>	<b>100% (67)</b>	<b>100% (50)</b>	<b>100% (20)</b>

Fonte: autoria própria.

177. mas como já à este tempo <↑já> me tinha suaExcelência | proposto para Ajudante Tenente dasuasalla, esetinha [ilegível] adiantado muito â | exa[|]tar infinitamente aminha indignidade, fizerase desnecessaria acarta de VossaExcelência (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 6v.
178. ecomo me segurão que ninguem nesse jaguaripe| mas dará com mais pontualidade que vossamerce, peço lhe mequei-| ra mandar fallar (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 24r.
179. Entrada aboiada para cortarse foy-se Domingos | Alvares, eagora sey que nem em Mombaça paràra.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 43v.
180. esecá tiver alguma dependencia, emque osirva omeu fraco | valimento, servillo-hey com aquella efficacia, zelo, agrado, epresti| mos que me merece hum homem tão distincto como VossaMerce (...)  
DFFCB-AGFCB-1754, f. 90v.
181. poes querendolhe eu fallar em | VossaMercê, merespondeoque com viuvas ninguemquer contas (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 10v.
182. porem como as ditas caixas com os 96\$ havião deproduzir lâ | omelhor de 300 reis lhe faço aconta que tinhadireito (...)  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12v.
183. Falley nos qua- | trocentos mil reis que seo Procurador Dionisio deCarvalho lhe | não mandou todos; eaffirmeylhe não ter querido tocar em | tal ao dito procurador (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.

184. Meu Irmão memandava | os escravos *para* acadea, porem pelos não por amorrer na | ãxovia, epor me ir entretanto servindo delles (já *que* lhes | dou o sustento) os mandey *para* oEngenho em correntes, | edeylhes a Manuel daCruz *por* depositario.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 63v.
185. Agora tomo cazas *por* sessenta mil reis; *que* | as não acho *por* menos, capazes ~~de entrar~~ ~~nella gente~~ | [ilegível] de vir *VossaMerce* àellas, ou *minha* mãy *quando* for mister; etomo-as *por* huma vez, *que* não posso já an- | dar com os cacos ás costas todos os dias.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 49r.
186. Recebo ade *VossaMerce* de 6 deMarço, emegloriô muito | de lhe merecer essa lembrança (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 19r.
187. Agora repito esta diligencia, e lhe peço encarecidamente a brevidade | desta mercê (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 22v.
188. As mi- | nhas cartas entreguey-as a Antonio Pedro deVasconcellos *Governador* daColonia, erecomendey-as | tambem aoSargento CaetanodeMelo (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 5v.
189. o Proprio, *que* no principio desta digo, *que* tinha naquele | dia despachado *para* *VossaMerce* era Antonio dos Santos; suspendy-o (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 46v.
190. O nosso Doutor, supponho-o despersuadido já napretensão do | Buitrago (...)  
DFFCB-AGFCB-1749, f. 3r.
191. Esta a fará *qualquer* | *que* comprar huma eoutra sorte de terra (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 69r.
192. Essedinheiro o carrego naConta dos livros do *engenho* (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 39r.

#### 4.2.4 Colocação dos clíticos em sentenças dependentes afirmativas

Nesse contexto, a colocação clítica sempre foi categoricamente pré-verbal, sem exceções no português médio (MARTINS, 1994, p. 93), com raras ocorrências de ênclise no português clássico (LOPES, 2010). No *corpus* analisado, foram encontradas duas sentenças dependentes afirmativas com colocação pós-verbal, uma em cada século analisado (exemplos 193 e 194).

Tabela 21 – Variação ênclise/próclise em sentenças dependentes afirmativas de textos brasileiros coloniais.

	1600-1650	1700-1750
Ênclise	0,4% (1/259)	0,1% (1/1069)
Próclise	99,6% (258/259)	99,9% (1068/1069)
<b>Total</b>	<b>100% (259)</b>	<b>100% (1069)</b>

Fonte: autoria própria.

193. E posto que se | nos entregue digo eposto (**A ultima silaba desta palavra está escrita na entrelinha, transformando, com a aposição da mesma silava a palavra “porque” em “posto que”**) que se |nos queira entregar aprocce |dido do Sal, nem assim seevita- | ta oprejuizo de se retardar o |sustento da Infantaria por | que cobrandose o Sal pelos Mi |nistros deVossa Alteza para secobrar oprocedido delle ha- |de haver muita dilaçam | maior mente que o Sal re- | parte-se por este Senado, eo que | acada hum se reparte se co - |bra logo;

ACMS-RCP-CAR-2-1671.9.

194. Em reposta daque lhe escrevú copiada àfolha21 n° 3. | me mandou aque sevé do Maço 1° [*inint.*] n° 40 | emque diz, mandava 500\$ no produto de huma | boiada *que* se perdeo na Travessia; para ajuda dos dotes | de *minhas* Irmãs Freiras ; mas *que* repetillo-hia.

DFFCB-AGFCB-1752, f. 36r.

#### 4.3 SÍNTESE

Neste capítulo, descrevi o comportamento de dois fenômenos linguísticos em textos seiscentistas e setecentistas brasileiros: a interpolação e a colocação dos clíticos, em sentenças finitas de verbo único. A respeito desses fenômenos em textos da primeira metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII, observou-se que:

- i. sobre a interpolação:
  - a. em sentenças matrizes, a interpolação do *não* é encontrada em textos brasileiros coloniais, incluindo em orações em que não há elemento licenciador de próclise precedendo o verbo. São atestadas 66% e 60% de interpolação do *não* em sentenças matrizes nos dois séculos estudados, respectivamente;
  - b. em sentenças dependentes, a interpolação do *não* é muito frequente, atingindo 95% e 90% de ocorrência para a primeira metade dos séculos XVII e XVIII, respectivamente. São encontrados alguns casos de interpolação do *não* em sentenças dependentes com complementizador nulo;
  - c. foram encontrados quatro casos de interpolação generalizada em sentenças dependentes afirmativas, representando 0,4% do total de sentenças em que se é possível a realização desse fenômeno. Os quatro casos são representativos da primeira metade do século XVIII, escritos por único autor e, em todos eles, o elemento interpolado é um pronome.
- ii. sobre a colocação dos clíticos:
  - a. em sentenças V1, a ênclise se manteve categórica, ocorrendo em 100% dos casos nos textos representativos dos séculos XVII e XVIII;

- b. em sentenças com verbo precedido por sujeitos, sintagmas preposicionais, advérbios não modais e construções de tópico/foco marcado, a próclise se manteve em 100%, na primeira metade do século XVII, e em 93,3%, na primeira metade do século XVIII. As sentenças em que o verbo está precedido por sujeito se apresentam como contexto de próclise absoluta nos dois séculos analisados;
- c. em sentenças com verbo precedido por conjunções coordenativas, orações dependentes e deslocamento à esquerda do clítico com retomada clítica, a próclise alcançou 96,4% e 73,7%, na primeira metade dos séculos XVII e XVIII, respectivamente;
- d. foram encontrados dois casos de ênclise em orações dependentes afirmativas, um para cada século estudado, representando 0,4% e 0,1% do total de sentenças dependentes afirmativas de cada século.

## 5 O PORTUGUÊS CLÁSSICO EM TEXTOS DO BRASIL COLÔNIA

Apresento neste capítulo as análises sobre os fenômenos da interpolação e da colocação clítica observados em textos brasileiros coloniais. Meu objetivo é, a partir dos dados que foram apresentados no capítulo anterior, confirmar o português clássico como a gramática portuguesa que contribuiu efetivamente para a formação do PB – proposta apresentada no capítulo 2 (seção 2.3) – e verificar as hipóteses de trabalho a respeito do comportamento dos clíticos pronominais em textos do Brasil Colônia, exibidas no capítulo 3 (seção 3.4). Adicionalmente, os dados que apresentaram um comportamento diferente do português clássico europeu e que não confirmaram ou confirmaram parcialmente as hipóteses de trabalho desenvolvidas me permitiram abrir novas possibilidades de investigação sobre a interpolação na gramática clássica e vislumbrar, minimamente, a difusão do português clássico no Brasil, relacionando essa gramática ao processo de constituição do PB.

O texto se organiza da seguinte maneira. Na seção 5.1 apresento brevemente observações importantes acerca do desbalanceamento do *corpus* e dos resultados encontrados a partir dele, destacando ressalvas quanto às análises aqui expostas, as quais são, devido a seu caráter exploratório, consideradas o ponto de partida para formular perguntas específicas a respeito da natureza do português clássico no Brasil, que deve ser fruto de investigações futuras. Na seção 5.2, retomo as hipóteses de trabalho desenvolvidas e verifico se elas foram ou não confirmadas pelos dados obtidos. A seção é subdividida conforme os fenômenos estudados: **interpolação** (item 5.2.1, que, por sua vez, é subdividido para tratar da interpolação do *não* e da interpolação generalizada) e **colocação de clíticos** (5.2.2). Uma síntese a respeito da verificação das hipóteses é apresentada na seção 5.2.3.

A partir da seção 5.3, apresento detalhadamente três particularidades encontradas no *corpus*, que não confirmaram ou confirmaram parcialmente algumas das hipóteses desenvolvidas. A primeira particularidade envolve a interpolação de elementos diferentes do *não* encontrada em textos brasileiros do século XVIII. Esses dados são analisados na seção 5.3, em que apresento uma análise alternativa para o fenômeno, mostrando indícios de que pode ser considerado como uma característica da gramática do português clássico. Para isso, comparo esses dados com dados de *corpora* portuguesas diversos, envolvendo *corpora* representativos dos séculos XVI ao XX, tanto do português europeu, quanto do português brasileiro, em uma tentativa de unir duas vias do estudo histórico-linguístico (FARACO, 2006[1950], p. 118): o estudo do passado para esclarecer o presente e a investigação da realidade presente para elucidar o que ocorreu no passado.

Na seção 5.4 analiso detalhadamente os contextos de colocação clítica (contexto I e contexto II) com os resultados obtidos no *corpus*, que apontam para uma elevação considerável na frequência da próclise em determinados contextos e em certos tipos de sentença, consideradas neutras em toda a história do português. Na seção 5.5, apresento um panorama comparativo do percurso das gramáticas portuguesas na história da formação do PB e do PE, mostrando a importância, para a formação daquela gramática, do português clássico. A síntese do capítulo é apresentada na seção 5.6.

### 5.1 O CORPUS E OS RESULTADOS EMPÍRICOS: OBSERVAÇÕES

As análises apresentadas neste capítulo são oriundas da interpretação dos dados que, por sua vez, foram extraídos de um *corpus* de textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil na primeira metade do século XVII e na primeira metade do século XVIII, conforme apresentado no capítulo 02 (cf. seção 2.5). Esse *corpus*, como mencionado anteriormente, supera algumas das dificuldades comuns em *corpora* para estudos em Linguística Histórica e, especificamente, para estudos sobre o português no Brasil Colônia, tais quais:

- i. o reconhecimento da nacionalidade dos escreventes, uma vez que o período colonial é constituído por um multilinguismo generalizado (MATTOS E SILVA, 2004), e que o local de nascimento e o *input* utilizado para a aquisição de língua determina a gramática que é refletida nos textos escritos (LIGHTFOOT, 1991);
- ii. o reconhecimento da etnia dos escreventes, já que, para além do multilinguismo generalizado, há, no período colonial, uma grande diversidade étnica, considerada, nos estudos sócio-históricos sobre o PB, para fins de constituição do português brasileiro e de suas vertentes (MATTOS E SILVA, 2004);
- iii. a diversidade de gêneros textuais, com a presença, no *corpus*, de atas, testamento, cartas públicas e privadas (Cf. Quadro 09), pois a análise de dados linguísticos com base em apenas um gênero textual pode levar a uma análise linguística sobre o texto e não sobre a gramática (MATTOS E SILVA, 2008).

Portanto, as análises exibidas neste capítulo são capazes de oferecer contribuições significativas a respeito da gramática portuguesa aprendida por brancos nascidos no Brasil, cujo processo de aquisição foi marcado por uma transmissão linguística regular (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), adquirindo, assim, a gramática portuguesa como língua materna. Entretanto, o *corpus* – e, portanto, as análises realizadas a partir dele – se depara com outras dificuldades, que não puderam ser resolvidas:

- i. a pouca quantidade de escreventes, sobretudo do século XVIII, em que há dados de um único escrevente;
- ii. a falta de dados mais robustos, pois a quantidade de dados obtidos é pequena e não é possível realizar conclusões mais precisas;
- iii. a falta de dados representativos, por data de nascimento, da segunda metade dos séculos XVII e XVIII;
- iv. a impossibilidade de uma análise a nível estrutural da sentença, já que os textos que compõem o *corpus* estão com edição semidiplomática e anotação sintática em andamento (cf. seção 2.5).

Desse modo, mesmo com os avanços realizados nessa pesquisa, o desbalanceamento do *corpus* é refletido nas análises desenvolvidas, já que há menos dados e mais escreventes para o século XVII e mais dados e menos escreventes para o século XVIII. Dessa maneira, as análises elaboradas, sobretudo relativas ao período setecentista, devem ser consideradas tendo em vista a gramática de um único indivíduo e não de uma comunidade linguística<sup>101</sup>.

Como será visto nas próximas seções, há uma diferença nos dados obtidos para os dois séculos analisados: os três escreventes do período seiscentista possuem uma gramática semelhante, enquanto o único escrevente utilizado para o período setecentista apresenta uma gramática que destoa, em alguns pontos, do que foi observado no século anterior. Apesar de essas diferenças necessitarem, para melhor esclarecimento, de análises de outros fenômenos que estão envolvidos com a colocação clítica, como a ordem das sentenças e a posição do sujeito, é possível apontar um outro caminho para a compreensão dessa divergência: os escreventes se diferenciam, também, quanto a sua importância e participação na colônia.

Os três escreventes representativos do século XVII fazem parte de uma elite administrativa, enquanto o escrevente representativo do século XVIII corresponde à elite acadêmica, pois, como apresentado nas fichas biográficas (cf. apêndice C), foi secretário da Academia Brasílica dos Renascidos, cuja função era produzir conhecimento sobre o Brasil, com muitos textos publicados na imprensa portuguesa, os quais, a partir do século XVIII, já apresentavam uma tendência à colocação enclítica, padrão do português europeu (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005). Dessa maneira, o acesso e o contato com a literatura, e sobretudo com textos escritos em Portugal, pode ser um fator sócio-histórico relevante a ser

---

<sup>101</sup> Uma forma de verificar essa hipótese é a análise da colocação clítica das cartas do autor setecentista com publicações escritas por outros indivíduos que fizeram parte da mesma Academia, a fim de comprovar a influência da gramática europeia nos textos.

considerado em trabalhos futuros sobre o português no Brasil Colônia. Assim, levanta-se a necessidade de divisão e classificação da elite colonial com base em fatores como escolarização e relação com o meio acadêmico, mostrando a necessidade de um estudo linguístico, mas também sócio-histórico, da vertente prestigiada de constituição do português brasileiro, em que se inclui a elite do Brasil Colônia, sendo, portanto, uma nova pauta de pesquisa. Uma forma de verificar essa hipótese é a análise da colocação clítica das cartas do autor setecentista com publicações escritas por outros indivíduos que fizeram parte da mesma Academia, a fim de comprovar a influência da gramática europeia nos textos.

Ressaltando-se, entretanto, o objetivo desta pesquisa, que é trazer dados e análises que contribuam para compreender a gramática portuguesa que foi uma das bases constitutivas do PB, as análises realizadas com base nesse *corpus* trazem uma contribuição significativa, dando respostas que, embora não conclusivas, fornecem indícios para investigações futuras que tratem do mesmo tema ou que investiguem temas distintos mas que precisam assumir uma posição, pautada em dados linguísticos, quanto à gramática portuguesa que foi base para a formação do PB.

Além disso, e apesar de todas as dificuldades listadas, os dados e as análises contribuem significativamente para além do que foi proposto, oferecendo indícios para formulação de questões sobre i. a interpolação na história do português clássico e o português europeu e ii. a dinâmica do português no Brasil e o processo de formação do PB, fornecendo indicativos de que a inflexão para essa nova gramática é refletida, nos textos, através de um processo gradual, com vestígios de mudanças menores anteriores a seu aparecimento. A análise que fornece contribuições para o objetivo central desta dissertação é apresentada na seção 4.2; as demais seções fornecem indícios e discussões para as demais questões pontuadas.

## 5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO

A hipótese central deste trabalho é que o português clássico foi a gramática portuguesa fundamental à formação do PB, descartando, portanto, uma expressiva influência do português médio ou do português antigo, defendida por muitos autores que assumem uma feição arcaicista ao português brasileiro. Essa hipótese foi inicialmente construída levando em consideração o grande desembarque de portugueses entre parte do século XVI e início do século XVIII, sendo

a gramática desse período aquela adquirida pelos habitantes do Brasil Colônia<sup>102</sup>. Escolhidas a interpolação e a colocação dos clíticos como fenômenos linguísticos para validação dessa proposta, foram construídas algumas hipóteses de trabalho sobre o comportamento desses pronomes no Brasil, tendo em vista a presença efetiva de uma gramática clássica e o processo de formação do PB. A verificação das hipóteses está sintetizada no Quadro 12.

Quadro 12 – Verificação das hipóteses de trabalho sobre a sintaxe e ordem dos clíticos em textos do Brasil Colônia.

<b>Hipóteses de trabalho</b>		<b>Verificação das hipóteses</b>
<b>Interpolação do não</b>	Ocorrência da interpolação em sentenças matrizes e dependentes.	Confirmada.
	Diminuição na frequência de casos de interpolação em comparação com textos portugueses.	Parcialmente confirmada (redução em apenas um século).
	Redução mais expressiva de ocorrência em sentenças matrizes neutras.	Confirmada.
<b>Interpolação generalizada</b>	Inexistente.	Não confirmada (4 ocorrências no séc. XVIII).
<b>Colocação do clítico</b>	Manutenção da restrição fonológica do clítico em V1.	Confirmada.
	Manutenção dos contextos variacionais.	Parcialmente confirmada.
	Próclise em frequência semicategórica em determinados contextos variacionais.	Confirmada.

Fonte: autoria própria.

Os detalhes da comparação dos dados obtidos com os mesmos fenômenos em textos do português clássico são apresentados nas subseções abaixo. Embora muitas pesquisas a respeito da “língua das caravelas” delimitem apenas o período quinhentista como a fase gramatical antecedente ao português brasileiro, esta dissertação dá importância a todo o movimento migratório de portugueses no Brasil Colônia, sendo, portanto, considerado para a comparação e verificação das hipóteses de trabalho os dois primeiros séculos após o início da colonização portuguesa (séculos XVI e XVII)<sup>103</sup>. Apresento, primeiro, a avaliação das hipóteses de trabalho sobre a interpolação.

<sup>102</sup> Não se descarta o processo de transmissão linguística irregular do português e a complexidade da aquisição do português como L1 ou L2, processo realizado por maioria da população colonial. As ressalvas sobre esses aspectos foram destacadas na seção 1.3.2.

<sup>103</sup> O século XVIII é descartado para efeito de comparação porque, nesse período, já há o surgimento do português europeu nos textos portugueses, apresentando uma nova configuração sintática.

### 5.2.1 Interpolação do não

Como hipóteses de trabalho para o fenômeno da interpolação do *não*, desenvolvi três propostas:

- i. ocorrência da interpolação nos textos analisados, em sentenças matrizes e dependentes;
- ii. redução de casos de interpolação do *não*, em comparação com textos portugueses da gramática clássica;
- iii. redução mais expressiva de ocorrências da interpolação em sentenças matrizes que em sentenças dependentes.

As duas primeiras hipóteses foram verificadas separando as sentenças quanto ao seu tipo (matrizes e dependentes) e a última foi analisada conjuntamente. A comparação dos dados da interpolação em sentenças matrizes é exposta na Tabela 22.

Tabela 22 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).

	Textos portugueses (GALVES ET AL, 2019, p. 17)				Textos brasileiros (CARDOSO, 2020)	
	1500-1549	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação do não</b>	56% (9/16)	34% (10/29)	39% (22/56)	70% (49/70)	66,7% (4/6)	60,5% (26/43)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	44% (7/16)	66% (19/29)	61% (34/56)	30% (21/70)	33,3% (2/6)	39,5% (17/43)
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(16)</b>	<b>100% (29)</b>	<b>100% (56)</b>	<b>100% (70)</b>	<b>100% (6)</b>	<b>100% (43)</b>

Fonte: autoria própria.

A primeira hipótese – a presença do fenômeno nos textos brasileiros coloniais – é confirmada. Como se vê, a presença da interpolação do *não* em sentenças matrizes é majoritária, tanto para a primeira metade do século XVII como para a primeira metade do século XVIII. Além disso, 49,9% e 41,9% das sentenças matrizes com a presença do *não* nos textos seiscentistas e setecentistas possuem o elemento negativo interpolado sem um licenciador de próclise estar precedido ao verbo<sup>104</sup> (exemplos 195 e 196).

195. Edestas cousas senaõ desfa | ram nunca osadmenistradores dacapela antes teramgrande | cuidado dehuma Eoutra cousa (...)

<sup>104</sup> Cf. Tabela 9 no capítulo 4.

196. Avista disto, me | não canso, em meofferecer áVossaMerce (...)

DFFCB-AGFCB-1752, f. 70r.

Sendo esse fenômeno em sentenças matrizes neutras característico da gramática clássica, sua ocorrência pode significar a presença robusta do PCI na formação do PB, atenuando a influência, para efeitos de formação de uma nova gramática, ao menos da elite colonial, do português médio em solo brasileiro. Logo, os dados acima comprovam a grande presença do português clássico em textos coloniais, com a interpolação do *não* se mantendo como a saída natural da derivação sintática nos primeiros séculos do Brasil após o início da colonização portuguesa.

A segunda hipótese – redução do número de casos – é confirmada parcialmente. Percebe-se que, em comparação com textos portugueses da primeira metade do século XVII, a interpolação do *não* em sentenças matrizes em textos brasileiros apresenta, no mesmo período, um aumento de mais de 20% de ocorrência. Em textos setecentistas, entretanto, ao fazer uma comparação com textos portugueses da segunda metade do século XVII, observa-se uma redução de 10% nos casos. Ademais, comparando somente os textos brasileiros, nota-se uma redução de 6% do número de ocorrências no último século analisado. Assim, a redução dos casos só é atestada no período setecentista, já que nas primeiras décadas de 1600 há um aumento do número de ocorrências, comparando com a gramática de textos portugueses do mesmo período.

A interpolação do *não* em sentenças dependentes apresenta situação semelhante, com a primeira hipótese confirmada e a segunda parcialmente validada.

Tabela 23 – Interpolação do *não* em sentenças dependentes em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).

	Textos portugueses (GALVES ET AL, 2019, p.16)				Textos brasileiros (CARDOSO, 2020)	
	1500-1549	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1600-1650	1700-1750
<b>Interpolação do <i>não</i></b>	90% (118/131)	84% (133/159)	88% (276/314)	90% (153/169)	95,5% (21/22)	90,1% (82/91)
<b>Adjacência clítico-verbo</b>	10% (13/131)	16% (26/159)	12% (38/314)	10% (16/169)	4,5% (1/22)	9,9% (9/91)
<b>Total</b>	<b>100%</b> <b>(131)</b>	<b>100%</b> <b>(159)</b>	<b>100%</b> <b>(314)</b>	<b>100%</b> <b>(169)</b>	<b>100% (22)</b>	<b>100% (91)</b>

Fonte: autoria própria.

Nesse tipo de sentença (exemplos 197 e 198) a interpolação continua a ser atestada em frequência alta, atingindo 90% dos casos. Comparando o fenômeno em textos portugueses e brasileiros representativos da primeira metade do século XVII, nota-se que nestes há uma frequência maior do fenômeno da interpolação<sup>105</sup>. Já ao comparar textos brasileiros do século XVIII com textos portugueses da segunda metade do século XVII, percebe-se uma porcentagem semelhante em número de ocorrências, sem diminuição ou aumento expressivo de casos. E, ao fazer uma comparação somente com textos brasileiros seiscentistas e setecentistas, nota-se, assim como na interpolação do *não* em sentenças matrizes, uma diminuição no número de ocorrências.

197. eordena ou- | trosy que o herdeiro lhe não dêsse odito legado, senão quando to-| massem estado (...)

DFFCB-AGFCB-1751, f. 16r.

198. poes medis na sua, que senão lembraque com tal homem | tivesse nunca contas.

DFFCB-AGFCB-1752, f. 37v.

Ao observar os dois tipos de sentença (matrizes e dependentes), a terceira hipótese – redução maior de ocorrências da interpolação do *não* em sentenças matrizes – se confirma. A redução do número de casos de sentenças interpoladas foi ligeiramente maior em sentenças matrizes que em sentenças dependentes. Isso pode ser visto como consequência da interpolação do *não* sempre ter sido mais frequente, no português clássico europeu, em sentenças dependentes, com porcentagens entre 80% a 90%, influenciando, assim, a presença significativa desses dados para a aquisição da língua portuguesa por brasileiros<sup>106</sup>.

Desse modo, a interpolação do *não*, no *corpus* analisado, aponta para dois movimentos distintos: a presença da gramática clássica na primeira metade do século XVII, nos textos brasileiros, e uma tendência à diminuição da ocorrência de fenômenos dessa gramática na primeira metade do século XVIII. Portanto, a interpolação do *não* nos textos analisados contribui para fornecer ainda mais argumentos contra uma presença significativa de traços sintáticos arcaicos, ao menos no português da elite colonial e na sintaxe dos clíticos, para a formação do português brasileiro.

<sup>105</sup> Martins (1994), ao analisar a interpolação do *não* em textos notariais portugueses, encontra 90% de ocorrência já no início do século XVI. Note que, ainda assim, a interpolação em textos brasileiros se apresenta mais significativa.

<sup>106</sup> Um ponto que pode ser destacado é que para o século XVIII, os textos do meu *corpus* são menos formais, o que pode contribuir com a grande presença da interpolação do *não* nos manuscritos.

### 5.2.2 Interpolação generalizada

Apenas uma hipótese foi elaborada para a interpolação generalizada em textos brasileiros coloniais:

- i. a interpolação generalizada seria inexistente em escritos brasileiros dos séculos XVII e XVIII.

Por ser característico do português antigo e médio, esse fenômeno não aconteceria em textos brasileiros, não só por ir de encontro à hipótese central, em que a gramática portuguesa influente para o PB é o português clássico, mas também por não existir tal fenômeno na gramática brasileira contemporânea. Entretanto, foram encontrados quatro casos de interpolação generalizada no século XVIII (exemplos 199-202).

199. porém como | *Vossa Mercê* mecertifica, *que para* câ os mandou, mandallos-hey procurar pelo | meosargento com mais cuidado, *que* escravos sempre são escravos, | eos abonarey todos na minha conta, achando os dous; que dallos a *Jose* | dos santos, nem isso hê pagamento com *que se elle satisfaca* nem have- | mos pagarlhe estando o Mercador dos cobres adesatinarme quasi todas | as[.]oras, como quem ainda não sabeda minha verdade.  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12r.
200. Elle me escreve sobre isso; e na conta *que lhe eudei*; lhe abonei as 4 caixas (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 53v.
201. Haja constancia, e Vamos indo; algum dia tive mais amofinações; agora tenho menos; ese *lhe eufallo* a *Vossa Merce* | em Ministros, não hé para inculcar valimentos pois | com meu pay não posso aspirar a ser mais | nem menos.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 40v.
202. Faça *Vossa Senhoria* nessa Corte todas a Fortūnas, *que lhe eudesejo* *que* tambem interesse | nellas edisponha da minha obediencia, como for servido (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14r.

Apesar da hipótese de trabalho inicial não ter sido validada, a presença desses dados não refuta o PCI como a gramática portuguesa de base da formação do PB. A ocorrência desse fenômeno em textos do século XVIII fez com que surgissem novas possibilidades de analisar a interpolação no português clássico, considerando sua existência em Portugal e no Brasil.

Uma possibilidade de análise desses dados é a seguinte: a interpolação de elementos diferentes do *não*, ao invés de ter desaparecido no português clássico, passou por um processo

de mudança, assim como os demais fenômenos relacionados aos clíticos pronominais<sup>107</sup>. Argumento que o tipo de interpolação de elementos diferentes do *não* que se apresenta em meu *corpus* se diferencia da interpolação generalizada no português médio, pois o elemento interpolado entre o clítico o verbo é restrito a elementos específicos. Além disso, os dados encontrados são semelhantes aos casos de interpolação de elementos diferentes do *não* encontrados por Namiuti (2008) nos séculos XVI e início do século XVII e aos casos encontrados por Magro (2007) em dados de fala do português europeu dialetal. Nessa análise alternativa, esse tipo de interpolação é compreendido como um fenômeno existente na gramática clássica e que se mantém ativo, em baixa frequência, em dialetos do português europeu.

Essa proposta é melhor desenvolvida na seção 4.2 com base nos exemplos apresentados nesse *corpus*, em sentenças do português europeu dialetal e em dados oriundos de *corpora* de textos brasileiros e portugueses oitocentistas<sup>108</sup>. Por ora, afirmo que a presença desses dados não só refuta a ideia de o português médio ter sido uma das bases do português brasileiro, como confirma a hipótese sobre o português clássico defendida nesta dissertação.

### 5.2.3 Colocação dos clíticos

Para o ordenamento dos clíticos, propus as seguintes hipóteses:

- i. manutenção da restrição fonológica do clítico em V1;
- ii. manutenção dos contextos variacionais;
- iii. próclise em frequência semicategórica em determinados contextos de variação.

A primeira hipótese é confirmada para os dois séculos estudados. Não são atestados casos de próclise em sentenças cujo verbo se apresenta em primeira posição, mantendo-se, assim, a restrição fonológica existente no português antigo, médio e clássico, em que o pronome clítico, por fatores prosódicos, não pode estar em primeira posição absoluta na sentença (exemplos 203 e 204).

Entretanto, os poucos dados aqui exibidos (para o período seiscentista, por exemplo, há apenas um dado nesse contexto) fazem com que essa análise não seja conclusiva. Tendo em

---

<sup>107</sup> Agradeço a meu coorientador, Aroldo Leal de Andrade, por me chamar a atenção para essa possibilidade.

<sup>108</sup> Como esta seção é específica para a verificação da hipótese central, sobre o português clássico ter sido uma das gramáticas que originou o português brasileiro, essa análise é melhor aprofundada na seção 4.2.

consideração que tanto nesse contexto como nas sentenças em que o verbo é precedido por orações dependentes a influência da restrição fonológica é significativa (GALVES; SANDALO; 2012) e, pondo em comparação os meus dados com trabalhos outros que também investigaram a colocação do clítico em sentenças V1 (CYRINO, 1994; CORÔA, em andamento), proponho, em seção posterior (cf. seção 4.4), que nos dois contextos já exista uma tendência ao uso do clítico seguindo a prosódia brasileira. Entretanto, como em meu *corpus* não são atestados casos de próclise em sentenças V1, a manutenção da restrição fonológica é confirmada.

203. Disselhe que lhe tinha escrito por Pernambuco (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.
204. Pedý lhe quem informasse do que seria | necessario para euser Maltés (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.

A segunda hipótese (manutenção dos contextos variacionais) se confirma parcialmente, dependendo do século e do contexto de variação. Em relação ao contexto I, não há variação nos dados do século XVII, com 100% dos pronomes clíticos em sentenças matrizes finitas ocorrendo em posição pré-verbal. Para o século XVIII, nesse mesmo contexto, em apenas 6% das sentenças matrizes finitas neutras há casos de ênclise<sup>109</sup>.

Tabela 24 – Variação ênclise/próclise no contexto de variação I em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).

	Textos portugueses (GALVES; ET AL, 2019, p. 32)				Textos brasileiros (CARDOSO, 2020)	
	1500-1550	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1600-1650	1700-1750
<b>Ênclise</b>	18% (16/91)	5% (4/78)	25% (48/194)	7% (21/299)	0% (0/28)	6,7% (13/205)
<b>Próclise</b>	82% (75/91)	95% (74/78)	75% (146/194)	93% (278/299)	100% (28/28)	93,3% (192/205)
<b>Total</b>	<b>100% (91)</b>	<b>100% (78)</b>	<b>100% (194)</b>	<b>100% (299)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (205)</b>

Fonte: autoria própria.

Nesse contexto, a porcentagem de dados proclíticos exibidos em textos brasileiros do século XVII (100%) é maior do que as demais porcentagens de próclise apresentadas em todo o

<sup>109</sup> Considerando as sentenças precedidas por *mas*, *porém*, *entretanto* como sentenças precedidas por AdvP, conforme o manual de anotação sintática (GALVES; MAGRO, 2019), a porcentagem de próclise no contexto I fica em 88% para o período setecentista.

português clássico europeu<sup>110</sup>. Já a porcentagem de próclise do século XVIII (93,3%) é ligeiramente maior que o número de ocorrência da colocação pré-verbal nesse mesmo contexto em textos seiscentistas portugueses, que alcançam 75% e 93% de próclise nesse período<sup>111</sup>. Novamente, os textos do século XVII apresentam uma grande preferência à próclise.

205. *Asenhora* minha tia meordena ago- | ra, *que* saiba de *VossaSenhoria* em*que* cartorio correo câ na*Cidade* (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 15r.
206. Eu lhe faço oque posso (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 18v.
207. ealem disto, offereceo-se-me | essa convenciencia | [f. 39r] essaconvencia de faltar gado (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 38v-39r.

No contexto II, por sua vez, a variação é mantida em ambos os séculos estudados, embora a tendência à próclise seja notada. A colocação pré-verbal em textos brasileiros do século XVII alcança 96% do total de ocorrências, com apenas um caso de ênclise. No século seguinte, a próclise alcança 73,7% (exemplos 208-210)<sup>112</sup>.

<sup>110</sup> Martins (1994), ao analisar textos notariais do século XVI, encontra 100% de próclise. É importante destacar que o *corpus* que analiso do século XVII é composto por documentos da administração pública e, portanto, tem um teor semelhante aos textos analisados por Martins (1994) para o português médio e início do português clássico. Há uma discussão frequente sobre a influência do castelhano em textos de indivíduos cultos e/ou textos notariais, que induziria o uso da próclise (MARTINS, 2011; GALVES, 2015; PAIXÃO DE SOUSA; 2004; ROCHA, 2009). Sendo assim, a inexistência de ênclise nesses contextos não representaria a gramática da época e sim uma espécie de “norma padrão”, influenciada por fatores externos à língua. Embora fatos sócio-históricos possam alterar a escrita dos textos e, conseqüentemente, a colocação clítica, a análise de fenômenos linguísticos em textos de teor administrativo não deve ser descartada ou desconsiderada, tendo em vista que apesar da grande taxa de próclise, a ênclise não é impedida, sendo atestada uma leve variação no contexto II (como se verá adiante) nesses manuscritos. Para além disso, dois aspectos ainda podem ser destacados: i. não há estudos de textos notariais portugueses do século XVII, inviabilizando uma comparação com textos brasileiros que considere o gênero textual e o tipo de circulação dos textos, a fim de comprovar uma semelhança na apresentação dos dados e uma possível influência do castelhano na escrita e ii. nos mesmos textos notariais mencionados anteriormente, Martins (1994, p. 58) encontrou 90% de ocorrências do *não* interpolado entre o clítico e o verbo no século XVI, se diferenciando dos dados obtidos em meu trabalho, que apresentam uma porcentagem de 95,5% desse fenômeno em sentenças dependentes no período seiscentista. Portanto, a ressalva que se faz sobre os textos notariais do século XVII, assim como é feita para qualquer estudo linguístico que leve em conta os princípios e parâmetros da teoria gerativa e que tenha manuscritos como *corpus*, é que a gramática dos textos é apenas um reflexo superficial da língua-I, cabendo ao pesquisador fazer as ponderações necessárias.

<sup>111</sup> Excluindo do contexto I as sentenças precedidas por construções de tópico/foco, os dados do século XVIII chegam a 95% de próclise.

<sup>112</sup> Considerando as sentenças precedidas por *mas*, *porém*, *entretanto* como sentenças precedidas por AdvP, conforme o manual de anotação sintática (GALVES; MAGRO, 2019), a porcentagem de próclise no contexto II fica em torno de 80%.

Tabela 25 – Variação ênclise/próclise no contexto de variação II em textos portugueses e brasileiros (séc. XVI-XVIII).

	Textos portugueses (GALVES; ET AL, 2019, p. 33)				Textos brasileiros (CARDOSO, 2020)	
	1500-1550	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1600-1650	1700-1750
<b>Ênclise</b>	90% (160/178)	54% (34/63)	62% (41/66)	83% (104/125)	3,6% (1/28)	26,3% (36/137)
<b>Próclise</b>	10% (18/178)	46% (29/63)	38% (25/66)	17% (21/125)	96,4% (27/28)	73,7% (101/137)
<b>Total</b>	<b>100% (178)</b>	<b>100% (63)</b>	<b>100% (66)</b>	<b>100% (125)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (137)</b>

Fonte: autoria própria.

208. este mes | mo intento seconsegue cobran- | do-se pela Thezouraria daCa | mara  
econserva-se aobrigaçã | existente (...)  
ACMS-RCP-1671.9.
209. por estas difficuldades edespe- | sas muitas *que* as não podem vencer deixaõ defaser |  
seus contratos por escrituras, eos fasem por escritos (...)  
DABEP-JGA-1664.5, f. 1r.
210. Recebo adeVossaMerçe de 17doCorrente, elhe agradeço obsequio-| zissimamente (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 25r.

A ocorrência de próclise nesse contexto é consideravelmente maior, nos dois séculos analisados, em comparação a resultados gerais sobre o português clássico europeu, como mostra a Tabela 25. Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 51) afirmam que a colocação clítica no contexto II é idiossincrática e a próclise não é a opção preferencial da maioria dos textos, com altas taxas de ênclise desde o século XVI<sup>113</sup>. Apesar disso, o contexto II ainda apresenta variação nos textos brasileiros, inclusive no século XVII, em que não há variação no contexto I. Portanto, a possibilidade de variação ênclise/próclise no contexto II, assim como no português clássico, é mantida.

Logo, a segunda hipótese de trabalho, sobre a manutenção dos contextos variáveis, é confirmada em relação ao contexto II, mas não confirmada ou confirmada parcialmente em relação ao contexto I, sobretudo em relação aos textos representativos do século XVII, em que não há casos de ênclise.

<sup>113</sup> Uma discussão sobre esses dados levando em conta o português brasileiro é apresentada na seção 4.3.

Embora não tenha sido elaborada uma hipótese a respeito dos contextos não variáveis do português, são encontrados dois casos de ênclise em sentenças dependentes (exemplos 211 e 212).

211. E posto que se | nos entregue digo eposto (**A última sílaba desta palavra está escrita na entrelinha, transformando, com a aposição da mesma sílaba a palavra “porque” em “posto que”**) que se |nos queira entregar aprobe |dido do Sal, nem assim se evita- |ta o prejuízo de se retardar o |sustento da Infantaria por | que cobrandose o Sal pelos Mi |nistros de Vossa Alteza para se cobrar o procedido delle ha- |de haver muita dilaçam | maior mente que o Sal re- |parte-se por este Senado, eo que |acada hum se reparte se co - |bra logo;

ACMS-RCP-CAR-2-1671.9.

212. Em reposta da *que* lhe escreví copiada à *folha* 21 n° 3. | me mandou *aque* se vé do Maço 1° [*inint.*] n° 40 | em *que* diz, mandava 500\$ no produto de huma | boiada *que* se perdeu na Travessia; para ajuda dos dotes | de *minhas* Irmãs Freiras ; mas *que* repetillo-hia<sup>114</sup>.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 36r.

A presença da colocação pós-verbal nessas sentenças é diferente dos casos de ênclise em subordinadas do português médio (RIBEIRO, 2010) e do português clássico (LOPES, 2010), em que há um elemento qualquer, geralmente uma outra sentença, entre o complementizador e o pronome clítico<sup>115</sup>. O número baixo de ocorrência (0,4% para o século XVII e 0,1% para o século XVIII) não faz com que este contexto se torne variável, mas pode indicar que os falantes já apresentavam dúvida quanto à colocação dos clíticos em determinados contextos<sup>116</sup>.

Quanto à terceira hipótese – próclise em frequência semicategórica em determinados contextos de variação – ela também é confirmada porque, em ambos os séculos, alguns tipos de sentenças pertencentes ao contexto variacional I apresentam próclise acima de 95%. Nesse

<sup>114</sup> Neste dado, o verbo principal é o “dizer”. Com esse verbo, são comuns construções de diversas sentenças em um mesmo parágrafo relacionadas, mantendo-se apenas o *que* antecedendo o verbo.

<sup>115</sup> Como exemplo, um dos casos de ênclise em orações dependentes analisado por Lopes (2010, p. 20):

(i) Nas minhas haverá tanta diligência, que pelo menos desculpe-me os meus desconcertos.

Melo, séc. XVII.

<sup>116</sup> A presença de ênclise em orações que correspondem ao contexto de próclise obrigatória foi encontrada por Carneiro (2005) em textos oitocentistas brasileiros. Para a autora, tais ocorrências atestam uma competição de gramática entre o português clássico, o português brasileiro e o português europeu, sendo a presença desta gramática associada a pressões externas à língua, não sendo considerada como reflexo da língua-I dos escritores. Essa afirmação, entretanto, não é compatível com meus dados, pois foram encontrados casos em textos representativos da primeira metade dos séculos XVII e XVIII. Como essas sentenças necessitam de uma análise mais elaborada, a análise que exponho aqui se limita a dizer que essas ocorrências podem significar uma dúvida, do escrevente, quanto à colocação dos clíticos, que pode preceder o processo de mudança linguística que fez surgir o português brasileiro.

contexto, tanto na primeira metade do século XVII quanto na primeira metade do século XVIII, as sentenças com verbo precedido por sujeito apresentam 100% de próclise, não sendo, aos menos nos dados analisados, sentenças com possibilidade de variação. Ainda no contexto I, as sentenças com verbo precedido por sintagma preposicional apresentam 100% e 96,7% de casos de próclise, nos dois séculos analisados nesta pesquisa (cf. Tabela 19 no capítulo 3).

Desse modo, o contexto I, assim como no português clássico, tende majoritariamente ao uso da próclise, embora com números um pouco mais expressivos. O contexto II, por sua vez, apresenta mais dados de ênclise (7% e 26,3%) que no contexto I dos dados analisados, refletindo uma maior variação, embora em frequência menor do que o atestado em textos representativos do português clássico europeu, como exibido anteriormente.

#### 5.2.4 Síntese

A sintaxe e a ordem dos clíticos presentes nos textos brasileiros coloniais apontam para uma grande presença do português clássico nos primeiros dois séculos de colonização. Esses dados confirmam trabalhos anteriores (ANDRADE; CARNEIRO, 2014; CARNEIRO; GALVES, 2010, 2010; MARTINS, 2009; PAGOTTO; 1992) que já atestavam a gramática clássica como uma das origens do português brasileiro. Embora nesta dissertação não se negue a presença do português médio na América Portuguesa, a análise realizada mostra que sua importância, ao menos na sintaxe dos clíticos, não é significativa para a formação do PB, indo de encontro aos trabalhos defensores da influência de traços conservadores do português antigo (MELO, 1971 [1946]; MORAES DE CASTILHO; 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007) na formação da sintaxe da gramática brasileira.

As hipóteses de trabalho desenvolvidas sobre o comportamento dos clíticos nos escritos brasileiros dos séculos XVII e XVIII foram, em grande maioria, confirmadas, mostrando que os fenômenos característicos do português clássico, como a interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras, são significativos no Brasil Colônia. Mesmo as hipóteses de trabalho que não foram confirmadas ou que foram parcialmente confirmadas (a inexistência de interpolação de elementos diferentes do *não*, a manutenção dos contextos variacionais e a redução de ocorrência de fenômenos do português clássico em comparação com textos portugueses de mesmo período) podem ser analisadas baseando-se no sistema gramatical do PCI. Esses tópicos serão abordados e discutidos separadamente nas subseções seguintes.

### 5.3 INTERPOLAÇÃO NO PORTUGUÊS CLÁSSICO: UMA ANÁLISE ALTERNATIVA

As quatro ocorrências de interpolação de elementos diferentes do *não* encontrados no século XVIII, que não confirmam a hipótese de trabalho desenvolvida sobre o fenômeno (em que propus sua inexistência), são alternativamente analisadas como uma característica do português clássico. Essa análise alternativa é baseada na hipótese de que a interpolação de elementos diferentes do *não*, ao invés de ter desaparecido no PCI, passou por um processo de mudança e se manteve como uma característica sintática desta gramática, aparecendo mais expressivamente em dados de fala do português dialetal europeu<sup>117</sup>. Apesar de essa proposta ser, ainda, incipiente, e de ser constituída com base em poucos dados, entende-se que o fenômeno necessita, ao menos, de mais investigações com *corpora* outros, que confirmem ou não a hipótese levantada<sup>118</sup>. Essa análise alternativa é baseada nos seguintes argumentos:

- i. a presença de elementos interpolados diferentes do *não* nos seguintes períodos:
  - a. todos os séculos do português clássico europeu (NAMIUTI, 2008, p. 70);
  - b. no século XVIII, em textos brasileiros (os quais, como já visto, apresentam uma sintaxe dos clíticos similar à sintaxe do PCI) e portugueses;
  - c. em textos oitocentistas portugueses (MAGRO, 2007, p. 175; NAMIUTI, 2008, p. 72;) e em textos oitocentistas brasileiros (MARTINS, 2018, p. 163), os quais ainda apresentam traços do PCI na colocação clítica (CARNEIRO; GALVES, 2010);
  - d. no português europeu dialetal do século XX, em dados de fala (MAGRO, 2007, p.88);

<sup>117</sup> Nesta análise, a interpolação do português europeu dialetal, considerada por Magro (2007) como um novo fenômeno e característico apenas do PE, é considerada, na verdade, como uma continuação do fenômeno que já existia no português clássico. Isso será abordado mais adiante.

<sup>118</sup> É sabido que os poucos dados aqui apresentados não validam inteiramente a proposta. A apresentação dessa análise alternativa envolve dois propósitos principais: i. refutar uma influência significativa do português médio na formação da sintaxe do português brasileiro e ii. incentivar uma investigação mais robusta sobre a interpolação no português clássico, através de novos *corpora*, com autores e escritores – portugueses e brasileiros – ainda não investigados, a fim de elucidar a dinâmica desse fenômeno na formação do PB e no português europeu dialetal, relacionando essa dinâmica com os estágios pretéritos do português. Ademais, os dados de interpolação de elementos diferentes do *não* sempre foram menores em comparação com a interpolação do *não* e com os dados de colocação clítica: Martins (1994) encontra, considerando quatro séculos (século III a XVI), apenas 395 sentenças com interpolação de elementos diferentes do *não* (apenas 6 delas correspondem ao século XIII, por exemplo) e Magro (2008) encontra, em dados orais do PE dialetal, 272 sentenças com a presença de um elemento diferente do *não* interpolado. Logo, o baixo número de ocorrências em que esta análise é baseada não invalida a hipótese, mas exige pesquisas mais aprofundadas, com mais dados, a fim de obter respostas mais precisas.

- ii. a similaridade dos tipos de elementos interpolados nos *corpora* acima mencionados e a diferença desses elementos em relação à interpolação generalizada do português antigo e médio (MARTINS, 1994, p. 161-182).

O primeiro argumento diz respeito à ocorrência desse tipo de interpolação em diferentes séculos da história do português, com exemplos extraídos de textos portugueses e brasileiros. Nos séculos correspondentes ao português clássico europeu (século XVI e século XVII), a interpolação de elementos diferentes do *não* é encontrada por Namiuti (2008, p. 68) em cinco autores nascidos até a primeira metade do século XVII. A inexistência desse fenômeno em textos setecentistas e sua baixa frequência, em comparação com a gramática portuguesa anterior, são alguns dos fatores considerados pela autora para argumentar a favor do desaparecimento desse tipo de interpolação no PCI, sendo as poucas ocorrências encontradas (exemplos 213-216) analisadas como resquício gramatical do português médio<sup>119</sup>.

Entretanto, no *corpus* analisado nesta pesquisa, foram encontrados quatro casos de interpolação de elementos diferentes do *não* representativos do século XVIII (exemplos 217-220). Além disso, em uma nova busca no *Corpus* Tycho Brahe, encontrou-se um dado em um texto setecentista europeu (exemplo 221)<sup>120 121</sup>. A quantidade de ocorrências encontradas nos séculos XVI, XVII e XVIII é apresentada na Tabela 26.

<sup>119</sup> Namiuti (2008, p. 71) também utiliza como argumento a diminuição dos casos de interpolação de constituintes diversos e do *não* em uma mesma sentença (ordem C-cl-X-neg-V) a partir do século XV, construção possível no português médio.

<sup>120</sup> O texto setecentista português em que a sentença com interpolação foi encontrada não fazia parte do *Corpus* Tycho Brahe quando Namiuti (2008) escreveu sua tese de doutoramento.

<sup>121</sup> Magro (2007, p. 185), ao verificar as ocorrências da interpolação em cartas portuguesas do século XVIII que fazem parte do projeto CARDS (Cartas Desconhecidas), encontra um dado de interpolação de um sujeito pronominal.

- (i) as pessoas abaixo no- | meadas me dicerão que naquela Villa se devia levantar | alguã herezia, antes de parco tempo, por nella não aver | Comissro. Do Sto. offo.; que o que avia era mto. Velho, e já | não estava capás pa. Negos. Do Sto. offo.; nem se lhe o povo | da Va. fazia Cazo, e por essa Cauza mta. Gente uzava | de feitiçarias, e supresticoens, publicamte. E com grandisimo | escandallo.

CARDS, 1716.

A autora pontua a possibilidade de ser, esse manuscrito, uma cópia de um texto do português antigo, em virtude de haver, na carta, o uso do verbo *filhar*, comum a fases mais antigas do português, e de o elemento interpolado não ter uma interpretação dêitica, indo de encontro à hipótese defendida pela autora, de que a interpolação de elementos diferentes do *não* no PE é, na verdade, uma interpolação exclusiva de elementos dêiticos. Como não houve possibilidade de checar os fatos apresentados pela autora, não contabilizo esse dado como existente para o século XVIII. Entretanto o argumento de que a sentença pertencente ao século XVIII é descartada por não ser um elemento dêitico torna-se cíclico, o que faz com que haja a necessidade desse dado ser revisitado e reanalisado.

Tabela 26 – Casos de interpolação de elementos diferentes de *não* em textos portugueses e brasileiros (séculos XVI-XVIII).

Textos portugueses (Corpus Tycho Brahe)				Textos brasileiros <sup>122</sup> (CARDOSO, 2020)
1500-1549	1550-1599	1600-1650	1700-1750	1700-1750
59	10	9	1	4

Fonte: autoria própria.

213. Com sua chegada correram recados antre êle, e ElRei de Xirás, com quem se logo concertou (...)  
Couto, séc. XVI, Namiuti (2008, p. 91).
214. porque a êle devia aquela mercê, que lhe Deos fazia (...)  
Couto, séc. XVI, Namiuti (2008, p. 91).
215. Entre os pobres, sobre todos, tenha cuidado dos doentes, que não podem andar pedindo, como lhe muitas vezes disse.  
Sousa, séc. XVI, Namiuti (2008, p.106)
216. Não é menos o que me lá anda neste infelíssimo jôgo.  
Melo, séc. XVIII, Namiuti (2008, p.105).
217. porém como | *VossaMercê* mecertifica, *que para* câ os mandou, mandallos-hey procurar pelo | meosargento com mais cuidado, *que* escravos sempresão escravos, | eos abonarey todos na minhaconta, achando os dous; que dallos aJose| dos santos, nem isso hê pagamento com *que se elle satisfaça* nem have- | mos pagarlhe estando o Mercador dos cobres adesatinarme quasi todas | as[.]oras, comoquem ainda não sabeda minha verdade.  
DFFCB-AGFCB-1750, f. 12r.
218. Elle me escrevesobre isso; e naconta quelheudei; lhe abonei as 4 caixas (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 53v.
219. Haja constancia, eVamos indo; algum dia tive mais amofinações; agora tenho menos; ese lhe eufallo a*VossaMerce* | em Ministros, não hé *para* inculcar valimentos poes | com meu pay não posso aspirar aser mais | nem menos.  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 40v.
220. Faça *VossaSenhoria* nessaCorte todas aFortūnas, que lhe eudesejo que tambem interesse | nellas edisponha da minha obediencia, como for servido (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 14r.
221. aqui venho a teus pés enviada por meu amo o Senhor Apolo, o qual como sabe,que tens professado a estreita religião da cavalaria andante, e tens deobrigação o desfazer

<sup>122</sup> O fato de não haver dados de interpolação de elementos diferentes do *não* em textos seiscentistas brasileiros não significa sua inexistência nesse século, tendo em vista a pouca quantidade de palavras que compõem o *corpus* utilizado para o século XVII (cf. seção 2.5). Mais uma vez, nota-se a necessidade de mais investigações, com *corpora* maiores.

agravos, socorrer aflitos, e restaurar honras perdidas, por essa causa te manda pedir encarecidamente queiras ir ao Parnaso, aonde se ele acha, cercado de uns poetas malélicos, que o querem despojar do trono (...)

Silva (o judeu), séc. XVIII, Corpus Tycho Brahe.

O desaparecimento da interpolação de elementos diferentes do *não* no século XVIII é também um dos argumentos utilizado por Magro (2007) para definir os casos encontrados pela autora em dados de fala do português europeu dialetal como um novo tipo de interpolação, específico do PE. Segundo Magro (2007), a interpolação generalizada é uma característica da sintaxe dos clíticos do português médio, que desaparece no português clássico. No português europeu, há outro tipo de interpolação, limitada a elementos dêiticos, que não tem relação com o fenômeno existente no português médio, apresentando, portanto, uma configuração sintática nova (exemplos 222-226).

222. Dá-lhe as respostas que lhe nós damos.

Castro Laboreiro, séc. XX, Magro (2007, p. 92).

223. Os carros é tudo em ferro como se ele vê.

Santo André, séc. XX, Magro (2007, p. 92).

224. Olha que foram os que me ali deitaram às cabras, aqui na da Rosairinha (...)

Unhais da Serra, séc. XX, Magro (2007, p. 92).

225. Todos os dias se para lá ia achar túbara.

Lavre, séc. XX, Magro (2007, p. 93).

226. E queria ele que lhe eu fizesse uma ponte em ferro.

Castelo de Vide, séc. XX, Magro (2007, p. 93).

Para reforçar sua hipótese, Magro (2007, p. 177) apresenta, ainda, os 12 casos de interpolação de elementos diferentes do *não* encontrados por Namiuti (2008, p. 87) em um autor português nascido no século XIX (exemplos 227 e 228) e menciona ter encontrado o mesmo fenômeno em mais oito autores portugueses oitocentistas (exemplos 229-231)<sup>123</sup>. Como o português europeu já se apresenta nos textos do século XIX, os casos encontrados nos escritos de tais autores comprovam, segundo Magro (2007), que esse é um fenômeno novo e restrito ao PE, em virtude de as ocorrências estarem distante temporalmente dos casos encontrados por

<sup>123</sup> Magro (2007) não contabiliza ou classifica os casos de interpolação de elementos diferentes de *não* nos textos oitocentistas; apenas menciona ter encontrado tais dados e cita alguns exemplos pois, segundo a autora, esses textos não fazem parte do *corpus* de sua pesquisa. Desse modo, uma análise mais profunda acerca desses casos também é uma lacuna a ser preenchida. Como não há a contabilização, não é possível propor uma tabela semelhante à Tabela 26, em que apresento a quantidade de ocorrências do fenômeno nos textos.

Namiuti (2008) na primeira metade do século XVII. Entretanto, em cartas brasileiras oitocentistas, Martins (2018, p. 163) encontra dois dados de interpolação de elementos diferentes do *não*<sup>124</sup> (exemplos 232 e 233).

227. Nunca duvidei do que me elas diziam: não se mente assim, tu não mentias então.  
Garrett, séc. XIX, Namiuti (2008, p. 109).
228. O que lhe ela fora, assaz to tenho explicado, leitor amigo e benévolo: o que lhe ela será (...)  
Garrett, séc. XIX, Namiuti (2008, p. 109).
229. Quem me lá dera outra vez!  
Castelo Branco, séc. XIX, Magro (2007, p. 178).
230. Tão bem arrecadado está, que não há meio de lhe eu pôr a vista.  
João Araújo Correia, séc. XIX, Magro (2007, p. 178).
231. Que queres mais que te ele dê?  
Raul Brandão, séc. XIX, Magro (2007, p. 178).
232. Senhor Redactor. – O Padre João Marroco Teles, que acaba de ser justa, e merecidamente removido de professor de latim do Crato para Baturité, hum dos actos do Excelentíssimo Senhor Doutor Moraes Sarmiento, que muito honra sua sabia administração, tem vexado aos senhores doutores Ramos, promotor P., Vigario, agente do correio, padre Lima Seca, e mais outros para lhedarem attestado de sua conduta moral, e que tem sua aula aberta, e nella insina com freqüência. me muito afoítesa, senhor redactor pedirem se taes attestados: os dois primeiros senhores já lhe dicerão abertamente, que não lhe davaõ attestados.  
Pernambuco, séc. XIX, Martins (2018, p. 163).
233. Implantem-se no animo nacional novos habitos, desperte-se, cultive-se e estenda se a iniciativa individual, e a organização administrativa, ainda permanecendo a mesma, justificar-se-ha da imputação que lhe hoje fazem.  
Bahia, séc. XIX, Martins (2018, p. 163).

Os estudos linguísticos sobre os pronomes clíticos em textos brasileiros oitocentistas reconhecem que há, nesse período, uma competição de gramáticas (ANDRADE; CARNEIRO, 2014; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010; MARTINS, 2009, 2018; PAGOTTO,

---

<sup>124</sup> Supõe-se que, pelo fato de a interpolação não ser um fenômeno sintático comum ao PB, a presença de casos desse fenômeno no século XIX – período em que a gramática brasileira já está refletida nos textos – seja menor em comparação aos textos portugueses de mesmo período. Entretanto, ressalto que a pesquisa de Martins (2018) foi realizada com base no *corpus* do PHPB (Projeto Para a História do Português Brasileiro). Apesar de esse ser o maior *corpus* de textos brasileiros, não é o único, uma vez que o período oitocentista do português brasileiro foi amplamente estudado. Alguns dos exemplos de *corpora* do século XIX não analisados por Martins (2018) são o *corpus* editado por Silveira (2004) e a edição de jornais oitocentistas apresentada em Costa (2014). Assim, torna-se uma possibilidade de estudo a investigação desse fenômeno em outros *corpora* brasileiros dos anos de 1800.

1992). Os traços gramaticais do português clássico, do português europeu e do português brasileiro são encontrados nos textos em forma de competição, ainda que as três gramáticas apresentem distintas direções quanto à sintaxe dos clíticos. Os dados de interpolação de elementos diferentes do *não* encontrados por Martins (2018, p.163) em cartas do século XIX, portanto, podem representar indícios de competição entre a gramática brasileira e a gramática clássica<sup>125</sup>.

O exemplo 232 é uma das evidências dessa competição, pois apresenta o clítico em primeira posição absoluta (colocação específica do PB) e um elemento interpolado entre o clítico e verbo, considerado, em minha análise, como um fenômeno característico do português clássico. Apesar de haver a possibilidade de compreender os dois casos de interpolação citados como uma competição entre o PE e o PB – considerando a interpolação de elementos diferentes do *não* como fenômeno do PE, como afirma Magro (2007) – nos documentos brasileiros analisados por Martins (2018, p. 162), ainda são atestados casos de interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras (exemplos 234-236), contexto específico de interpolação do português clássico e que desaparece dos textos europeus a partir do século XVIII (NAMIUTI, 2006, p. 183). Assim, nota-se que os casos de interpolação encontrados nos textos brasileiros do século XIX podem ser entendidos como uma competição entre o PCI e o PB, não envolvendo, para esse fenômeno, uma competição com o português europeu.

234. Eu me não julgo criminoso e quando for chamado a contas apresentarei os títulos de minha defeza se he que os innocentes se justificão.  
Rio de Janeiro, séc. XX, Martins (2018, p. 162).

<sup>125</sup> Pode-se argumentar que, na verdade, a interpolação em textos brasileiros do século XIX é uma competição entre o PE e o PB. Para além dos argumentos que trago, sobre a existência de interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras, entende-se que, se a interpolação de elementos diferentes do *não* é um fenômeno restrito ao PE, que surge apenas a partir do século XIX, os escreventes brasileiros desse período não tiveram acesso, em seu processo de aquisição de língua materna, a esses dados. Pode-se entender, ainda, que seja mais um caso de pressão externa do português europeu na escrita dos brasileiros, assim como ocorre na colocação clítica (CARNEIRO; GALVES, 2010) e na subida de clíticos (ANDRADE; CARNEIRO, 2014), mas a falta de precisão sobre a porcentagem de ocorrência desses dados em autores portugueses do século XIX não me permite compreender como esses dados chegaram aos escreventes brasileiros. A posposição do clítico é um fenômeno majoritário no PE, o que faz que com o acesso a essas ocorrências seja mais fácil para os autores brasileiros, facilitando a compreensão dessa colocação como um padrão europeu e, conseqüentemente, uma “norma de prestígio social”, levando ao aparecimento de tais dados em textos brasileiros. Não se sabe, entretanto, qual o nível e porcentagem de ocorrência da interpolação de elementos diferentes do *não* em autores do século XIX, inviabilizando uma comparação sobre a quantidade de dados existentes no português europeu para que o escrevente brasileiro compreenda essas ocorrências como um padrão dessa gramática, de uso prestigiado. O que se sabe é que os dados desse fenômeno sempre se apresentaram em pouca quantidade ao longo da história do português (cf. nota 118), o que não favorece a consideração da existência desse tipo de interpolação como uma pressão externa da escrita e da variedade de prestígio do português europeu.

235. Não nos enganamos; a espionagem que desde logo se desenvolveo em grande esclalla, nos não deixou mais (...)  
Rio de Janeiro, séc. XIX, Martins (2018, p. 162).
236. Este ano me não foi preciso ir tratar de negocios nem a alfandega nem á mesa das diversas Rendas, mas casualmente passando pela praça ouvi varios negociantes queixarem-se do estado daquellas duas repartições, dalli huns dizião “nada isto não vai bem: daquella parte outros” He preciso que isto lee volta.  
Pernambuco, séc. XIX, Martins (2018, p. 163).

Portanto, os casos de interpolação de elementos diferentes do *não* encontrados em textos portugueses e brasileiros do século XVIII põem em discussão o “desaparecimento” desse fenômeno durante o português clássico e a análise dos casos existentes nos séculos XVI e XVII como resquícios do português médio. Além disso, a presença do mesmo fenômeno em textos oitocentistas brasileiros põe em discussão a sua análise como uma configuração sintática do português europeu, como afirma Magro (2007).

O segundo argumento considerado – a similaridade dos tipos de elementos interpolados – diz respeito à identificação desse fenômeno, no PCI, como diferente do fenômeno da interpolação generalizada do português médio, mas semelhante aos casos encontrados em textos oitocentistas e no português europeu dialetal. Desse modo, a interpolação de elementos diferentes do *não* pode ser analisada como um fenômeno que passou por uma mudança entre o português médio e clássico, mantendo-se ativo entre o português clássico e o português europeu e desaparecendo, na América Portuguesa, entre o português clássico e o português brasileiro.

Martins (1994, p. 161-183) lista uma série de constituintes que podiam estar interpolados entre o clítico e o verbo no português antigo e médio. Os constituintes são diversificados e poderiam ser qualquer elemento que pudesse ocupar uma posição pré-verbal. Magro (2007, p. 91) analisa os elementos interpolados no português europeu dialetal e nota uma restrição significativa de constituintes em relação à fase antiga do português. Essa diferença, junto com a inexistência de casos em textos do século XVIII, são argumentos a favor de sua hipótese, de que este fenômeno seria uma inovação do português europeu. No Quadro 13, apresento os tipos de constituintes interpolados diferentes de *não* ao longo da história do português.

Quadro 13 – Tipos de constituintes diferentes do *não* interpolados entre o clítico e o verbo em textos portugueses e brasileiros.

Textos	1200-1499	1501-1699	1700-1799	1800-1899	1900-2000(+)
<b>Portuguese s</b>	sujeito (nome, pronomes) advérbio,	(nome, PP, sujeito pronominal, objeto PP, advérbio,	sujeito pronominal.	sujeito pronominal, advérbio	sujeito pronominal, quantificador,

<p><b>Brasileiros</b></p>	<p>direto, predicativo, adjetivo, (Corpus Tycho Brahe). particípio passado, quantificadores , complexo (sujeito + não) (NAMIUTI, 2008). quantificador, objeto indireto, complexo de três constituintes, orações infinitivas, vocativo, núcleo predicativo (MARTINS, 1994).</p>	<p>sujeito pronominal. (CARDOS O 2020).</p>	<p>sujeito pronominal, quantificador (MARTINS, 2018).</p>	<p>(NAMIUTI, 2008; MAGRO, 2007). advérbio (MAGRO 2007).</p>
---------------------------	--	---	---	---

Fonte: autoria própria.

Magro (2007) afirma que os constituintes interpolados no português dialetal europeu (dados de 1900-2000) são diferentes dos constituintes interpolados do português antigo e médio porque há uma restrição significativa entre a possibilidade de elementos a serem interpolados, além de a quase totalidade dos elementos interpolados presentes em dados de fala do seu *corpus* serem interpretados como elementos dêiticos. Noto, na tabela acima, a significativa restrição dos elementos interpolados entre a gramática do português médio e a gramática dos séculos posteriores, assim como Magro (2007), mas observo, também, a similaridade entre todos os elementos interpolados diferentes do *não* dos séculos XVI, XVII e XVIII com os elementos interpolados nos textos oitocentistas e nos dados do português dialetal europeu.

A diferença da diversidade de constituintes interpolados no português médio e no português clássico faz com que, a partir do século XVI, esse tipo de interpolação já não seja um fenômeno “generalizado”. Entretanto, apesar da similaridade com os dados da interpolação dialetal europeia, a possibilidade desse fenômeno estar restrito a elementos dêiticos (MAGRO, 2007) precisa ser (re)analisada uma vez que, na proposta de Magro (2007), dois elementos interpolados, do século XVIII e do século XX, não se incluem nessa categoria<sup>126</sup>, assim como alguns constituintes existentes em textos do século XVI<sup>127</sup>. Desse modo, o estatuto do constituinte interpolado a partir do século XVI ainda precisa ser melhor investigado<sup>128</sup>.

Ademais, percebe-se que o constituinte interpolado presente em todos os séculos é o sujeito pronominal. Esse elemento é amplamente interpolado no português antigo e médio (MARTINS, 1994, p. 161), nos dados dos séculos XVI e XVII (NAMIUTI, 2008, p. 99), e é o

<sup>126</sup> Cf. nota 121.

<sup>127</sup> Esses elementos são os sintagmas preposicionais existentes nos textos do século XVI (Namiuti, 2008, p. 87).

<sup>128</sup> Cardoso, Andrade e Carneiro (submetido) investigaram a interpolação de elementos diferentes do *não* em peças teatrais portuguesas quinhentistas e seiscentistas e propuseram um novo estatuto para o elemento distinto do *não* interpolado no português europeu.

único elemento encontrado interpolado em sentenças do século XVIII, de textos portugueses e brasileiros. A presença significativa desses elementos tem sido um dos argumentos para considerar tais ocorrências ao longo do português clássico e em dados europeus do século XIX como resquícios do português médio (NAMIUTI, 2008, p. 110).

Entretanto, considerar os constituintes interpolados aqui apresentados como resquícios gramaticais do português médio seria pensar que tal gramática foi tão consistente no Brasil que deixou rastros até em textos oitocentistas, ou seja, quatro séculos após seu fim. E, nesta dissertação, argumento que não há, ao menos na sintaxe dos clíticos, a presença de uma sintaxe do português médio em textos brasileiros, o que vai de encontro à ideia de haver resquícios dessa fase gramatical capazes de permanecer nos textos do Brasil Colônia até o século XIX. Os sujeitos pronominais podem ser os únicos elementos interpolados encontrados no século XVIII pela presença de poucos dados, o que somente um trabalho com *corpora* maiores pode trazer novas contribuições sobre o assunto<sup>129</sup>.

Desse modo, é possível propor uma análise alternativa, aberta a investigações futuras, sobre a interpolação de elementos diferentes do *não* no português clássico: a mudança desse fenômeno pode ter ocorrido a partir de 1500, com o surgimento do português clássico nos textos, e pode ter passado a ser refletido mais expressamente no século XX em Portugal. Já no Brasil, esse fenômeno deixa resquícios em textos oitocentistas, período em que o português clássico ainda aparece competindo com mais duas gramáticas, e desaparece no século XX (LEMOS, 2019).

#### 5.4 OS CONTEXTOS DE COLOCAÇÃO CLÍTICA E O REQUERIMENTO FONOLÓGICO EM TEXTOS DO BRASIL COLÔNIA

Apesar de o *corpus* analisado nesta dissertação representar apenas as primeiras metades dos séculos XVII e XVIII e de mostrar a grande presença do PCI em escritos do Brasil Colônia, a presença da próclise nos contextos de variação da colocação clítica foi maior do que o comum à gramática clássica europeia, não confirmando a hipótese desenvolvida sobre a manutenção dos contextos variacionais<sup>130</sup>. Essa diferença mostra que, já nos primeiros séculos após o início da colonização portuguesa, a ambientação do português clássico em solo brasileiro se configurou de forma diferente da dinâmica dessa mesma gramática em território europeu. A

<sup>129</sup> Note também que os sujeitos pronominais são elementos curtos, assim como o *não*, que ainda se encontra interpolado em textos brasileiros do século XVIII. Esse é um dos aspectos a ser investigado em pesquisas futuras.

<sup>130</sup> Cf. seção 2.4 para ver as hipóteses e seção 4.1 para a sua verificação através dos dados obtidos nesta pesquisa.

análise mais elaborada desses contextos, feita nesta seção, pode contribuir para entender o processo de difusão do PCI no Brasil.

Os contextos de variação da colocação clítica sempre se mantiveram os mesmos ao longo da história do português. À exceção do português europeu, que tem, necessariamente, o uso da ênclise em sentenças declarativas afirmativas, e do português brasileiro, que tem o uso geral da próclise em todos os tipos de sentença (incluindo em sentenças V1), esses contextos sempre apresentaram variação na colocação dos clíticos nas fases gramaticais passadas do português, divergindo apenas quanto à frequência dessa variação, ora favorecendo a anteposição do clítico, ora favorecendo sua posposição.

Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 42), ao analisarem a colocação clítica em textos do português clássico, encontraram dois grupos de sentenças com distintos padrões. Em ambos os grupos, há a variação da colocação, mas a preferência por uma determinada colocação do clítico é diferente: no contexto I, a próclise é preferencial, e, no contexto II, a ênclise é majoritária e idiossincrática, sendo ligada a fatores outros, como questões prosódicas. A colocação dos clíticos do português clássico difundido no Brasil, nos textos analisados, tem as seguintes particularidades:

- i. restrição dos tipos de sentenças com presença de variação ênclise/próclise no contexto I;
- ii. preferência majoritária da próclise nas sentenças que integram o contexto II.

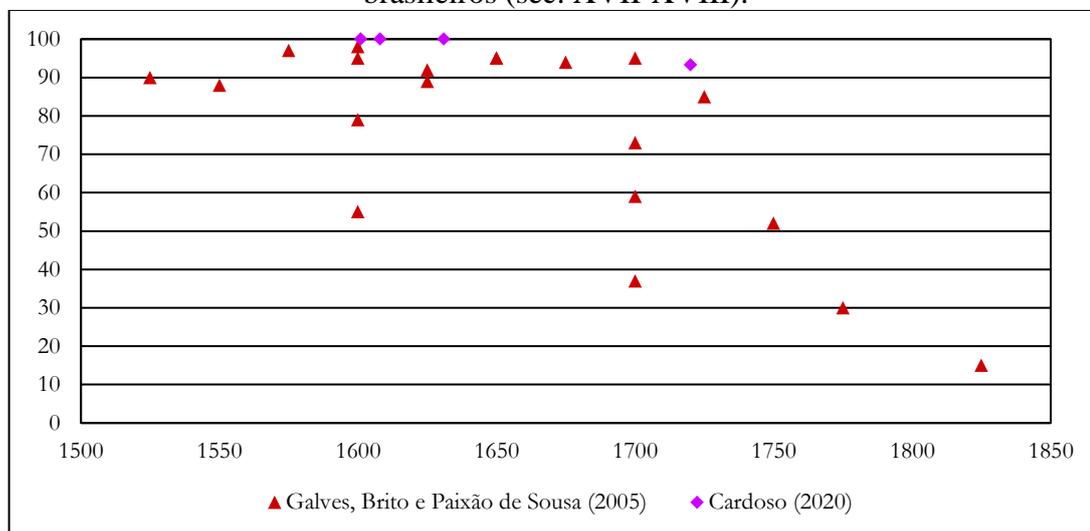
A primeira particularidade se refere ao contexto I, em que estão incluídas as sentenças cujo verbo está precedido por sujeito neutro, sintagmas preposicionais, sintagmas adverbiais e construções com tópico/foco marcado. Ao observar o clítico nesses tipos de sentença e, ao considerar os dados por autores e escreventes individualmente<sup>131</sup>, nota-se que a próclise categórica, encontrada em textos brasileiros do século XVII (100%), não é comum em autores portugueses do Corpus Tycho Brahe<sup>132</sup>. Já os dados de textos brasileiros do século XVIII se assemelham à porcentagem exibida nos escritores europeus seiscentistas, mas, diferentemente da colocação dos textos portugueses setecentistas, que passam a apresentar mais ocorrências de

<sup>131</sup> A sintaxe e a posição dos clíticos se apresentaram idênticas nos escreventes analisados. Entretanto, a fim de promover uma comparação mais efetiva com dados de textos portugueses, apresento, em alguns gráficos, os dados divididos por escreventes, considerando a data de nascimento.

<sup>132</sup> Martins (1994, p. 56) encontra 100% de próclise em textos notariais quinhentistas. Sobre esses dados, remeto o leitor à nota 110 desta dissertação.

ênclise, nos textos brasileiros do século XVIII ainda é mantida a preferência para a colocação pré-verbal do clítico.

Gráfico 02 – Próclise no contexto de variação I em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).

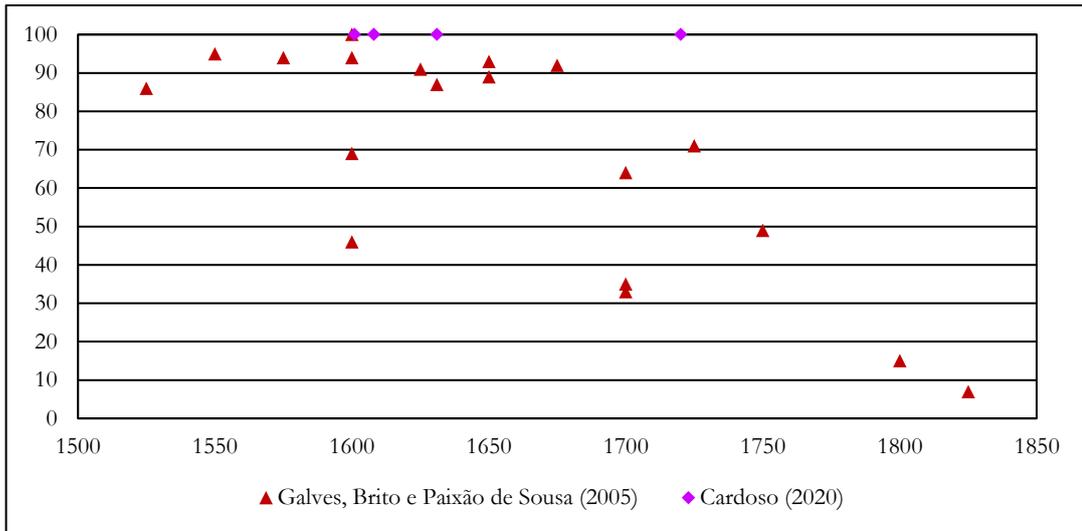


Fonte: autoria própria.

Vê-se que a próclise absoluta no contexto I em textos do século XVII é uma característica da dinâmica do português clássico na América Portuguesa nesse período. Além disso, a variação ênclise/próclise em escritos setecentistas do Brasil Colônia só é encontrada, nesse contexto, em sentenças com verbo precedido por sintagmas preposicionais e adverbiais. As sentenças com verbo precedido por sujeito neutro, em ambos os séculos estudados, apresentam próclise absoluta, sem variação na colocação clítica. Embora o clítico nesse tipo de sentença tenha sido majoritariamente anteposto ao verbo no português clássico, a variação era encontrada na quase totalidade dos autores portugueses nascidos no século XVI e XVII<sup>133</sup>.

Gráfico 03 – Próclise em sentenças com verbos precedidos por sujeitos neutros em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).

<sup>133</sup> Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 47) separam as sentenças com verbo precedido por sujeito que apresentam o pronome clítico “se” das sentenças com outros tipos de pronomes clíticos porque aquelas apresentam uma taxa maior de ênclise. Como essa diferença não foi notada em meu *corpus*, mantenho no Gráfico 3 todas as sentenças com verbo precedido por sujeito, sem diferenciar o tipo de pronome clítico.

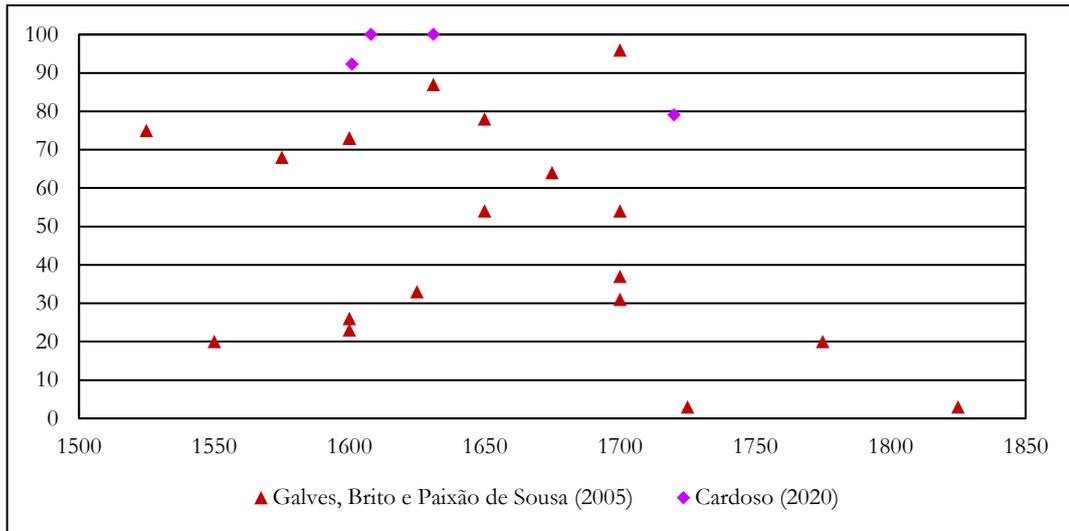


Fonte: autoria própria.

Nota-se que apesar de os textos portugueses do século XVIII já apresentarem uma queda acentuada do uso da próclise, em sentenças com verbos precedidos por sujeito neutro, essa colocação se mantém como preferencial em textos brasileiros de mesmo século. Para além disso, só foram encontrados dois casos de ênclise entre as 91 sentenças com verbo precedido por sintagma preposicional pertencentes ao século XVIII. Apenas em sentenças com verbo precedido por sintagma adverbial é que houve mais casos de variação ênclise/próclise, com oito sentenças com colocação pós-verbal do clítico. Desse modo, os dados apresentados nesta dissertação podem apontar que o contexto de variação I, no Brasil Colônia, podem não necessariamente exibir a mesma configuração dos textos clássicos portugueses.

A segunda particularidade quanto aos contextos variacionais nos textos brasileiros coloniais diz respeito à preferência pela próclise no contexto II de variação. Segundo Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 49), os clíticos pronominais apresentam uma colocação idiossincrática nesse contexto, com alta tendência para a ênclise mesmo no século XVI e sem uma correlação da colocação entre autores contemporâneos. Nos textos do Brasil Colônia, de ambos os séculos estudados, a próclise foi a colocação preferencial. O Gráfico 4 mostra a diferença da colocação clítica entre textos portugueses e brasileiros nas sentenças com verbo precedido por conjunção coordenativa.

Gráfico 04 – Próclise em sentenças com verbo precedido por conjunções coordenativas em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e textos brasileiros (séc. XVII-XVIII).



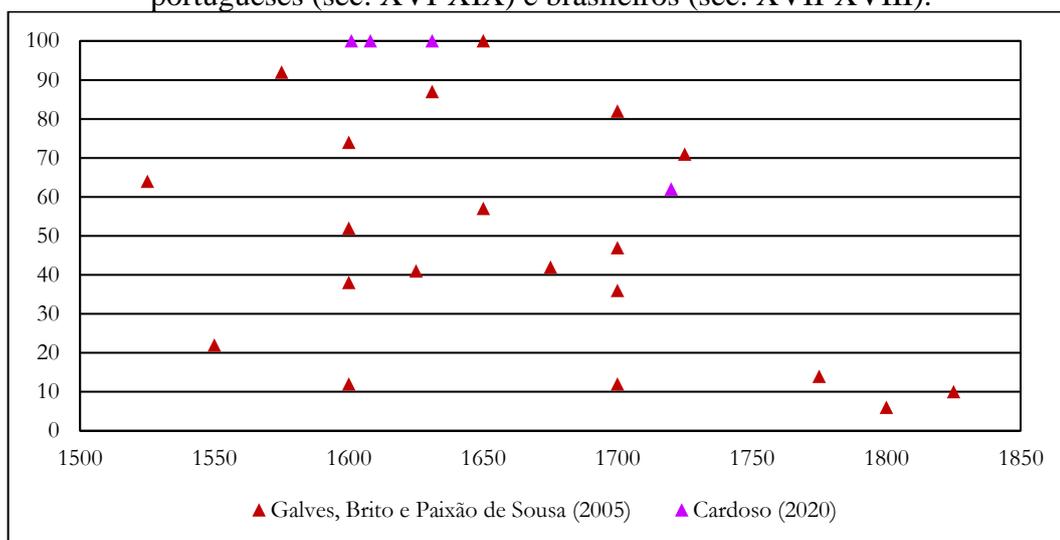
Fonte: autoria própria.

O gráfico mostra que, observando a sintaxe dos clítics de cada autor que compõem os *corpora* destacados, as taxas de próclise em sentenças com verbo precedido por conjunções coordenativas do século XVII dos textos brasileiros são maiores do que as taxas de próclise do mesmo período em textos de autores portugueses; o mesmo acontece com os textos brasileiros e portugueses do século XVIII. Como a ênclise, no português clássico, é causada pela posição inicial do verbo na sentença (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, p. 52), no caso das sentenças precedidas por conjunções coordenativas, a conjunção estaria em uma posição de adjunção (exemplo 237). Entretanto, os textos brasileiros coloniais apontam que essa construção sentencial já não é comumente atestada no português clássico usado pela elite colonial, sendo mais comum, nos textos, uma construção mais próxima do exemplo 238.

- ... # V-CI ...
237. Ao Escrivão Tavora se | não quiz elle abater aescrever, e acho lhe rasão  
 ... DFFCB-AGFCB-1754, f. 89v.
- ... # e CI-V ...
238. Recebo adeVossaMerce de 17doCorrente, elhe agradeço obsequio-| zissimamente (...)  
 DFFCB-AGFCB-1751, f. 25r.

A preferência pela próclise também é constante em sentenças com verbos precedidos por orações dependentes. Diferentemente do português clássico europeu, a próclise é absoluta em textos seiscentistas (100%) e preferencial nos escritos setecentistas (62%).

Gráfico 05 – Próclise em sentenças com verbo precedido por orações dependentes em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).



Fonte: autoria própria.

Nesse tipo de sentença, Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005, p. 51) e Galves e Sandalo (2012, p. 967), afirmam que a presença da ênclise no português clássico se relaciona com restrições prosódicas. Quanto maior prosodicamente é a sentença dependente, maior a probabilidade de constituir um constituinte prosódico separado e o clítico e o verbo ocupar a posição inicial de seu constituinte frásico, sendo necessário, pela restrição fonológica do português clássico, a presença da ênclise. Essa restrição fonológica só desaparece, na história do PE, no século XVIII, em que a ênclise se torna majoritária nos textos independentemente do tamanho do constituinte precedente ao verbo.

O alto índice de próclise nos contextos variacionais em textos brasileiros coloniais pode ser interpretado a partir de duas análises:

- i. a ausência de contextos desencadeadores de ênclise nos textos, já que no português clássico a colocação enclítica no contexto I de variação e nas sentenças com verbo precedido por sentenças dependentes, que integram o contexto II, está condicionada à posição do verbo no início da sentença no sentido prosódico;
- ii. indícios de uma possibilidade de mudança quanto à restrição fonológica do pronome clítico em início de sentença, que não inibe, no português brasileiro, a presença da próclise.

Conforme mencionado no capítulo 2 (seção 2.3.3), a presença da ênclise no PCI é restrita a contextos em que o verbo ocupa a primeira posição na sentença, tanto em sentenças V1 quanto em sentenças  $V \geq 2$ , nas quais o constituinte antecedente ao verbo, quando não licenciador de

próclise, se encontra em uma fronteira prosódica diferente do verbo. Assim, a primeira análise indicada acima está relacionada ao fato de que as sentenças proclíticas em meus dados podem estar em um contexto em que o verbo não ocupa a primeira posição prosódica da frase, não sendo, portanto, um ambiente em que a ênclise seria uma opção possível.

A segunda análise mencionada diz respeito à hipótese de que a restrição fonológica, presentes no PCI, estejam em processo de mudança na gramática de textos brasileiros. Como se sabe, o PB não apresenta tais restrições, havendo a presença da próclise em todos os contextos, incluindo contextos não variacionais na história do PE, como as sentenças V1 (CARNEIRO 2005; LEMOS, 2019; MARTINS, 2009). Essa análise indica a possibilidade de pequenas mudanças terem acontecido já a partir da aquisição do português como língua materna nas primeiras levas de indivíduos nascidos no Brasil, havendo, assim, pequenas pistas de mudanças gramaticais que antecederam a formação de uma nova gramática, o português brasileiro.

A confirmação de qualquer uma dessas duas análises exige uma investigação mais aprofundada, como o comprimento de orações dependentes pré-verbais no contexto de variação II (GALVES, SANDALO, 2012) e a posição do sujeito nas sentenças com clíticos (PAIXÃO DE SOUSA, 2004), a serem feitas posteriormente, após a edição semidiplomática e anotação sintática dos textos utilizados<sup>134</sup>. Entretanto, meu ponto de partida é a segunda análise (em que a grande presença da próclise nos textos representa indícios de mudança quanto à restrição fonológica dos clíticos), tanto com base na quantidade de próclise que o *corpus* utilizado apresenta nos dois contextos variacionais e nos dois períodos analisados (anos seiscentista e setecentista) quanto pela presença de próclise em sentenças V1 em textos não-literários e em início de versos de textos literários em trabalhos outros que analisaram a colocação clítica em textos brasileiros de mesmo período (CYRINO, 1994; CORÔA, em andamento).

Cyrino (1994, p. 183) ao analisar textos literários escritos por Gregório de Matos, poeta nascido na Bahia no século XVII, encontrou vários exemplos de clíticos em início de verso, posição em que a cliticização fonológica não seria possível (exemplos 239 e 240), embora início de verso não seja especificamente um contexto de V1. Para além disso, Corôa (em andamento) ao analisar textos não literários, escritos por brasileiros e portugueses nascidos nos períodos seiscentista e setecentista, encontrou, em textos brasileiros, sentenças proclíticas com o verbo em posição inicial (exemplo 241)<sup>135</sup>.

<sup>134</sup> O processo de edição e anotação já está em andamento (cf. Quadro 16 mais adiante).

<sup>135</sup> Os exemplos de próclise em sentenças V1 encontrados por Corôa (em andamento) correspondem a textos escritos por Rui Carvalho Pinheiro, um dos escreventes do meu *corpus*. A autora, entretanto, encontrou tais

239. Todos estão com saúde/ Me disse o crioulo esquivo/ Um tanto triste de cara/ Pouco alegre de focinho.  
Gregório de Matos, Cyrino (1994, p. 184).
240. Em casa deste escrivão/ Me criei com tal regalo/ Que os demais gatos de casa/ Eram comigo uns bichanos.  
Gregório de Matos, séc. XVII, Cyrino (1994, p. 184).
241. A nossa obrigação ao serviço de Vossa Alteza é a de procurar o bem comum desta República da Bahia. Nos leva por esta aos reais pés de Vossa Alteza a representar o prejuízo que se seguem de se irem fundando e fazendo pela terra dentro muitos engenhos de açúcares (...)  
Rui de Carvalho Pinheiro, séc. XVII, Corôa (em andamento).

A colocação proclítica em sentenças V1 é considerada uma inovação da gramática brasileira. Porém, a presença desse dado nos textos é escassa e pouco comum: para o século XIX, apenas nos dados obtidos por Carneiro (2005), oriundos de 500 cartas brasileiras, foi possível encontrar esse tipo de construção sintática, sendo mais comum em textos escritos no século XX (MARTINS, 2009; LEMOS, 2019)<sup>136</sup>. Assim, a presença desses dados em textos brasileiros seiscentistas, literários e não literários, pode representar indícios de uma mudança na cliticização fonológica que teria ocorrido já na gramática de indivíduos nascidos no Brasil já no período seiscentista.

Considerando a raridade desses dados, a ausência de dados semelhantes em meu *corpus* se deve, provavelmente, à pouca quantidade de sentenças nesse contexto (cf. capítulo 3). Entretanto, tendo em vista os dados obtidos pelos trabalhos acima mencionados e considerando a grande presença da próclise em contextos variacionais que meus dados exibiram, é possível propor a hipótese de que a cliticização fonológica no português já estivesse passando por adaptações em solo brasileiro no século XVII e que esse processo inicialmente seja mais transparente, nos textos coloniais brasileiros, no contexto II de variação (em que, no português europeu, sempre houve uma tendência maior à ênclise). A próclise em sentenças com verbo em posição inicial absoluta apareceria em determinados manuscritos, assim como acontece em textos oitocentistas (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992). Embora isso não signifique necessariamente o surgimento uma nova gramática do português no período

---

sentenças nas cartas escritas por tal escrevente enquanto que, em meu *corpus*, analiso apenas as atas escritas por ele, as quais só possuem uma sentença em contexto V1, inibindo, portanto, o aparecimento desse dado, não por não fazer parte da gramática do escrevente, mas por esse não ser um contexto comum à escrita das atas. Corôa (em andamento) encontrou 51% e 45% de próclise em sentenças V1 em textos de brasileiros nascidos entre 1600-1649 e 1649-1699, respectivamente.

<sup>136</sup> Martins (2009) analisou a colocação clítica em peças teatrais oitocentistas e novecentistas, mas não encontrou dados de próclise em sentenças V1 no século XIX.

seiscentista, indica que o processo de formação do português brasileiro, em se tratando da ordem dos clíticos pronominais, pode ter passado por etapas diferentes e particulares, que precisam ser analisadas cuidadosamente.

## 5.5 PERCURSO DAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS NO BRASIL E EM PORTUGAL A PARTIR DE 1600

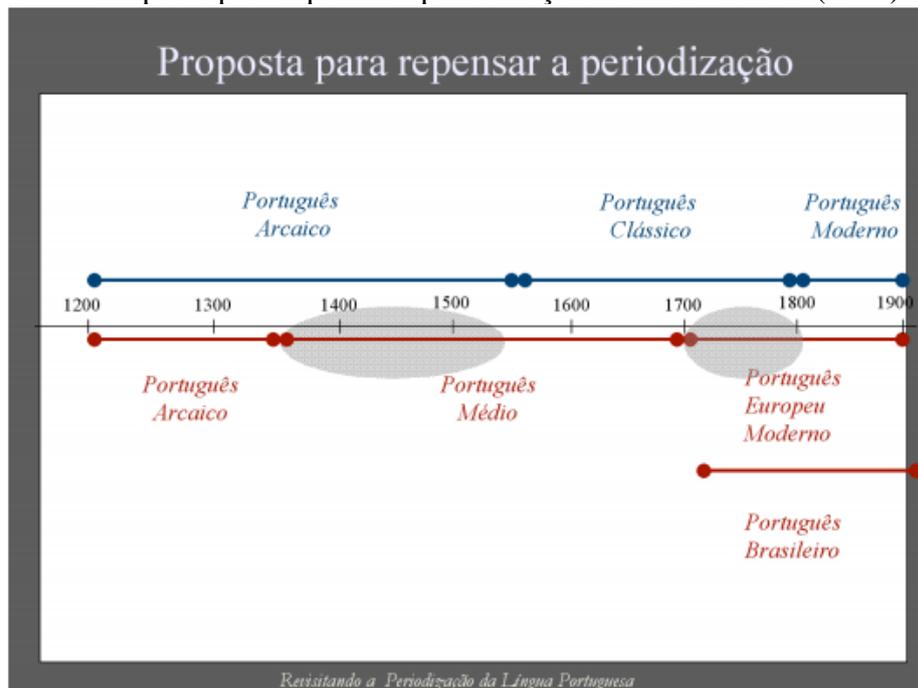
O percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil foi marcado por distintas particularidades. A partir do século XVI, momento em que o português alcança o continente americano, as gramáticas portuguesas passam por situações linguísticas específicas em cada território, condicionando, provavelmente, seus diferentes processos de formação aquém e além-mar.

Os estudos sobre a sintaxe dos clíticos em textos portugueses (MARTINS, 1994; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES, 2007; GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SAOUSA, 2006; NAMIUTI, 2008) permitiram a construção de diversas propostas acerca dos possíveis percursos das gramáticas portuguesas em território europeu, cujas diferenças variam a partir do ponto de vista adotado por cada autor<sup>137</sup>. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) e Galves (2007) foram as que primeiro buscaram associar a sua proposta de periodização do PE às origens do PB, na tentativa de traçar um percurso comparativo entre as duas gramáticas. Na Figura 7, feita pelas autoras, a linha em azul representa a proposta tradicional sobre o português europeu e a linha em vermelho representa a proposta das autoras de periodização para essa gramática, além da delimitação do possível período de inflexão do PB.

---

<sup>137</sup> As distintas propostas de periodização do português europeu e suas motivações foram explicitadas na seção 2.1.1.

Figura 07 – Proposta para repensar a periodização do PE de Galves (2007).



Fonte: Galves (2007, p. 525).

Na periodização proposta para o PE por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) e Galves (2007 – que não é adotada nesta dissertação (cf. seção 1.1.1) – o percurso da gramática portuguesa em Portugal é delimitado a fim de explicitar sua história no continente europeu e, paralelamente, compreender melhor a formação do português brasileiro, delimitando a gramática do “português das caravelas”. A inflexão para o PB, a partir do século XVIII, foi delimitada com base na descrição de traços fonéticos e no uso de pronomes de tratamento (como o *você*) de maneira diferente dos colonos recém-chegados ao Brasil no período setecentista (OLIVEIRA, 2001), nas evidências da emergência de uma gramática brasileira em textos do século XVIII (PAGOTTO, 1992) e no aparecimento do PB já no começo do século XIX (CARNEIRO, 2005)<sup>138</sup>.

Nesta dissertação, não propus uma tentativa de especificação acerca do período de inflexão do PB, em virtude das limitações do *corpus*, como a pouca quantidade de escreventes para o século XVIII e a representatividade dos manuscritos apenas para a primeira metade desse período. Logo, em consonância com Galves (2007) e com Mattos e Silva (2004) – que propôs

<sup>138</sup> Na proposta das autoras, o português médio, para o percurso do PE, foi delimitado com base na competição de gramáticas discutida por Kroch (1994) e nos resultados obtidos através dos estudos linguísticos realizados até então a partir do Corpus Tycho Brahe (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; PAIXÃO DE SOUSA, 2004), que mostravam uma estabilização da gramática do português médio em meados do século XVI. Não é essa concepção de português médio, entretanto, que utilizo nesta dissertação (cf. seção 1.1.1)

a inflexão do PB com base em fatos sócio-históricos –, mantenho a possibilidade de inflexão do PB para o período setecentista, estando de acordo com os argumentos por elas utilizados<sup>139</sup>. As contribuições desta dissertação para a comparação entre o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil<sup>140</sup> envolvem outros aspectos, os quais estão listados a seguir:

- i. a compreensão sobre qual gramática portuguesa era utilizada nos escritos dos indivíduos nascidos no Brasil pertencentes à elite colonial, na tentativa de entender melhor o português usado em território brasileiro por essa elite nos séculos XVII e XVIII e de contribuir com evidências que possam ajudar a responder à questão de Ribeiro (2015[1998], p. 41): “o português brasileiro mudou em relação a que gramática?”;
- ii. a associação dos resultados obtidos através do item i. com os resultados obtidos por pesquisas anteriores sobre o português no/do Brasil nos séculos XIX e XX (CARNEIRO, 2005; LEMOS, 2019; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999), a fim de vislumbrar o possível percurso das gramáticas portuguesas no Brasil e contrapor tais resultados com o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal.

O primeiro aspecto envolve o estudo linguístico aqui realizado sobre a sintaxe dos clíticos em textos brasileiros coloniais da primeira metade dos séculos XVII e XVIII. A interpolação e a ordem dos clíticos nos textos do Brasil Colônia analisados mostram evidências de que foi a gramática do português clássico uma das bases linguísticas para a formação do PB. Os dados, entretanto, também apontaram para o aumento quantitativo de traços dessa gramática no século XVII e sua manutenção até início do século XVIII, em contraponto com o percurso gramatical do PE, que já apresentava o desaparecimento do PCI no início do período setecentista, dando lugar ao português europeu que surgia nos textos. A comparação do fenômeno da interpolação do *não* e da próclise em contexto variacional entre textos portugueses e brasileiros demonstram essa configuração, como será mostrado nos gráficos a seguir.

A interpolação do *não* em sentenças matrizes e dependentes é a preferência dos escreventes que compõem o *corpus* desta pesquisa, tanto para a primeira metade do século XVII quanto para a segunda metade do século XVIII. Observando os dados agrupados por período temporal de 50 anos, os textos brasileiros, representativos da primeira metade do século XVII,

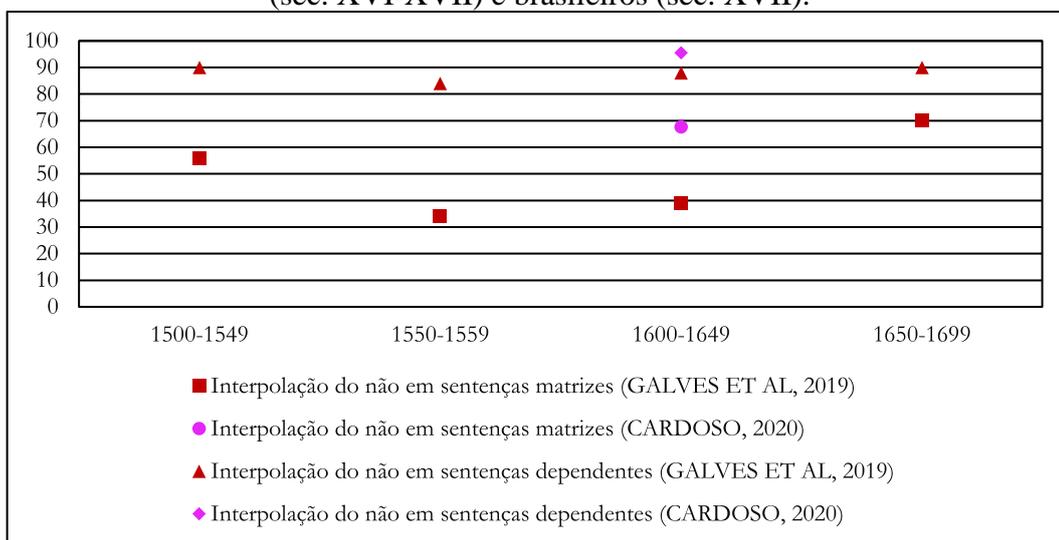
---

<sup>139</sup> Entretanto, retardo a possibilidade de seu surgimento para meados do século XVIII, em virtude de, nos dados obtidos nesta pesquisa, não serem encontrados, ao menos no início desse século, traços de uma gramática essencialmente brasileira.

<sup>140</sup> A tentativa de delimitação do percurso da gramática portuguesa no Brasil **não** é uma proposta de periodização do português brasileiro, pois para isso seria necessária uma investigação profunda sobre o multilinguismo generalizado existente no Brasil Colônia. Proponho apenas uma visualização sobre o percurso das gramáticas brasileiras em solo brasileiro, ciente de que tal proposta contempla uma pequena parte da história do PB.

apresentam, nos dois contextos mencionados (orações matrizes e dependentes), maiores taxas de ocorrência da interpolação do que em textos portugueses do Corpus Tycho Brahe do mesmo período, apontando o aumento de traços do português clássico em território brasileiro.

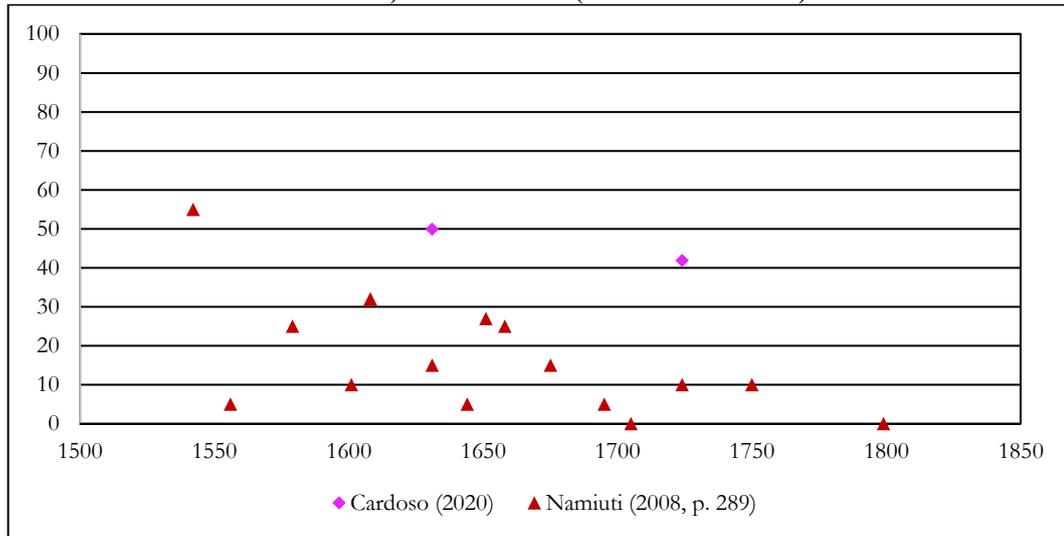
Gráfico 06 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes e dependentes em textos portugueses (séc. XVI-XVII) e brasileiros (séc. XVII).



Fonte: autoria própria.

Além disso, o século XVIII é marcado, na história do PE, como uma fase de mudança de gramáticas. Nesse período, a interpolação do *não* em contextos de sentenças matrizes neutras – característica do português clássico – passa a ocorrer em porcentagem menor que no século anterior, desaparecendo já no início do século XVIII. Em textos brasileiros, porém, a interpolação do *não* nessas sentenças ainda continua em alta (41,9%), mesmo apresentando uma queda em relação à primeira metade do século XVII (49,9% de ocorrência). Os dados apresentados no Gráfico 7 estão divididos por autor para os textos portugueses e agrupados por período temporal para os textos brasileiros.

Gráfico 07 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).



Fonte: autoria própria.

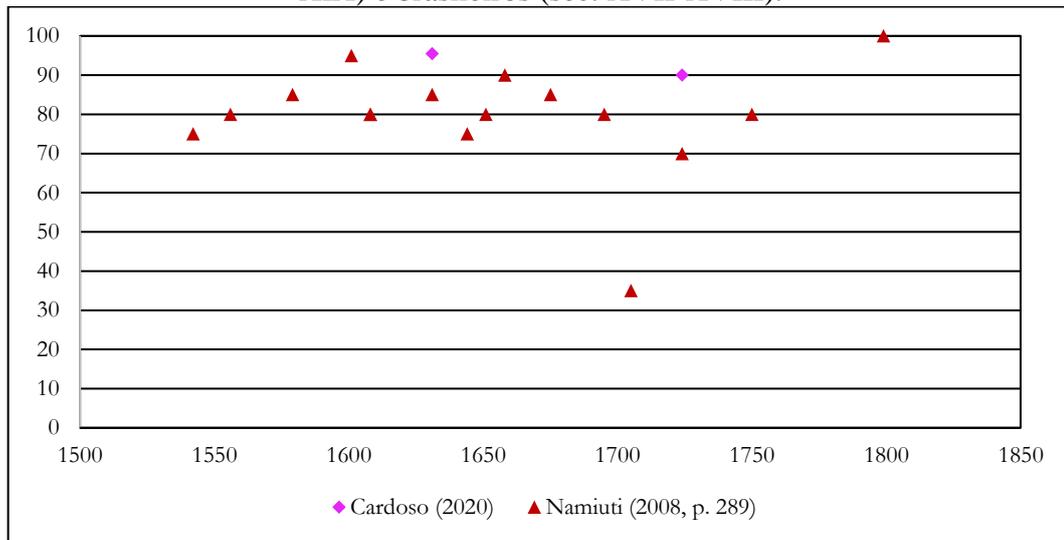
Desse modo, ao menos até o início da primeira metade do século XVIII e ao menos nos textos do indivíduo estudado<sup>141</sup>, presume-se que o português clássico ainda se manteve estável. Apesar de haver uma queda da porcentagem de ocorrência da interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras do início do século XVII para o início do século XVIII, esse fenômeno ainda aparece nos textos, em contraposição à gramática europeia, que já começava os processos de mudança do português clássico para o português europeu e de desaparecimento do PCI, em que a interpolação do *não* não é mais atestada nesse contexto<sup>142</sup>.

Uma outra evidência para a manutenção do PCI ainda no século XVIII no Brasil Colônia é a interpolação do *não* em sentenças dependentes, que se mantém estável (90%), com uma redução em comparação a textos brasileiros do século anterior (95%). Os dados apresentados no Gráfico 8 estão divididos por autor para os textos portugueses e agrupados por período temporal para os textos brasileiros.

<sup>141</sup> As ressalvas sobre essa questão foram feitas na seção 5.1

<sup>142</sup> A presença de único escrevente para o século XVIII, nascido aproximadamente na década de 1720, pode influenciar o resultado ainda expressivo desse fenômeno nos textos brasileiros, sobretudo o caráter menos formal de seus manuscritos. Apesar disso, nota-se que, ao menos nos primeiros vinte anos do século XVIII, esse fenômeno ainda aparecia em gramáticas individuais, com leve tendência ao desaparecimento, mas de forma diferente do grau de mudança já atestado no português europeu no mesmo período.

Gráfico 8 – Interpolação do *não* em sentenças dependentes em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).

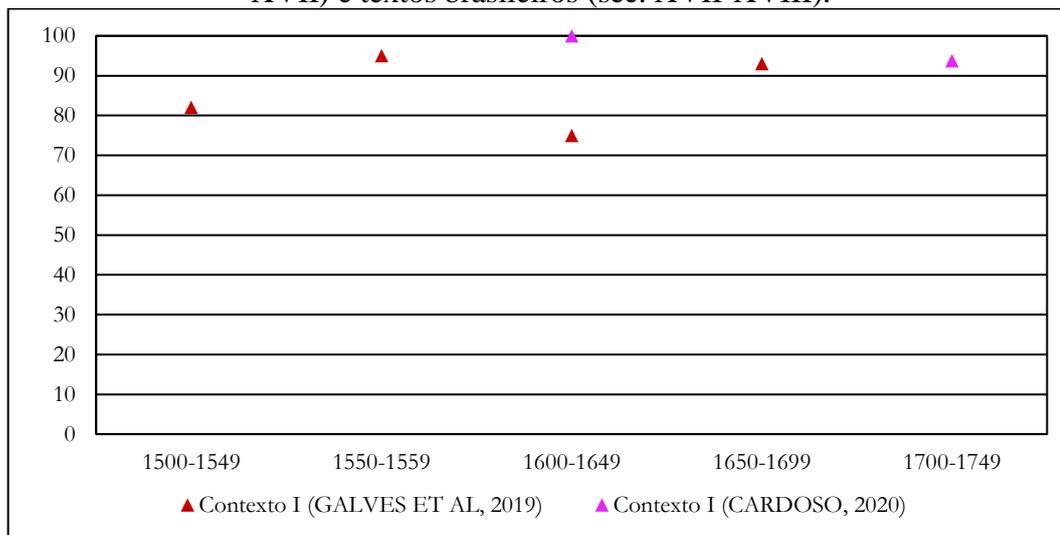


Fonte: autoria própria.

Apesar de nesse contexto ainda continuar ocorrendo a interpolação do *não* em textos europeus do século XVIII, com uma taxa entre 70% e 80%, os dados brasileiros apresentam porcentagem superior (90%). Ademais, esse fenômeno não é típico da gramática do PB moderno, pois notam-se ocorrências raras dele em textos brasileiros do século XIX (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009), o que prova que, ao menos até 1720 (período de nascimento do escrevente setecentista do *corpus* brasileiro colonial utilizado), e ao menos em gramáticas individuais, o português clássico perdurava no Brasil Colônia.

Com a colocação dos clíticos observa-se processo semelhante. A colocação pré-verbal, opção majoritária em contextos neutros no português clássico, também é preferencial em textos brasileiros. Em textos brasileiros, a preferência por essa colocação, entretanto, ultrapassa o século XVII e se mantém no século XVIII, período em que já há uma mudança na colocação clítica em textos portugueses. Os dados a seguir se referem ao contexto I e estão, para os textos portugueses e brasileiros, agrupados por 50 anos.

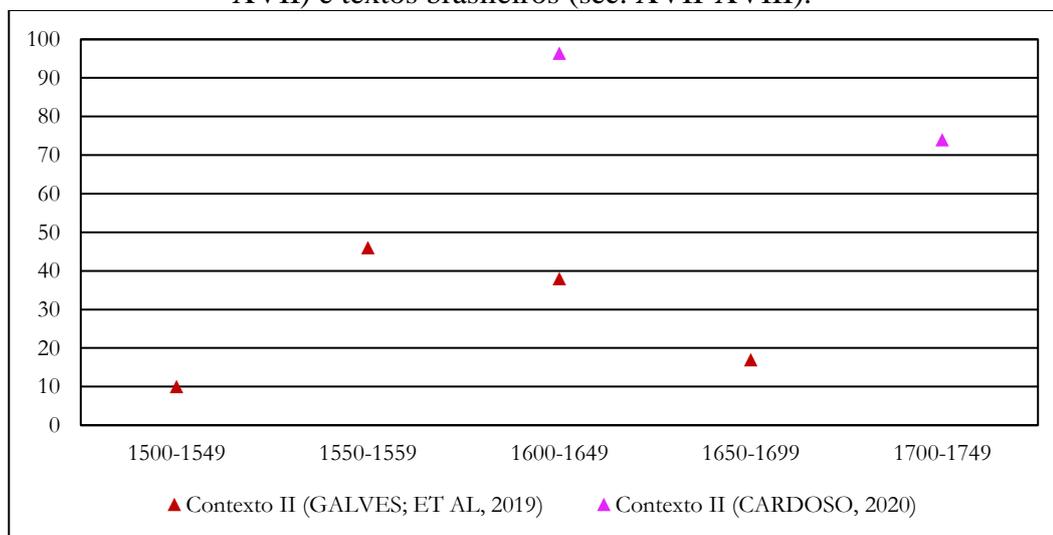
Gráfico 09 – Próclise no contexto I de colocação clítica de textos portugueses (séc. XVI-XVII) e textos brasileiros (séc. XVII-XVIII).



Fonte: autoria própria.

No contexto I, pode-se notar a próclise absoluta presente na primeira metade do século XVII em textos brasileiros, como mencionado na seção anterior (seção 4.4), diferenciando-se de textos portugueses de mesmo período, que mesmo com a preferência pela próclise, ainda apresentam variação. Já no contexto II, como aponta o Gráfico 10, há, nos textos brasileiros, elevadas porcentagens de próclise desde o século XVII, em contraste com o PE, que apresentou um número maior de ênclise desde o início do período quinhentista. Os dados separados por período temporal de 50 anos.

Gráfico 10 – Próclise no contexto II de colocação clítica de textos portugueses (séc. XVI-XVII) e textos brasileiros (séc. XVII-XVIII).



Fonte: autoria própria.

Assim, quanto ao segundo aspecto mencionado – a compreensão sobre qual gramática portuguesa era utilizada nos escritos dos indivíduos nascidos no Brasil pertencentes à elite colonial – os resultados apresentados nesta dissertação apontam para o uso frequente do português clássico em textos brasileiros coloniais, representativos, por data de nascimento, da primeira metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII, o que configura a manutenção dessa gramática em solo brasileiro por mais tempo do que em solo europeu.

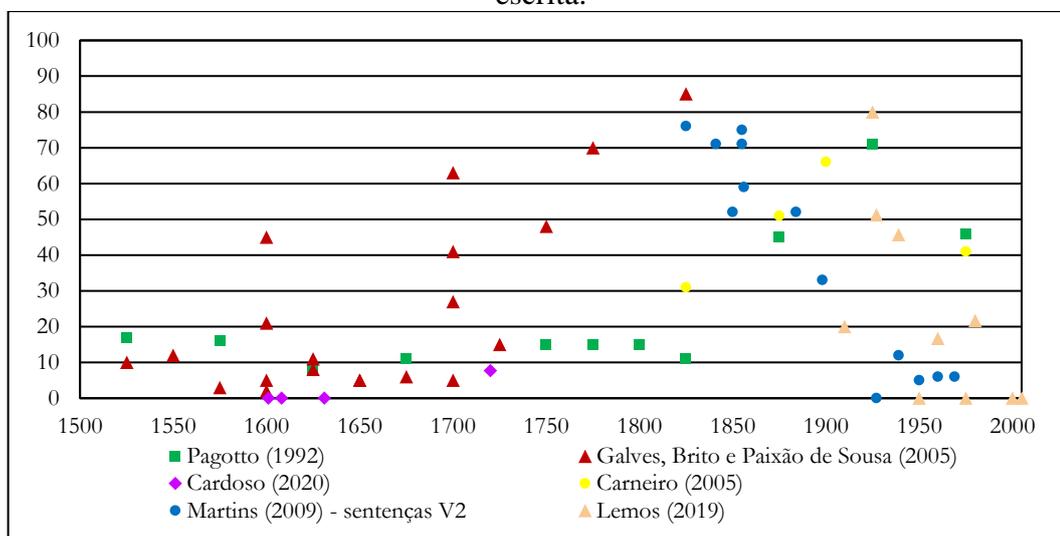
Quanto ao terceiro aspecto – a associação dos resultados obtidos neste trabalho face àqueles obtidos por pesquisas anteriores sobre o português no Brasil nos séculos XIX e XX (CARNEIRO, 2005; LEMOS, 2019; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999) –, ao longo desta dissertação foi possível, também, vislumbrar um panorama sobre o percurso das gramáticas portuguesas em território brasileiro. As pesquisas citadas sobre o português no Brasil do período oitocentista e novecentista validam meus resultados a respeito da manutenção do PCI no Brasil, pois encontram resquícios do português clássico ainda no século XIX, mas também mostram uma particularidade frente ao percurso do português no PE: a “transplantação” da gramática do PE para o território brasileiro, a partir do período oitocentista.

Segundo as pesquisas supracitadas, o PE aparece em textos do Brasil com aproximadamente cem anos de atraso em relação a seu surgimento em textos portugueses (CARNEIRO, 2005; GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005), atestando a influência do contato linguístico com imigrantes portugueses chegados a partir do século XIX e da avaliação social gerada pelos indivíduos da época sobre as gramáticas, os quais conferiram prestígio à norma europeia e passaram a utilizá-la nos textos escritos<sup>143</sup>. Comparando os estudos mencionados sobre o português em textos brasileiros oitocentistas e novecentistas com os meus dados e os dados a respeito da história do português europeu, o seguinte cenário, a respeito da colocação clítica no contexto de variação I, pode ser observado:

---

<sup>143</sup> A presença do PE em textos brasileiros a partir do século XIX é comumente associada à chegada da corte imperial portuguesa ao Rio de Janeiro. Entretanto, houve mais imigrantes portugueses – e não só a família real – que se espalharam pelo Brasil, disseminando sua gramática para uma grande extensão territorial, de forma que há possibilidades de tais dados não terem alcançado somente a escrita, mas também os dados de fala de determinados indivíduos, sobretudo os descendentes desses portugueses ou da elite brasileira do período. Uma prova disso é a presença dessa gramática em escritos do século XX, mesmo dos menos escolarizados (LEMOS, 2019).

Gráfico 11 – Ênclise no contexto de variação I em dados de textos portugueses de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), e em textos brasileiros de Cardoso (2020), Martins (2009), por data de nascimento, e Carneiro (2005), Pagotto (1992) e Lemos (2019), por data de escrita.



Fonte: autoria própria.

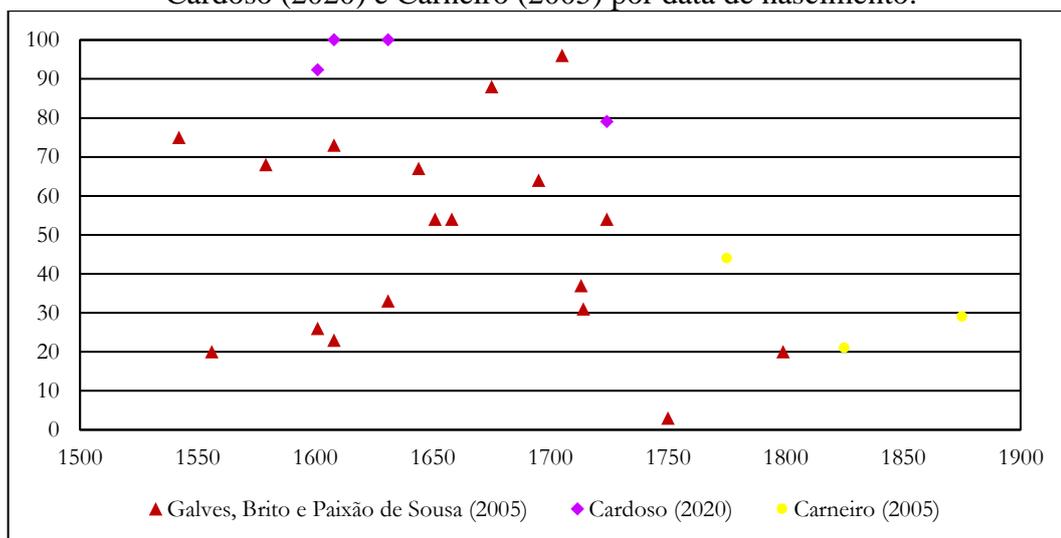
A ênclise, que alcançava níveis quase nulos no Brasil Colônia, tende a aumentar gradativamente no Brasil a partir do início do século XIX, considerando a data de produção dos textos escritos nesse período, não compatível com o que ocorre em séculos anteriores. Esse aumento de ênclise é oriundo de uma competição de gramáticas envolvendo o português clássico, o português europeu e o português brasileiro, que começa a se refletir, nos textos, a partir do século XIX nos dados de Carneiro (2005), Martins (2009) e Pagotto (1992, 1999). A ênclise só volta a atingir níveis próximos a 0%, no Brasil, no início do século XX, tanto nas peças teatrais analisadas por Martins (2009), quanto nas cartas do sertão baiano estudadas por Lemos (2019). Note que a ênclise que aparece nos textos brasileiros a partir do período oitocentista, começa a aparecer, em textos portugueses, no início do século anterior, com uma queda brusca da colocação pré-verbal do clítico.

Ao observar a próclise no contexto de variação II, nota-se que, nas sentenças com verbo precedido por conjunções coordenativas, como se vê no Gráfico 12 abaixo, a próclise ocorre em grande frequência no período colonial em textos brasileiros, e se apresenta em baixo número de ocorrência em textos brasileiros do século XIX, aparentando um acréscimo novamente a partir do final desse período<sup>144</sup>. O padrão da colocação em textos brasileiros, nesse ambiente, parece ser mais uniforme que em textos portugueses, os quais apresentam uma taxa de variação

<sup>144</sup> Não foi possível incluir mais dados de pesquisas com textos brasileiros, principalmente do século XX, porque tais pesquisas, como a de Lemos (2019), não utilizam os mesmos contextos de variação ou não analisam esse contexto.

idiosincrática até o início do século XVIII. No Gráfico 12, os meus dados e os dados de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) estão separados por escritores e os dados de Carneiro (2005), por período temporal:

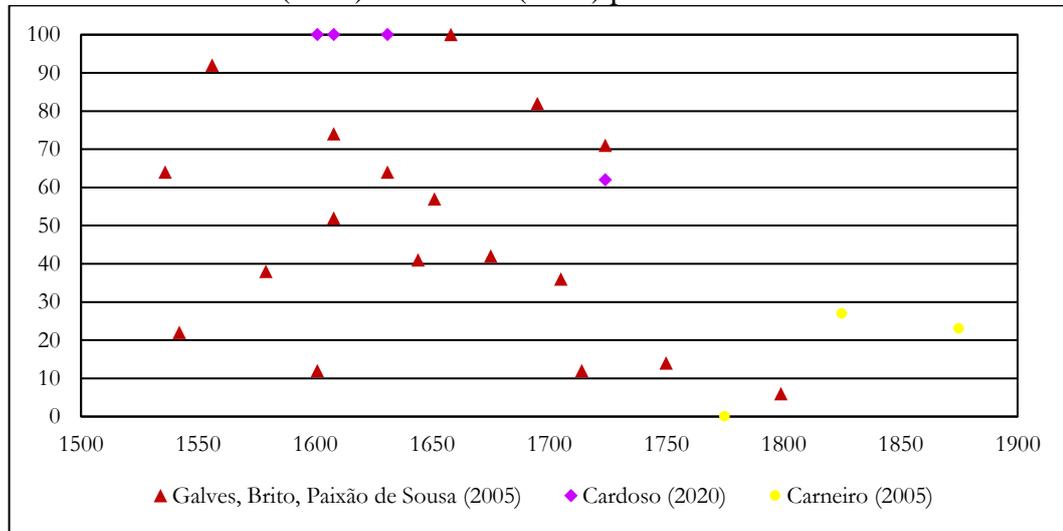
Gráfico 12 – Próclise em orações com verbo precedido por conjunção coordenativa em dados de textos portugueses de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) e em textos brasileiros de Cardoso (2020) e Carneiro (2005) por data de nascimento.



Fonte: autoria própria.

O mesmo cenário é visto com as sentenças cujo verbo é precedido por orações dependentes, que também compõem o contexto II de variação. Os dados brasileiros do início do século XIX analisados por Carneiro (2005) apresentam baixas taxas de próclise, em contraste com os dados do período colonial brasileiro analisados que alcançavam 100% e 60% de próclise nos séculos XVII e XVIII. Em textos portugueses até o século XVIII, a variação ênclise/próclise, com tendência à ênclise, era mais expressiva. Os dados de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) e os meus dados estão separados por escritores e os dados de Carneiro (2005), por período temporal.

Gráfico 13 – Próclise em orações com verbo precedido por orações dependentes em dados de textos portugueses de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) e em textos brasileiros de Cardoso (2020) e Carneiro (2005) por data de nascimento.



Fonte: autoria própria.

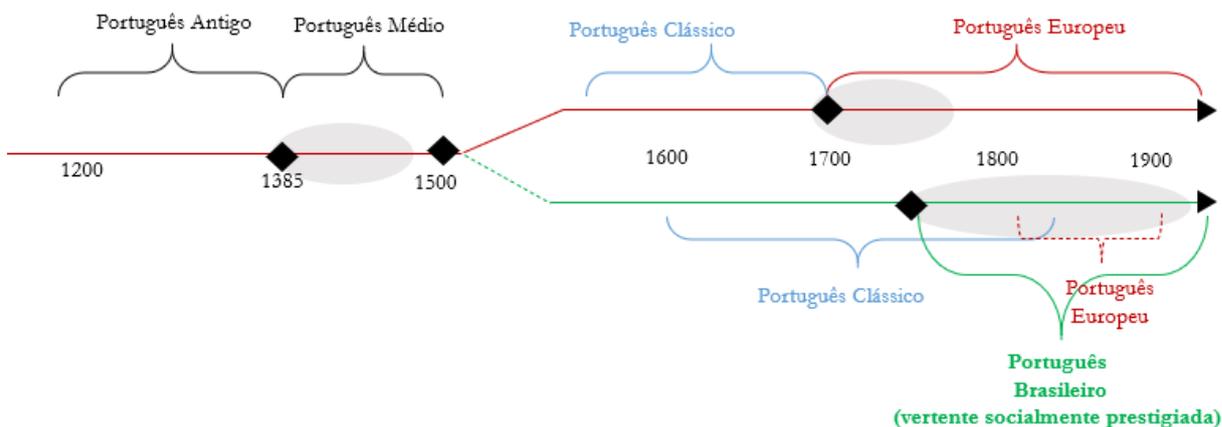
Para Carneiro (2005, p. 204) “há evidências de que os brasileiros do século XIX de fato falavam como os brasileiros de hoje, mas tentavam reproduzir as gramáticas portuguesas que lhes serviam de norma”. Essa reprodução é confirmada a partir do contraste que se dá entre a gramática usada nos textos coloniais brasileiros nos séculos XVII e XVIII e a gramática encontrada nos textos brasileiros do século XIX, com uma mudança grande em relação ao uso da próclise no contexto variacional I, o qual só volta a crescer em textos do século XX, período em que a gramática brasileira já é mais transparente nos textos e a reprodução da norma europeia se torna cada vez menos frequente, sobretudo pela disseminação natural e inconsciente da gramática do PB.

Portanto, ao observar as particularidades apontadas acima no percurso das gramáticas portuguesas no Brasil em comparação a Portugal, notam-se as seguintes diferenças:

- i. a manutenção do PCI até o século XIX no Brasil (ANDRADE, CARNEIRO, 2014; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999), em contraste com a história do português europeu, em que há indícios do desaparecimento dessa gramática já no século XVIII (GALVES, BRITO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005);
- ii. o aparecimento do PE, a partir do século XIX, na história do português brasileiro (ANDRADE, CARNEIRO, 2014; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999).

Desse modo, o cenário comparativo entre o possível percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil (para a vertente socialmente prestigiada do PB) pode ser vislumbrado conforme a Figura 8. Considere a linha vermelha para o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e a linha verde para o percurso das gramáticas do português no Brasil. A linha tracejada indica a “transplantação” das gramáticas no território brasileiro, motivada por pressões externas, que ocorre em dois momentos: no século XVI e no século XIX (RIBEIRO, 2015[1998]).

Figura 08 – Possível percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil, com base em Martins (1994), Andrade e Carneiro (2014), Cardoso (2020), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010), Cintra (CASTRO, 1999), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), Galves (2007), Lemos (2019), Martins (2009) e Pagotto (1992, 1999)<sup>145</sup>.



Fonte: autoria própria.

A figura acima **não** deve ser compreendida como uma periodização do português brasileiro, pois se restringe a capturar o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil, deixando de lado, por limitações de *corpus* e pela necessidade de recorte do objeto de pesquisa, o multilinguismo generalizado existente no Brasil Colônia e enfoca unicamente a face portuguesa da constituição do português brasileiro, considerando a aquisição do português como língua materna. Para propor uma periodização do português brasileiro, como faz Pessoa (2003), Lobo (2003), Noll (2008), Lucchesi (2017), entre outros, seria necessária uma investigação extensa e profunda sobre o cenário linguístico colonial como um todo – as

<sup>145</sup> O percurso da vertente não prestigiada do português brasileiro ainda é um trabalho a ser feito, envolvendo tantos dados linguísticos quanto sócio-históricos (MATTOS E SILVA, 2004). O CE-DOHS tem buscado atender a essa agenda, através de pesquisas sincrônicas (na via de estudo do presente ao passado), como a de Santiago (2012), Brito (2019), Lemos (2019), Santos (2019) e Santos (2019), e pesquisas diacrônicas, com estudos sobre a escrita de mamelucos no Brasil Colonial (ARAUJO; CARNEIRO; LACERDA, 2018).

gramáticas indígenas e africanas, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro convivendo ao mesmo tempo e sendo maioria no contexto multilíngue generalizado – abrangendo enfoques sócio-históricos e linguísticos (aquisição de L2), que foge do escopo alcançado nesta dissertação<sup>146</sup>.

Entretanto, embora o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil não contemple a maioria da história da formação do PB, ao menos aponta importantes considerações sobre a história dessa gramática em comparação com a história do português em Portugal. Ao observar a figura, nota-se que ambas as histórias – do PE e do PB – passam por um período de competição de gramáticas, em épocas distintas: no PE, acontece no começo do século XVIII, e no PB, no fim desse mesmo período e início do século XIX (considerando a data de nascimento dos escreventes, cf. CARNEIRO, 2005). A competição de gramáticas que ocorre no Brasil, entretanto, se diferencia daquela encontrada em Portugal, não só pelo período em que surge, mas também pela motivação e pela dinâmica das gramáticas envolvidas na formação do PB (ANDRADE, CARNEIRO, 2014; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999).

O primeiro processo da competição é provavelmente influenciado pela competição do português clássico com o português brasileiro que, segundo pesquisas linguísticas e sócio-históricas (GALVES, 2007; MATTOS E SILVA, 2004) – ainda incipientes, mas significativas –, começa a surgir nos textos a partir do século XVIII. Essa competição é semelhante à competição entre o PCI e o PE que surge em Portugal no início do século XVIII, pois é provocada pela emergência, a partir de um processo de aquisição de língua, de uma nova gramática. A diferença está na duração desse processo de competição: enquanto, em Portugal, a competição PCI x PE desaparece no final do século XVIII, a competição PCI x PB, no Brasil, se estende até meados do século XIX (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999), sendo, portanto, um processo mais demorado, ao menos nos textos.

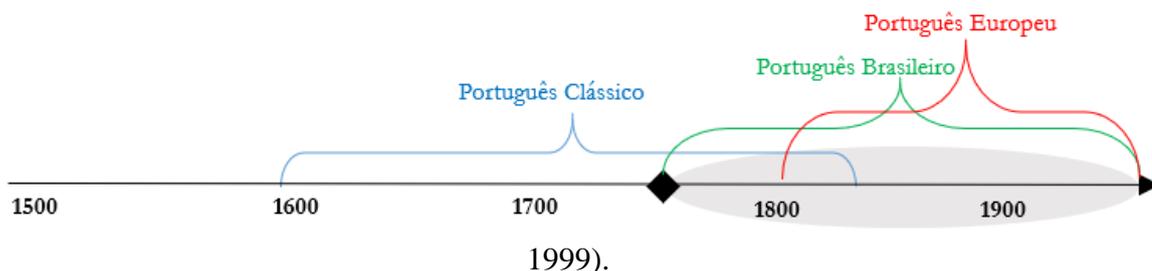
---

<sup>146</sup> O CE-DOHS, grupo de pesquisa de que faço parte, tem se empenhado na compreensão sobre a formação do PB, juntamente com outros grupos de pesquisa, como o PROHPOR (Programa Para a História da Língua Portuguesa, cf. <https://www.prohpor.org/>) e o PHPB (Projeto Para a História do Português Brasileiro, cf. <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>). O CE-DOHS entrou recentemente em uma nova fase de pesquisa – na qual esta dissertação se inclui –, recuando os estudos para o Brasil Colônia e tentando ao máximo contar a história das duas faces do português brasileiro, a prestigiada e a não prestigiada, através de investigações sócio-históricas e de documentos escassos e raros, escritos e/ou assinados por indivíduos que tiveram uma aquisição do português como língua segunda ou língua terceira, tarefa já iniciada por Carneiro e Lacerda (2017). Estão em andamento teses de doutorado de Rosana Carvalho Brito, Elane Santos e Santos e Maiara da Silva Lemos e dissertações de mestrado de Marcia Santos Souza e Emília Carneiro dos Santos, com edição de documentos brasileiros coloniais que compõem o *corpus* colonial do CE-DOHS, investigações sócio-históricas e análise de fenômenos linguísticos, orientados pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, que podem contribuir para a compreensão tanto da face prestigiada da formação do PB quanto da face não prestigiada, que foi deixada de lado nesta dissertação.

Para além desse processo longo de competição entre o PCl e o PB no século XIX, surge, na história do PB, na primeira metade desse mesmo período, uma nova gramática, o PE, que veio “transplantada” junto à expansão da imigração portuguesa ao Brasil, ocasionando, por um tempo, uma competição entre três gramáticas: a do português clássico, do português brasileiro e do português europeu (ANDRADE, CARNEIRO, 2014; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999). A partir do século XX, a competição se mantém entre o PE e o PB nos textos escritos, mas deixa de ser significativa nos dados de fala, em que só são atestados traços da gramática brasileira.

Assim, os processos da competição de gramáticas existentes no PB, que foram encontrados a partir dos estudos de Pagotto (1992, 1999), Carneiro (2005), Martins (2009) e Lemos (2019) sobre a colocação dos clíticos, e que foram delineados em Carneiro e Galves (2010, p. 33), podem ser vislumbrados da maneira seguinte:

Figura 09 – Possível percurso das gramáticas portuguesas no Brasil e o processo de competição de gramáticas, com base em Andrade e Carneiro (2014), Cardoso (2020), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010), Lemos (2019), Martins (2009), Pagotto (1992,



Fonte: autoria própria.

Desse modo, o percurso da formação da vertente prestigiada do português brasileiro já alcança progressos significativos. Para além do fornecimentos de mais dados que confirmem o percurso apresentado e que alcancem o século XVI, uma outra pauta de pesquisa do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004) se mantém em aberto: é preciso conhecer a formação da vertente não prestigiada do PB e a imbricação de ambas as vertentes que, junto a um processo de mudança que partiu de um multilinguismo generalizado, no Brasil Colônia, para um multilinguismo localizado (MATTOS E SILVA, 2004), motivaram a configuração atual da gramática do PB.

## 5.6 SÍNTESE

Neste capítulo, apresentei uma análise sobre a sintaxe e a ordem dos clíticos nos textos brasileiros coloniais consultados. A análise foi dividida nos seguintes pontos:

- i. verificação das hipóteses de trabalho desenvolvidas sobre a sintaxe e ordem nos escritos do Brasil Colônia, em que se obtiveram os resultados seguintes:

Quadro 14 – Síntese sobre a verificação das hipóteses de trabalho a respeito da interpolação e colocação dos clíticos em escritos do Brasil Colônia.

Verificação das hipóteses de trabalho	
Interpolação do “não”	<ul style="list-style-type: none"> <li>· a presença da interpolação do <i>não</i> em sentenças matrizes se constitui como um importante argumento para a defesa da influência do português clássico na formação do português brasileiro;</li> <li>· a redução de casos da interpolação nos textos dos séculos XVII e XVIII aponta para uma possível queda gradativa do fenômeno no português no Brasil, que possivelmente culminará no desaparecimento desse fenômeno na gramática do PB;</li> </ul>
Colocação dos clíticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· a restrição fonológica se mantém ativa nos textos consultados e a construção inovadora do português brasileiro (próclise em V1) ainda não está refletida nos textos do <i>corpus</i> utilizado, embora possa ser possível pensar em pequenas mudanças quanto a essa restrição na gramática portuguesa usada em solo brasileiro a partir dos dados proclíticos dos contextos variacionais e em trabalhos outros que analisaram textos brasileiros de mesmo período (CYRINO, 1994; CORÓIA, em andamento)</li> <li>· assim como no português clássico, a presença da próclise é maior no contexto de variação I que no contexto de variação II.</li> </ul>

Fonte: autoria própria.

- ii. análise das diferenças encontradas entre o português clássico europeu e o português clássico do Brasil Colônia, envolvendo uma análise alternativa sobre a interpolação no português clássico (europeu e brasileiro), a configuração particular dos contextos variacionais da colocação dos clíticos e o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil a partir do século XVI. Os resultados estão sintetizados no Quadro 15.

Quadro 15 – Síntese sobre as especificidades da interpolação e da colocação clítica em escritos do Brasil Colônia.

Interpolação de elementos diferentes do <i>não</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· esse fenômeno pode ser analisado alternativamente como um fenômeno que mudou entre o português médio e clássico e se manteve na passagem do português clássico para o português europeu, sendo mais expressivo em dados do português europeu dialetal. Essa hipótese é baseada em poucos dados encontrados em todos os séculos do PCI, no século XVIII e</li> </ul>
--	--

<p>Contextos variacionais de colocação clítica</p>	<p>no século XIX, em textos portugueses e brasileiros. Apesar disso, é necessária uma investigação com mais dados sobre o tema;</p> <p>os contextos variacionais apresentaram, em ambos os séculos estudados, poucos dados de ênclise, com alguns tipos de sentença, como as sentenças precedidas por sujeito neutro, com próclise absoluta, o que pode indicar o início de uma mudança na restrição fonológica na gramática portuguesa usada por indivíduos nascidos no Brasil.</p>
<p>O percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· as altas taxas de próclise no contexto II não representam o padrão dos textos do português clássico. Como esse contexto está relacionado a fatores prosódicos e a restrição fonológica do clítico, a preferência pela próclise pode indicar o começo do estabelecimento de uma nova relação desses fatores com a sintaxe, que culminarão na tendência proclítica do PB.</li> <li>· o português clássico se mantém presente em textos brasileiros até o século XIX, o que diferencia o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal do percurso dessas gramáticas no Brasil, já que naquele território, a partir do século XVIII, a gramática do PE inicia seu processo de surgimento, desaparecendo o PCI nos textos.</li> <li>· a presença do PE em textos oitocentistas (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999) também é um marco diferencial do PB, que aponta para a importância da observação sobre a avaliação social das normas gramaticais pelos escritores para os estudos linguísticos.</li> </ul>

Fonte: autoria própria.

## 6 CONCLUSÃO

Nesta dissertação, a partir do aparato teórico da gramática gerativa, principalmente da teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1986) aplicada ao estudo diacrônico (ROBERTS, 2007), realizei uma análise da interpolação e da colocação dos pronomes clíticos em sentenças com verbo único finito em textos brasileiros escritos, por data de nascimento, nos séculos XVII e XVIII. Foram formuladas cinco questões, apresentadas na introdução desta dissertação e retomadas abaixo, que conduziram a execução desta pesquisa, para as quais, a partir da análise dos dados, foram obtidos os seguintes resultados:

- i. qual gramática portuguesa contribuiu efetivamente para a formação do português brasileiro?

Conforme os dados expostos e analisados, encontrou-se, em textos brasileiros coloniais, uma gramática semelhante ao **português clássico**. O português médio, defendido por muitos autores como a gramática portuguesa que deu origem ao PB (COHEN, 1997; CUNHA, 1976[1968]; ELIA, 1979; MEGALE, 1998; MELO, 1971[1946]; MORAES DE CASTILHO, 2001, 2013; NARO; SCHERRE, 2007; SILVA NETO, 1976[1951] *inter alia*), não se mostrou significativo nos textos analisados. Apesar de não se negar, nesta dissertação, a provável chegada de indivíduos com essa gramática, ela possivelmente não influenciou, ao menos no que tange à sintaxe dos clíticos, a formação da gramática brasileira.

- ii. como o fenômeno da interpolação aparece em textos brasileiros dos séculos XVII e XVIII?

A interpolação nos textos analisados se apresentou majoritária, tanto para a primeira metade do século XVII quanto para a primeira metade século XVIII. A interpolação do *não* em sentenças dependentes continua com altas taxas de ocorrência ao menos até 1720, período de nascimento do escrevente do século XVIII, variando entre 95% e 90% para os dois períodos analisados. A interpolação do *não* em sentenças matrizes também foi encontrada no *corpus*, atingindo 66% e 60% de casos para a primeira metade dos períodos seiscentista e setecentista, com muitos casos ocorrendo em sentenças matrizes neutras, contexto específico da gramática do português clássico, provando que essa gramática se apresentou significativa ao longo de todo o período colonial. Para além disso, a interpolação de elementos diferentes do *não* foi atestada no *corpus* do século XVIII, com poucos casos (quatro ao todo); a partir disso, foi desenvolvida uma análise alternativa para esse fenômeno, considerado, nesta dissertação, como uma característica do português clássico que se mantém no português europeu, tendo em vista o aparecimento desse fenômeno em todos os séculos correspondentes a essas duas gramáticas e a sua diferença com o fenômeno da interpolação generalizada existente no português médio e no português antigo. É importante salientar, entretanto, que os dados do século XVIII são oriundos de um único escrevente, podendo não representar o uso do português em uma comunidade linguística.

- iii. como se apresenta a ordem dos clíticos em textos brasileiros dos séculos XVII e XVIII?

A ordem preferencial dos clíticos, nos dois contextos variacionais propostos por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), e nos dois séculos estudados, é a próclise. No contexto de variação I, a próclise foi absoluta em textos seiscentistas e, no contexto de variação II, a próclise foi preferencial nos dois séculos estudados. Nas sentenças com verbo precedido por sujeito neutro, nos séculos XVII e XVIII, só foram encontrados casos de próclise. A restrição fonológica se mantém nos textos analisados, não sendo encontrados casos de próclise em sentenças com verbo em primeira posição (V1). Entretanto, essa restrição fonológica é vislumbrada nesta dissertação como uma característica de um período inicial de mudança, com indícios de divergências face ao PCI usado em Portugal nos contextos variacionais em que ela é significativa e na colocação de clíticos em sentenças V1 exibidas em outros trabalhos (CYRINO, 1994; CORÔA, em andamento).

- iv. a propagação do português clássico no Brasil apresenta diferenças quanto à difusão dessa gramática em território europeu?

Sim. O português clássico no Brasil apresenta um uso ligeiramente maior da próclise no século XVII (sobretudo no contexto de variação II) do que o uso da próclise dessa gramática em território europeu no mesmo período. Na primeira metade do século XVIII, período em que surge o português europeu em Portugal, é o português clássico que se apresenta nos textos brasileiros coloniais.

Por fim, apesar das contribuições que esta dissertação trouxe para a compreensão da formação do português brasileiro, foram elaboradas, a partir dela, mais perguntas que respostas, já que determinados aspectos levantados ainda necessitam de mais esclarecimentos. Dentre esses aspectos, destaco dois que envolvem a constituição de *corpus* para estudo linguístico sobre o português no Brasil Colonial (itens i. e ii.), dois para o fenômeno da interpolação (itens iii. e iv.) e um para o fenômeno da colocação dos clíticos (item v.) que estão exibidos a seguir.

- i. a sintaxe dos clíticos encontrados em textos da primeira metade do século XVII e do século XVIII apresentarão os mesmos padrões em textos de outros escreventes?
- ii. qual o comportamento dos clíticos em textos da segunda metade do século XVII e XVIII?
- iii. quando a interpolação do *não* desaparece em textos brasileiros e como isso acontece?
- iv. a interpolação de elementos diferentes do *não* mudou ou desapareceu no português clássico? Se mudou, qual é a estrutura sintática desse fenômeno e como acontece seu processo de derivação?
- v. a restrição fonológica existente no PCI é inicialmente modificada no contexto de variação II, já nos séculos XVII e XVIII?

Para responder a essas perguntas, torna-se necessária a constituição de um *corpus* maior, que já conte com a edição (semi)diplomática dos manuscritos e a anotação morfológica e sintática, aliando todo o trabalho já realizado de constituição de *corpus* do Brasil Colônia a um trabalho de preparação do material para estudos linguísticos outros, que possam ser capazes de relacionar mais fenômenos e de levar em consideração mais dados, a fim de trazer respostas mais precisas. Esse é um trabalho de “muitas mãos” e deve contar com a experiência do projeto CE-DOHS no labor filológico e com a parceria do CE-DOHS com o projeto Corpus Tycho Brahe, que tem realizado um trabalho extensivo de anotação morfossintática de textos portugueses, com a disponibilização de *corpus* eletrônico anotado de textos escritos entre 1380 e 1881, e que também tem se voltado à constituição de um *corpus* eletrônico anotado para compreender a história do português brasileiro.

A partir da edição e anotação – já em andamento – do *corpus* colonial do CE-DOHS, que passa a incluir cartas de governadores portugueses e alguns textos já em versão impressa e/ou editados semidiplomaticamente, os resultados aqui apresentados podem ser alargados e/ou questionados.

Quadro 16 – Andamento das fases de constituição do *corpus* colonial do CE-DOHS, incluindo textos manuscritos e impressos.

	Período de nascimento	Gênero	Disponibilização do material	Fase da constituição do <i>corpus</i>
Governadores do Brasil Colônia ( <i>portugueses</i> )	séc. XV- XVI.	Cartas	versão manuscrita e impressa	prospecção
Frei Vicente do Salvador	séc. XVI	livro	versão impressa	edição em xml
Eusébio de Mattos	séc. XVII	sermões	versão impressa	edição em xml
Bernardo Vieira Ravasco	séc. XVII	diversos	versão manuscrita	edição semidiplomática
Gonçalo Ravasco	séc. XVII	diversos	versão manuscrita	edição semidiplomática
Cavalcante de Albuquerque	séc. XVII	cartas	versão manuscrita	edição semidiplomática
Lourenço de Brito Correia	séc. XVII	cartas	versão manuscrita	edição semidiplomática
Lourenço de Brito Figueiredo	séc. XVII	cartas	versão manuscrita	edição semidiplomática
Henrique Dias	séc. XVII	carta	versão manuscrita	edição semidiplomática
João da Silva Guimarães	séc. XVII	carta	versão manuscrita	edição semidiplomática
João de Moraes Montesinhos	séc. XVII	carta	versão manuscrita	aguardando edição
Maria Cardozo de Oliveira	séc. XVII	diversos	versão manuscrita	aguardando edição
Brás de Brito Souto	séc. XVIII	atestado	versão manuscrita	edição semidiplomática
Adrião Ferreira	séc. XVIII	carta	versão manuscrita	edição semidiplomática
Antonio Gomes Ferrão	séc. XVIII	cartas (outras)	versão manuscrita	aguardando edição
Castelo Branco	séc. XVIII	livro	versão impressa	prospecção
José de Oliveira Serpa	séc. XVIII	livro	versão impressa	prospecção

Fonte: autoria própria.

As investigações futuras a respeito da interpolação e da colocação dos clíticos, a partir do *corpus* listado acima, podem trazer novas contribuições e lançar luz às perguntas que não puderam ser respondidas ou que surgiram ao longo desta dissertação. Espera-se que este estudo, com outros que ainda virão, ajudem a compreender melhor as origens do português brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Stephen. *Aspects of the Theory of Clitics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ANDRADE, Aroldo Leal de. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270493>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 1 p.125-161, dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/88407>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ANDRADE, Aroldo; NAMIUTI, Cristina. Gone without the verb: clitic interpolation and clitic climbing in the history of European Portuguese. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 58, n.2, p. 201-219, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647151>. Acesso em 09 jun. 2020.

ANDRADE; Aroldo Leal; GALVES, Charlotte. Contrast and word order: A case study on the history of Portuguese. *Glossa: A Journal of General Linguistics*, Londres, v.4, n. 107, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://www.glossa-journal.org/articles/10.5334/gjgl.897/>. Acesso em 09 jun. 2020.

ANTONELLI, André Luis. *Sintaxe da Posição do Verbo e Mudança Gramatical na História do Português Europeu*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/Antonelli\\_A-Dr.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/Antonelli_A-Dr.pdf). Acesso em 09 jun. 2020.

BARROS, José D' Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de história*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.22378871.2011v12n16p38>. Acesso em 14 abr. 2020.

BAXTER, Alan Norman. Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 14, p. 72-90, 1995.

BECHARA, Evanildo. *As fases históricas da língua portuguesa: tentativa de proposta de nova periodização*. Niterói, 1985. Tese (Concurso para Professor Titular) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1985.pdf>. Acesso em 24 fev. 2020.

BENINCÀ, Paola.; POLETTI, Cecilia. Topic, focus and V2: defining the CP sublayers. In: RIZZI, Luigi (ed.). *The structure of CP and IP (The Cartography of Syntactic Structures)*. Oxford: Oxford University Press. p. 52-75. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/41589595\\_Topic\\_Focus\\_and\\_V2\\_defining\\_the\\_CP\\_sublayers](https://www.researchgate.net/publication/41589595_Topic_Focus_and_V2_defining_the_CP_sublayers). Acesso em 09 jun. 2020.

BRITO, Rosana Carvalho. *Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

BRITO, Rosana Carvalho (em andamento). *Estudo do uso do artigo definido em sintagmas nominais possessivos na história do português no Brasil (século XVII ao XX)*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

CAMACHO-TABOADA, Maria Victoria. *La arquitectura de la gramática - Los clíticos pronominales románicos y eslavos*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Lengua Española, Linguística y Teoría de la Literatura, Universidade de Sevilla, Sevilla, 2002. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/61436>. Acesso em 09 jun. 2020.

CARDEIRA, Esperança. *Entre o português arcaico e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal. The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In: VAN RIEMSDIJK, Henk (ed.). *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1994, p. 145-233. Disponível em: <http://lear.unive.it/jspui/bitstream/11707/465/1/4.2.3.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270516>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; GALVES, Charlotte. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p.7-38, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2547>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CARNEIRO, Zenaide. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, Norma Lucia; ARAUJO, Silvana; TEIXEIRA, Eliana; CARNEIRO, Zenaide (org). *Variação Linguística em Feira de Santana*. 1ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016, v. 1, p. 141-174.

CARNEIRO, Zenaide; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Indígenas alfabetizados em Português no litoral baiano setecentista: o caso de Vila de Abrantes. *Revista A cor das letras*, Feira de Santana, v. 18, n. 1, p. 144-166, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acor-dasletras/article/view/1919/pdf>. Acesso em 02 ago. 2020.

CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Revista Tempo, Juiz de Fora*, v. 20, p. 1-21, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1980-542X-tem-2014203619.pdf](https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1980-542X-tem-2014203619.pdf). Acesso em 09 jun. 2020.

CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel Hub (org.). *Lindley Cintra*. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão. Lisboa: Cosmos, 1999, p. 367-370. Disponível em: [clul.ulisboa.pt/files/ivo\\_castro/1999\\_Portugus\\_Mdio.pdf](http://clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1999_Portugus_Mdio.pdf). Acesso em 24 fev. 2020.

CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413777/mod\\_resource/content/5/CASTRO\\_1991\\_CursoDeHistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413777/mod_resource/content/5/CASTRO_1991_CursoDeHistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf). Acesso em 31 jul. 2020.

CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1996, v. 2, p.135-150. Disponível em: [clul.ulisboa.pt/files/ivo\\_castro/1996\\_Portugus\\_Clssico.pdf](http://clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clssico.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

CASTRO, Ivo. *Introdução à história do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2004[1945]. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4531470/mod\\_label/intro/CASTRO\\_IntroducaoAHistoriaDoPortugues.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4531470/mod_label/intro/CASTRO_IntroducaoAHistoriaDoPortugues.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. *O uso de se com infinito na história do português: do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270522>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger. 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/244477125/Chomsky-86-Knowledge-of-Language-Its-Nature-Origin-And-Use>. Acesso em 24 fev. 2020.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. *O objeto nulo do português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270355>. Acesso em: 19 set. 2020.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça, *et al.* Filologia Bandeirante. *Filologia e Linguística portuguesa*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.79-94, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59647>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CORÔA, Williane. (em andamento) *A sintaxe da ordem no corpus de cartas e atas produzidas por homens bons da Câmara Municipal de Salvador*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COSTA, Daniel (org). *Pesquisas linguísticas pautadas em corpora*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. [1968].

ELIA, Sílvio. *A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

EMBICK, David; NOYER, Ralf. Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001. Disponível em: <https://www.ling.upenn.edu/~embick/move.pdf>. Acesso em 09 jun. 2020.

FACHIN, Phablo Roberto. Implicações gráficas e autorais no processo de produção e circulação de manuscritos no Brasil colonial. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 168-197, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/download/10008/7641>. Acesso em 14 abr. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006[1950].

FARIA, André Luiz. *Ordem oracional e movimento de clítico de segunda posição em Kayabi (família Tupi-Guarani)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270968>. Acesso em 09 jun. 2020.

FLORUPI, Simone Azevedo. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do Português*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269032>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte. A ênclise no português clássico: variação, gramática e uso. In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edvalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015, p. 61-77.

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira *et al* (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/98/GALVES\\_C-2007a.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/98/GALVES_C-2007a.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, Tania *et al* (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 65-74)

GALVES, Charlotte. Syntax and Style: clitic-placement in Padre Antonio Vieira. *Santa Barbara Portuguese Studies*, Santa Barbara, v. 6, n. 1, p.387-403, jan./dez. 2002. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/3/32/GALVES\\_C-Fase1e.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/3/32/GALVES_C-Fase1e.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte.; ANDRADE, Aroldo.; NAMIUTI, Cristina; PAIXÃO DE SOUSA, , Maria Clara. The syntax of clitics. Ms. Unicamp/UFMG/UESB/USP, 2019. [Capítulo a ser publicado no livro *Classical Portuguese: Grammar and History*, Oxford University Press].

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; SOUSA, Maria Clara Paixão de. The change in clitic-placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal Of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 1, p.39-67, dez. 2005. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.166/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte; KROCH, Anthony. Main syntactic changes from a Principles-and-Parameters view. In: WETZELS, Leo; MENUZZI, Sérgio; COSTA, João (Org.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Nova York: John Wiley & Sons, 2016. p. 487-503. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118791844.ch27>. Acesso em 09 jun. 2020.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; SOUSA, Maria Clara Paixão de. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da Língua Portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHAFER-PRIEBT, Barbara (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006. p. 45-75. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps\\_2006.pdf](https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps_2006.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAES, Maria Aparecida. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.162/>. Acesso em 14 abr. 2020.

GALVES, Charlotte; SÂNDALO, Filomena. From intonational phrase to syntactic phase: the gramaticalization of enclisis in the history of Portuguese. *Língua*, [s.l.], v. 122, 2012, p. 952-974. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/67210>. Acesso em 09 jun. 2020.

GALVES, Charlotte; MAGRO, Catarina. *Portuguese Syntactic Annotation*, 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/site/portuguesesyntacticannotation/>. Acesso em 21 jul. 2020.

GALVES, Charlotte. A sintaxe da Grammatica. In: ABAURRE; Maria Bernadete; AVELAR, Juanito; PFEIFFER, Cláudia Regina (org.). *Fernão de Oliveira: uma história na linguagem*. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 183-204.

GONZÁLEZ LÓPEZ, Verónica. *Spanish Clitic Climbing*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Spanish, Italian and Portuguese. Pennsylvania State University, Pennsylvania, 2008. Disponível em: [https://etda.libraries.psu.edu/files/final\\_submissions/6455](https://etda.libraries.psu.edu/files/final_submissions/6455). Acesso em 14 abr. 2020.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay. *The View from Building 20: Essays in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111-176. Disponível em: <https://home.uni-leipzig.de/mueller/dm8.pdf>. Acesso em 09 jun. 2020.

HALPERN, Aaron. *On the placement and morphology of clitics*. Los Angeles, CA: CSLI, 1995.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Distributed Morphology. *Glott International*, Leiden, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999. Disponível em: <https://babel.ucsc.edu/~hank/mrg.readings/harley&noyer.pdf>. Acesso em 09 jun. 2020.

HOLM, John. The genesis of the Brazilian vernacular: insights from the indigenization of Portuguese in Angola. *Papia*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.93-122, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1431/190b9943bd1c60869450599ee35dee229243.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988 [1985].

KANTHACK, Gessilene Silveira. *Clíticos no português brasileiro*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83641/187806.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 abr. 2020.

KLAVANS, Judith. *On Clitics and cliticization: the interaction of morphology, phonology, and syntax*. New York: Garland Publishing, 1995. Disponível em: <https://babel.ucsc.edu/~hank/mrg.readings/klavans1995.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

KLAVANS, Judith. *Some problems in a theory of clitics*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1982.

KROCH, Anthony. Morpho-syntactic variation. In: BEALS, Kenneth *et al* (org.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation e Linguistic Theory*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1994. v. 2, p. 180-201. Disponível em: [ftp://babel.ling.upenn.edu/facpapers/tony\\_kroch/papers/morphosyntax.pdf](ftp://babel.ling.upenn.edu/facpapers/tony_kroch/papers/morphosyntax.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

LACERDA, Mariana; ARAUJO, Silvana; CARNEIRO, Zenaide. Para uma história social linguística dos sertões baianos. In: ATAIDE, Cleber *et al* (org.). *Gelne 40 anos: vivências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018, v. 1, p. 87-106.

LACERDA, Mariana; CARNEIRO, Zenaide; SANTIAGO, Huda. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de ináveis. *A cor das Letras, Feira de Santana*, v. 17, n. 1, 2016, p. 127-143. Disponível em: [http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1463/pdf\\_1](http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1463/pdf_1). Acesso em 31 jul. 2020.

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/liesdephilol00vascuoft/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LEMOES, Maiara da Silva. *A colocação dos clíticos em sentenças finitas: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos

Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LEMOS, Maiara da Silva (em andamento). *A perda da subida de clíticos na história do português brasileiro visto a partir de vertentes*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: Arguments from language change*. Cambridge: MIT Press, 1991.

LIGHTFOOT, David. *How new languages emerge*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

LOBO, Tânia. *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. 1992. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa Histórica) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1992.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Edufba, 1996. p. 87-115.

LOBO, Tânia. 2003. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 395-410.

LOPES, Ana Luiza Araújo. *A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/92/LOPES\\_ALA-Msc.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/92/LOPES_ALA-Msc.pdf). Acesso em 02 jul. 2020.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 4, n. 1, p.45-65, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4136685>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 12, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>. Acesso em 02 ago. 2020.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MAGRO, Catarina. *Clíticos: variações sobre o tema*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6083>. Acesso em 19 jun. 2020.

MARTINS, Ana Maria. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016, p. 401-430. Disponível em: [http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana\\_maria\\_martins/Martins\\_2016e.pdf](http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/Martins_2016e.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: RAPOSO, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2231-2302. Disponível

em: <https://docplayer.com.br/21307940-65-a-posicao-dos-pronomes-pessoais-cliticos.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, Ana Maria. Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. *Estudos de Linguística Galega*, Santiago de Compostela, v. 3, p.83-109, jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3056/305626393011.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MARTINS, Ana Maria. Tipologia e mudança linguísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol. *Santa Barbara Portuguese Studies*, Santa Barbara, v. 1, p. 340-386, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327109246\\_Tipologia\\_e\\_mudanca\\_linguisticas\\_os\\_pronome\\_s\\_pessoais\\_do\\_portugues\\_e\\_do\\_espanhol/link/5b79f706a6fdcc5f8b55a5e5/download](https://www.researchgate.net/publication/327109246_Tipologia_e_mudanca_linguisticas_os_pronome_s_pessoais_do_portugues_e_do_espanhol/link/5b79f706a6fdcc5f8b55a5e5/download). Acesso em 14 abr. 2020.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MARTINS, Ana Maria. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011.

MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92725>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, Marco Antonio. A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro. In: CYRINO, Sonia; TORRES MORAIS, Maria Aparecida (org.). *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. v. 6. São Paulo: Contexto, 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: Edufba, 2010 [1989].

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Novas contribuições para a história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 99-114, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/issue/view/338>. Acesso em 20 jun. 2020.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 1, n. 10, p.247-276, dez. 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/45395>. Acesso em 09 jun. 2020.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de corpora para o projeto Para a história do português brasileiro. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). Para a história do português brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos. v. 4. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 17-28.

MEGALE, Heitor. Filologia Bandeirante. *Itinerários*, Araraquara, v. 1, n. 13, p.11-34, jan. /dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2843/2594>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].

MORAES DE CASTILHO, Célia. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 57-89, v. 2, tomo 1.

MORAES DE CASTILHO, Célia. *Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

MUSSAFIA, Alfredo. Enclisi o proclisi del pronome personale atono quale oggetto. *Romania* v. 27, p. 145-146, 1888.

NAMIUTI, Cristiane. *Aspectos da História Gramatical do Português: Interpolação, Negação e Mudança*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/TESE\\_NAMIUTI\\_2008.pdf](https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/TESE_NAMIUTI_2008.pdf). Acesso em 14 abr. 2020.

NAMIUTI, Cristiane. Um estudo sobre o fenômeno da interpolação de constituintes na história do português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 2, p. 171-194, julho-dezembro. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637177>. Acesso em: 24 fev. 2020.

NAMIUTI, Cristiane; GALVES, Charlotte; SÂNDALO, Filomena. Na interface da sintaxe com a morfologia: a colocação de clíticos no Português Europeu. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; PACHECO, Vera (org.). *Da fonética ao discurso*, São Carlos: CLARALUZ, 2012, p. 25-50. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317225701\\_Na\\_interface\\_da\\_sintaxe\\_com\\_a\\_morfologia\\_a\\_colocacao\\_de\\_cliticos\\_no\\_portugues\\_europeu](https://www.researchgate.net/publication/317225701_Na_interface_da_sintaxe_com_a_morfologia_a_colocacao_de_cliticos_no_portugues_europeu). Acesso em 14 abr. 2020.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani de Carvalho. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. *Linguística*, Montevideo, v. 30, n. 2, p.289-330, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002721381>. Acesso em: 24 fev. 2020.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e Condescendência: Ciência e Pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 2, n. 1, p.49-68, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://uab.ufsc.br/portugues/files/2013/11/Livro.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270508>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *A Língua Portuguesa, 1400 a 1600: Aspectos de História e Gramática*. Projeto de Pesquisa (Relatório Biental para o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://mariaclarapaixaodesousa.files.wordpress.com/2012/06/paixaodesousa\\_2010\\_projeto\\_alinguaportuguesa14001600.pdf](https://mariaclarapaixaodesousa.files.wordpress.com/2012/06/paixaodesousa_2010_projeto_alinguaportuguesa14001600.pdf). Acesso em 24 fev. 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REP\\_OSIP/270255](http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REP_OSIP/270255). Acesso em: 24 fev. 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José Hora (org.). *Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*, Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/b/b8/PAIXAODESOUZA\\_MC-2006.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/b/b8/PAIXAODESOUZA_MC-2006.pdf). Acesso em 14 abr. 2020.

PESSOA, Marlos de Barros. *Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.

PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

RENZI, Lorenzo. Two types of clitics in Natural Languages. *Rivista di Linguistica*, Pisa v. 1, n. 2, p. 355-372, 1989. Disponível em: [http://linguistica.sns.it/RdL/1.2/Lorenzo\\_Renzi.pdf](http://linguistica.sns.it/RdL/1.2/Lorenzo_Renzi.pdf). Acesso em 14 abr. 2020.

REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n.45, p.434-444, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000300003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 14 abr. 2020.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 41-59. [1998]

RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística). – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/268864>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RIBEIRO, Ilza. Completivas com duplo-que no português arcaico. In: LOBO, Tania et al (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 75-92

RIBEIRO, Ilza. Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 15-40, jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1113>. Acesso em: 09 jun. 2020.

*Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p.61-78. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf*. Acesso em: 24 fev. 2020.

RIVERO, Maria-Luisa. Parameters in the typology of clitics in Romance and Old Spanish. *Language*, [s.l.], v. 62, n. 4, p. 774-807, 1986.

RIVERO, Maria-Luisa. On two locations for complement clitic pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish. In: *Parameters of Morphosyntactic Change*, ed. Ans van Kemenade & Nigel Vicent, 1996, p. 170-206. Cambridge University Press.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (ed.) *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-011-5420-8\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-011-5420-8_7). Acesso em 09 jun. 2020.

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROBERTS, Ian. *Agreement and head movement: clitics, incorporation, and defective goals*. Cambridge: MIT Press, 2010.

ROCHA, Nilzete da Silva. *Clíticos: ingredientes na cozinha portuguesa do século XVII*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11224/1/Nilzete%20da%20Silva%20Rocha.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Elaine Brandão. *O livro do gado do brejo do Campo Seco (Bahia): Edição semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SANTOS, Elane Santos. *Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SANTOS, Emília Carneiro (em andamento). *Documentos da família Vieira Ravasco: edição filológica e estudo da concordância verbal*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SANTOS, Elane Santos (em andamento). *A segunda pessoa no português brasileiro: um estudo diacrônico (XVII-XX)*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SOUZA, Marcia (em andamento). *Documentos Avulsos de Brancos da Elite Portuguesa (alferes, capitães e outros): Edição semidiplomática e estudo linguístico dos verbos auxiliares*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SALVI, Giampolo. A sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. *Medioevo Romanzo*, [s.l.], v. 15, p.177-210, jan./dez. 1990.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976 [1951].

SILVEIRA, Gessilene. *O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112183/110249.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 abr. 2020.

SILVEIRA, Cláudia Damião Lopes de Almeida. *Edição de textos relativos à defesa, segurança e fiscalização portuária da Baixada Santista no período final do século XVIII e início do século XIX*. 2004. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Departamento de Filologia e Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. Brasília: Senado Federal. 2005 [1937]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1111>. Acesso em: 24 fev. 2020.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v.2, p.13-42, 2007[1989]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3849/2827>. Acesso em 09 jun 2020.

TOBLER, Adolf. Besprechung von J. Le Coultre, De l'ordre des mots dans Chrétien de Troyes. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik* v.5, p. 395-414, 1875.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes*. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento.

WACKERNAGEL, Jacob. Über ein Gesetz der indogermanischen Wortstellung. *Indogermanische Forschungen*, v. 1, p. 333-436, 1892.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006[1975].

ZWICKY, Arnold. *On clitics*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1977. Disponível em: [https://web.stanford.edu/~zwicky/on\\_clitics.pdf](https://web.stanford.edu/~zwicky/on_clitics.pdf). Acesso em 14 abr. 2020.